

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**JUVENTUDE RURAL E ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA: TRAJETÓRIAS E
EXPERIÊNCIAS COLETIVAS**

FRANCISCO ROBERTO DE SOUSA MARQUES

**CAMPINA GRANDE – PB
2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA



**JUVENTUDE RURAL E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA:
TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS COLETIVAS**

FRANCISCO ROBERTO DE SOUSA MARQUES

CAMPINA GRANDE – PB

2006

FRANCISCO ROBERTO DE SOUSA MARQUES

**JUVENTUDE RURAL E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA:
TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS COLETIVAS**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento às exigências para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Edgard Afonso Malagodi
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Marilda Aparecida de Meneses

CAMPINA GRANDE – PB

2006

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

M357j

Marques, Francisco Roberto de Sousa

Juventude rural e assentamentos de reforma agrária: trajetórias e experiências coletivas / Francisco Roberto de Sousa Marques.— Campina Grande, 2006.

114 f.: il. color

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientador: Prof. Dr. Edgard Afonso Malagodi; Co-orientadora: Profa. Dra. Marilda Aparecida de Meneses.

1. Juventude Rural 2. Assentamentos 3. Agricultura Familiar
4. Desenvolvimento Rural I. Título.

CDU 332.021.8:63(043)

FRANCISCO ROBERTO DE SOUSA MARQUES

**JUVENTUDE RURAL E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA:
TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS COLETIVAS**

Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito para obtenção do título de mestre da
Universidade Federal de Campina Grande.

Aprovado em 31/10/2006.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Edgard Afonso Malagodi – Orientador
Universidade Federal de Campina Grande

Prof.^a Dr.^a Marilda Aparecida de Menezes – Co-orientadora
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Genaro Ieno Neto – Examinador interno
Universidade Federal de Campina Grande

Prof.^a Dr.^a Ramonildes Alves Gomes – Examinadora interno
Universidade Federal de Campina Grande

Prof.^a Dr.^a Mécia Rejane Rangel Batista - Suplente

Dedico este trabalho às famílias camponesas do Brejo Paraibano, especialmente à juventude rural do município de Pilões.

Aos movimentos sociais, particularmente ao MST, por ter recolocado a agenda da reforma agrária na ordem do dia no Brasil.

A todos os homens e mulheres que lutam e acreditam na reforma agrária e na possibilidade de uma sociedade mais justa e fraterna.

A meus pais, Josias e Maria das Dores, pelo incentivo para que eu aprendesse a amar o conhecimento.

À minha esposa, Agricélia, pela paciência durante esses mais de vinte anos de convivência.

A meus filhos, João Alberto e Louyse, que me incentivaram a voltar à universidade.

A Deus, pelo milagre da vida.

AGRADECIMENTOS

Aos jovens dos assentamentos São Francisco, Redenção e Veneza, sem os quais esse trabalho não seria possível.

Ao presidente da associação de Redenção, pelo apoio e pela presteza em repassar informações.

A Ricardo, secretário municipal de agricultura, pelas informações sobre a produção agrícola do município.

Aos técnicos da Emater de Pilões, por terem colaborado com várias informações técnicas essenciais para este trabalho.

À Secretaria Municipal de Educação de Pilões.

Aos colegas do mestrado Marcelo, Corrinha, Ada e Ariano, pelo apoio constante.

Aos funcionários do mestrado, pelo profissionalismo demonstrado durante toda a nossa convivência.

À colega Marta Geruza, pela enorme contribuição durante o trabalho de campo.

Ao professor Eduardo Cid Guimarães e à professora Leiliam Cruz, pela amizade construída durante as atividades do projeto Pilões.

Aos professores Edgar Afonso Malagodi e Marilda Aparecida de Meneses, que, pela generosidade e paciência, demonstram que não são apenas professores, mais do que isso, são verdadeiros educadores.

RESUMO

Nesta dissertação, estuda-se a juventude nos assentamentos de reforma agrária. A metodologia empregada foi a análise das trajetórias individuais dos jovens assentados, tomadas como elementos heurísticos para a compreensão das alternativas atuais dos jovens, bem como suas perspectivas para o futuro. A pesquisa realizada teve três objetivos principais. Em primeiro lugar, analisar em que medida o trabalho realizado nos lotes permite aos jovens atender às suas necessidades e realizar as suas potencialidades. Em segundo lugar, compreender as diferentes estratégias para a obtenção de renda. Procura-se compreender o que significa para os jovens migrarem (sazonalmente) para os grandes centros urbanos do país ou para a Zona da Mata nordestina, onde são recrutados para o trabalho pesado da colheita da cana-de-açúcar. Avalia-se aí tanto o efeito (social, cultural) das experiências adquiridas na migração, como o proveito material dos ganhos obtidos pelos jovens quando de sua volta para o lote. Em terceiro lugar, o trabalho pretende analisar o efeito de ações inovadoras (oficinas de artesanato e cursos de capacitação) oferecidos aos grupos de jovens por mediadores externos (ONGs, Universidades etc.) na dinâmica do assentamento, particularmente em relação aos próprios jovens. A pesquisa de campo foi focada em três assentamentos do município de Pilões (assentamentos São Francisco, Redenção e Veneza), na microrregião do Brejo Paraibano, estado da Paraíba. Devido a isso, fez-se, no segundo capítulo, uma ampla contextualização do espaço empírico da pesquisa, com uma exposição sócio-econômica do município, bem como com o histórico e características principais da região onde se realizou a pesquisa. No terceiro capítulo, passa-se em revista às teorias sobre a agricultura familiar camponesa. No quarto e quinto capítulos, examina-se o objeto específico desta dissertação, contendo aquele uma discussão geral do contexto dos jovens nos assentamentos, e este uma análise específica da trajetória de quatro casos representativos dos jovens assentados. Na parte final, são apresentados os resultados da pesquisa e da discussão teórica da matéria.

Palavras-chave: Juventude rural. Assentamentos. Agricultura familiar. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

In this Master Dissertation, we analyze the youth in the land reform settlements. The methodology used was the analysis of individual trajectories of youth settlers as a heuristic approach to understand the youth present alternatives as well as their future perspectives. The research pursued three main objectives. First, to analyze in what extent the work done in the plots of land allow them to provide their needs and to fulfill their potentialities. Second, to understand the different strategies to earn an income. In this context, we seek to understand how the youth understand the experience of migration to the urban centers of the country or to the Zona da Mata in the Northeast, where the young workers are recruited to the hard work of cutting sugar cane. We evaluate both the effects (social and cultural) of the young workers when they returned to their place. Third, we analyze the effects of innovation actions (craft workshops and training programs) offered to the youth groups by NGOs (non-governmental organizations) and Universities in the dynamics of land reform settlements, specially related to the youth. The field research was developed in three land reform settlements in municipality of Pilões, Brejo Paraibano Micro-region, in the State of Paraíba. The first chapter is a broad contextualization of the settlements with a social and economic description of the municipality, its history and main characteristics of the region where the field work was done. In the second chapter, we revise the theories on family peasant farming as well as we examine the debate in this field. In the third and fourth chapters, we examine the specific object of this dissertation. The third one analyses the position of the young people in the settlements and the fourth analyzes the trajectories of four cases taken as representatives of the young settlers. In the final part, we present some results of the research and of the theoretical debate in the field.

Keywords: Rural youth. Settlement. Family farming. Rural development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
1.1	Metodologia	10
1.2	As experiências dos grupos de jovens	12
1.3	O trabalho de campo	14
1.4	Estrutura dos capítulos	15
2	A REFORMA AGRÁRIA NO BREJO	17
2.1	Contexto histórico do espaço empírico da pesquisa	19
2.2	Pilões, o município da reforma agrária	29
2.2.1	Aspectos geográficos e sociais do município	30
3	O DEBATE SOBRE A ECONOMIA CAMPONESA	40
3.1	Os problemas da matriz marxista	40
3.2	Chayanov e a unidade econômica camponesa	44
3.3	Agricultura camponesa e agricultura familiar	51
3.4	O debate da questão camponesa no Brasil	51
4	A JUVENTUDE DA REFORMA AGRÁRIA	54
4.1	Trabalho, estudos e migração no cotidiano dos jovens assentados	56
4.2	O fórum dos assentados	59
4.3	Os mediadores: SEDUP e UFCG	62
4.3.1	As experiências da UFCG	64
4.3.2	O lugar do jovem na família camponesa	67
4.4	Da divisão do trabalho: os meninos fazem o trabalho pesado, as meninas, o trabalho maneiro	77
5	AS ESTRATÉGIAS DOS JOVENS	80
5.1	A situação dos jovens assentados do município de Pilões	83
5.2	Agricultor, migrante, pedreiro e padeiro: as múltiplas estratégias de um jovem	84
5.3	Entre flores e espinhos	88
5.4	Não troco São Francisco por São Paulo	91
5.5	Só falta alguma renda pra gente ficar	95
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
	APÊNDICES	109
	ANEXO	111

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação se propõe a estudar a juventude rural dos assentamentos de reforma agrária¹ do município de Pilões no estado da Paraíba. Os assentamentos que foram usados como espaço empírico para este trabalho foram São Francisco, Veneza e Redenção, que surgiram em 1997, a partir da desapropriação das terras pertencentes à Usina Santa Maria². Entretanto, apesar da conquista da terra, a migração de jovens solteiros, homens e mulheres (e também, em menor proporção, de casados) não estancou.

A fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades. Em Florença, no século XVI, os velhos propunham aos jovens uma ideologia da virilidade, da “virtú” e da violência, o que era uma maneira de se reservar à sabedoria, isto é, ao poder. Na Idade Média, os limites da juventude eram objetos de manipulação por parte dos senhores feudais, cujo objetivo era manter em estado de juventude, isto é, de irresponsabilidade, os jovens nobres que poderiam pretender a sucessão (BOURDIEU, 1983). Para Bourdieu (p. 113), “a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma idade biologicamente definida já constitui uma manipulação evidente”.

Portanto, a idéia central é a de que a juventude é o estágio que antecede ao ingresso na vida social plena e, como situação de passagem, compõe uma condição de relatividade de direitos e de deveres, de responsabilidades e de independência. Assim como os limites de início e término dessa transição não são claros nem precisos, nem demarcados por rituais socialmente reconhecidos nas sociedades modernas, esses direitos e deveres não são explicitamente definidos nem institucionalizados, imprimindo-se à condição juvenil uma imensa ambigüidade (ABRAMO, 1994).

Dessa forma, a infância e a juventude têm sido objeto de diversas ciências humanas. Trata-se de conceitos construídos historicamente e que buscam compreender as especificidades dessa fase do ciclo de vida, em que o desenvolvimento físico do indivíduo,

¹ Para Freire (1983), a reforma agrária pode ser definida como um processo global, não podendo limitar-se à ação unilateral dos domínios das técnicas de produção e de comercialização, mas, pelo contrário, trata-se de unir este esforço indispensável a outro igualmente imprescindível, o da transformação cultural, intencional, sistematizada e programada. O assentamento de reforma agrária não deve ser apenas uma unidade de produção, mas deve ser também todo ele uma unidade pedagógica, na acepção ampla do termo. Unidade pedagógica na qual são educadores não somente os professores que porventura atuem num centro de educação básica, mas também os agrônomos, os administradores, os planejadores, os pesquisadores, enfim, todos que estejam ligados ao processo.

² A sede da Usina Santa Maria localizava-se no município de Areia – PB; no entanto, suas propriedades espalhavam-se por outros municípios vizinhos, dentre os quais destaca-se o município de Pilões.

juntamente com as mudanças psicológicas e sociais, alcançam um grau de maturação que, futuramente, possibilitará o ingresso na vida adulta. Ariès (1981) afirma que, na sociedade medieval, não existia um destaque para a juventude e para a infância. A instrução ocorria sem que fosse levado em conta um critério de separação em faixas etárias, e nem se conferia importância ao processo de socialização etário, pois no feudalismo predominava uma socialização coletiva. Foi no século XVII que se começou a construir um conceito de infância e somente no século XX a adolescência passou a ser tratada como uma etapa distinta da infância (ARIÈS, 1981).

Para Menezes (2004), a análise de Ariès é uma contribuição fundamental para a compreensão da infância e da juventude como uma fase do ciclo de vida, em que se constituem grupos sociais específicos. Na mesma linha de raciocínio, Levi e Schmitt (1996) afirmam que a juventude é uma fase crucial que marca o início da inserção definitiva do indivíduo na vida em sociedade. É um momento de incertezas, de procura, de aprendizado profissional, militar ou erótico. Apesar de diversamente concebida, ela é, em qualquer sociedade, um momento de crise individual e coletiva e de empenho entusiástico e sem reservas.

Tratamos nos parágrafos anteriores de juventude de modo geral. Entretanto, o objeto de estudo da presente dissertação é a juventude rural, sendo, portanto, necessário buscar essa distinção conceitual para que se perceba de quem estamos falando. Em estudo sobre o tema juventude rural na América Latina, Durston (1998) nos fala sobre a invisibilidade da juventude rural. Para ele, as instituições voltadas para os jovens dedicam-se, sobretudo, ao que acontece no meio urbano; por sua vez, os programas voltados para a pobreza rural não levam em conta os problemas específicos dos jovens rurais. É como se o meio rural tivesse deixado de existir e os seus habitantes tivessem se diluído completamente no modo de vida urbano (WANDERLEY, 2003b).

Incorporamos no presente estudo os recortes adotados por Wanderley (2003b) para definir juventude rural. A partir daí, escolhemos o critério de idade, e o intervalo estudado foi de 15 a 24 anos. Para compreendermos o que significa juventude rural, apoiamo-nos em mais três dimensões utilizadas pela autora. Em primeiro lugar, a dupla referência que a caracteriza e que diz respeito, por um lado, à faixa etária – que de certo modo é comum a todos os jovens urbanos ou rurais – e, por outro, sua identidade rural, que distingue aqueles jovens que têm no meio rural o espaço onde acontece a sua vida. Um segundo recorte necessário aos estudos sobre juventude rural se refere à questão de gênero. Sob todos os ângulos pelos quais se observe a realidade rural – a educação, a relação com o trabalho, a independência pessoal, o

encaminhamento para o casamento, a escolha profissional e as regras da herança –, as famílias e os próprios jovens diferenciam suas percepções e suas estratégias para os rapazes e para as moças. Finalmente, o estudo da juventude rural supõe a compreensão de uma dupla dinâmica social. Por um lado, há uma dinâmica espacial que relaciona a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial). Mais do que espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade. Por outro lado, nesses espaços, a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro são imbuídas de uma dinâmica temporal: o passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro –; o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local – e o futuro, que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva.

O que pretendemos, nesse caso, é entender as relações sociais, que se constroem no presente, inspiradas nas tradições familiares e locais, e que orientam as alternativas possíveis para o futuro das gerações jovens e a reprodução do estabelecimento familiar. Essas dinâmicas se interligam e, através delas, emerge um ator social multifacetário que pode ser portador, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural (WANDERLEY, 2003b).

1.1 Metodologia

A metodologia usada na presente dissertação foi norteada pelas necessidades teóricas levantadas pelo debate do campesinato, qual seja o papel dos jovens na organização da vida familiar e na perspectiva de reprodução do futuro do modo de vida camponês. Partindo-se do referencial teórico proposto por Duston (1998), a juventude rural tem necessidades particulares insatisfeitas, direitos específicos não plenamente exercidos e aportes potenciais não realizados. A partir desse pressuposto, formulamos a seguinte questão: *em que medida a inserção econômica e organizativa dos jovens em assentamentos de reforma agrária permite-lhes realizar as suas necessidades e potencialidades particulares?*

A hipótese que levantamos para tentar responder à questão acima encontra respaldo teórico em Chayanov (1981), a partir do qual procuramos demonstrar que existe um desequilíbrio entre produção e consumo nas unidades de produção familiares, representadas neste estudo pelos lotes dos assentamentos São Francisco, Redenção e Veneza. Portanto, o

produto do trabalho dessas unidades de produção familiares não está sendo suficiente para atender às suas demandas de consumo, causando, como consequência, o não atendimento das necessidades específicas dos jovens assentados.

No intuito de responder à questão colocada, a pesquisa foi referenciada, na coleta de dados primários, através do uso metodológico da história oral e da etnografia. Pelo método da etnografia, as fontes são facilmente acessíveis, mas também extremamente evasivas e complexas: não se encontram incorporadas em documentos escritos ou materiais, mas na memória de homens vivos (MALINOWSKI, 1980). Já através da história oral, cuida-se de registrar a trajetória de vida de pessoas adultas. No entanto, o público formado por jovens e crianças também se mostra motivador de registro e análise, particularmente quando representa experiências coletivas (MEIHY, 1996). Daí, ser plenamente oportuno o uso da metodologia representada pela história oral, através de entrevistas semi-estruturadas com os jovens dos assentamentos estudados na pesquisa, tendo em vista que o objetivo é a compreensão das trajetórias e experiências coletivas desses atores. A noção de trajetória a ser incorporada na discussão do presente trabalho é a que Bourdieu (1986) constrói como sendo uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é, ele próprio, um devir estando sujeito a incessantes transformações.

O estudo da juventude rural através do uso da história oral atende ao que Meihy (1996) concebe como a inclusão das histórias e versões desse segmento da população rural até então silenciado, evitado, esquecido ou simplesmente desprezado por diversos motivos. Podemos afirmar ainda que, na opinião de Durston (1996), tal estudo padece de uma invisibilidade aos olhos dos planejadores e executores de políticas públicas para o desenvolvimento rural. Fazemos aqui uma ressalva ao uso do termo invisibilidade: talvez possamos afirmar que especificamente os jovens dos assentamentos estudados padeçam dessa invisibilidade, mas não podemos fazer generalizações para outras regiões do Brasil, considerando que já existe o Pronaf Jovem, iniciativa do governo federal para incentivar a permanência do jovem no campo, através da capacitação e da geração de emprego e renda (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

Retomando o conceito de história oral que usamos na metodologia da presente dissertação, adotamos, a princípio, a definição apresentada por Menezes (2005, p. 28):

A história oral constitui uma metodologia qualitativa de pesquisa voltada para o conhecimento do tempo presente, permite conhecer a realidade presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que os viveram. Não se resume a uma simples técnica, incluindo também uma postura, na medida em que seu objetivo não se limita à ampliação de conhecimentos e informações, mas visa conhecer a versão dos agentes.

Queiroz (1988) define a história de vida, por sua vez, como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Ela seria uma narrativa linear e individual dos acontecimentos considerados importantes pelo próprio narrador. Através do uso da técnica da história de vida, é possível evidenciar as relações entre os membros do grupo no qual está inserido o informante, as características da sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global. Dessa forma, o interesse do pesquisador está em captar algo que ultrapasse o caráter individual do que é transmitido; algo que possa ser atribuído a uma coletividade à qual pertence o entrevistado.

1.2 As experiências dos grupos de jovens

Organizado há, aproximadamente, três anos, o grupo de jovens de Redenção atualmente conta com 22 participantes de ambos os sexos, com idades variando de 13 a 24 anos, todos solteiros. O grupo apresenta uma certa unidade e disposição para participar de trabalhos com o Serviço de Educação Popular (SEDUP)³ e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)⁴. Os jovens participam semanalmente de reuniões e experiências coletivas como oficinas e cursos de capacitação. No aspecto político, o grupo já teve alguns avanços, como, por exemplo, o encontro dos jovens da reforma agrária do município de Pilões, que culminou com a elaboração de uma carta aberta com suas principais reivindicações. Do ponto de vista dos projetos que visam à geração de renda, os jovens participaram recentemente das oficinas promovidas pela UFCG para produção de banana-passa, fabricação de bijuterias e industrialização de castanha de caju. Com características mais educativas, está em curso um projeto patrocinado pelo SEDUP, cujo objetivo maior é aumentar o nível de organização do grupo e trabalhar o conceito de economia solidária. O grupo participa ainda das discussões sobre as ações da associação de modo bastante crítico e já produziu uma liderança para compor a atual diretoria da associação. Envia, também, com frequência, alguns de seus membros para participarem das plenárias do fórum dos assentados.

O grupo de jovens do assentamento Veneza, formado ao mesmo tempo que o grupo de

³ Tecnologia apropriada: é um conjunto de técnicas de produção que utiliza de maneira ótima os recursos disponíveis de certa sociedade, maximizando, assim, seu bem estar (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

⁴ A UFCG – Universidade Federal de Campina Grande, foi criada pela Lei 10.419 de 09/04/2002, a partir de um desmembramento da Universidade Federal da Paraíba. Considerada a primeira Universidade Federal do interior do Nordeste, a UFCG é hoje uma referência para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no estado e em toda a região. Sua sede localiza-se na cidade de Campina Grande e detém uma estrutura com grande capilaridade, possuindo campus nas cidades de Cuité, Cajazeiras, Patos, Sousa e Pombal.

jovens dos outros assentamentos, ou seja, há cerca de três anos, chegou a contar com 18 participantes, não atingindo, entretanto, um nível de organização que possa ser comparado com os jovens de Redenção. Apesar de realizarem uma série de atividades juntos, esses jovens não se vêem como um grupo por causa de questões formais (institucionais), como, por exemplo: se o grupo não tem um nome, então não é um grupo. Eles se encontraram para realizar a limpeza da capela, para o trabalho na horta coletiva, fizeram cursos de olericultura com professores da Universidade de Bananeiras e também participaram de capacitação para lideranças juvenis. O ponto alto de organização do referido grupo ocorreu quando trabalhavam na horta comunitária com o Apoio do SEDUP e de Pe. Cristiano, ex-pároco de Pilões. O grupo apresentava uma grande diversidade quanto à faixa etária, e os conflitos internos dificultaram sua evolução política. Atualmente, ele está com suas atividades suspensas.

No grupo de jovens de São Francisco, aparecem problemas de relacionamentos de ordem pessoal, que atuam como entraves para realização de atividades coletivas. Os jovens ainda não estão estruturados enquanto grupo, mas alguns já participaram do Projeto de Incentivo à geração de renda em Assentamentos do Brejo Paraibano. Alguns tiveram acesso a projetos produtivos patrocinados pelo SEDUP, como hortas e granjas coletivas.

Nos assentamentos São Francisco, Redenção e Veneza, que constituíram o espaço empírico desta pesquisa, a juventude rural participa de experiências oferecidas por mediadores que atuam através de ações como oficinas, cujo objetivo é descobrir alternativas de geração de renda através de projetos de extensão, coordenados por professores do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. As oficinas aconteceram nos anos de 2005 e 2006, utilizando metodologia que se baseia no uso de tecnologias apropriadas. Paralelamente, os jovens trabalharam uma agenda com o SEDUP (Serviço de Educação Popular)⁵, que teve objetivos mais voltados a processos organizativos e educativos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também trabalhou com os jovens, não apenas durante o processo de desapropriação e formação dos assentamentos, mas através da prestação de assistência técnica por meio do projeto Lumiar⁶. No entanto, desde 2000, esse projeto foi extinto. Esses mediadores atuam de

⁵ O SEDUP, Serviço de Educação popular, foi fundado em 1981, por Dom Marcelo Cavalheira, Bispo da Diocese de Guarabira, cidade onde funciona sua sede até hoje. O objetivo do SEDUP é desenvolver um trabalho educativo para as camadas mais pobres da sociedade. Coloca-se como um espaço de reflexão, elaboração e execução de ações que buscam despertar no seu público-alvo, através de um permanente investimento em procedimentos metodológicos de educação popular, no resgate da identidade seja de indivíduos ou grupos, buscando resgatar os espaços de coletividades como mecanismo de educação e resistência ao processo de exclusão social (SILVA, J. V., 2002).

⁶ Cf. IENO NETO (2005), Tese de Doutorado.

forma individualizada e ainda não se conhecem os impactos dessas ações do ponto de vista dos atores envolvidos, no caso específico, os jovens rurais assentados. Na opinião de Menezes, Oliveira e Miranda (2004), as experiências organizativas através dos grupos de jovens, mediada por organizações não governamentais, pela igreja, pelo Projeto Lumiar e ainda através dos trabalhos de extensão da Universidade Federal de Campina Grande, têm contribuído para uma valorização da atividade de agricultor e da vida no assentamento.

1.3 O trabalho de campo

Realizamos, durante o trabalho de campo, 17 entrevistas, sendo doze com jovens dos três assentamentos e cinco com representantes das seguintes instituições: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Agricultura, escritório local da EMATER, presidência da associação de Redenção e com a coordenação do SEDUP. Utilizamos também uma entrevista coletiva realizada com sete jovens de Redenção. Como fonte secundária, tivemos acesso a vinte entrevistas realizadas nos assentamentos de Pilões e Areia, no período de agosto de 2003 a julho de 2004, no âmbito da Pesquisa “Os jovens em assentamentos rurais”, coordenada pela Professora Marilda Aparecida de Menezes, e utilizamos, para este trabalho, fragmentos de algumas entrevistas realizadas com jovens de Redenção.

Em seguida, escolhemos quatro entrevistas para editar, as quais foram analisadas no capítulo cinco. A metodologia adotada foi a análise de trajetórias individuais no sentido proposto por Bourdieu (1986) e Menezes (2002a), documentadas através da técnica de entrevistas com o uso de gravador. O uso de entrevistas é justificado em pesquisas nas Ciências Sociais por ser, segundo Queiroz (1988), a forma mais antiga e mais difundida de coleta de informações; é considerada a técnica por excelência e está presente em todas as formas de coleta de relatos orais, tendo em vista que estes implicam sempre um colóquio entre o pesquisador e aquele que narra.

A metodologia também incluiu a observação participante através do acompanhamento das reuniões de jovens⁷, das assembléias das associações dos assentados, do Fórum dos Assentados do Brejo Paraibano, e a interlocução com as instituições mediadoras que atuam no assentamento: UFCG, SEDUP, INCRA, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Secretaria de Agricultura do Município de Pilões. Até esse momento da pesquisa de campo, no qual

⁷ O acompanhamento das reuniões com os jovens, parte importante da pesquisa de campo, foi viabilizado graças ao apoio financeiro do Projeto Pilões de Tecnologia Apropriada. O Projeto Pilões foi aprovado pelo CNPQ com base no edital CT – Agro/MCT/MDA/CNPQ n°. 022/2004 e foi coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Eduardo Cid Guimarães.

predominou a coleta de informações por meio de entrevistas e da observação participativa, não há, segundo Menezes (2005), um padrão rígido de como desenvolver uma pesquisa empírica. A subjetividade dos atores envolvidos no processo de pesquisa dá os tons e as texturas do cenário, das máscaras e das falas. Oliveira (1996), por sua vez, fazendo uso de metáforas, diz que é preciso que se considerem os atores, o público, o cenário, as luzes e o texto a ser encenado. É nesse momento da pesquisa que se pode exercitar o “olhar e o ouvir” como funções básicas do processo de conhecimento que será transformado em textos no momento do “escrever”.

A pesquisa contou, ainda, com um levantamento da bibliografia que trata do tema, em livros, teses, dissertações, periódicos (jornais e revistas), artigos e ensaios. Grande parte deste acervo foi obtida nas bibliotecas das universidades, a saber: UFCG, UEPB, UFPB.

A partir do referencial teórico-metodológico supracitado, a pesquisa terá como objetivo geral *a busca da compreensão das formas de inserção dos jovens na vida econômica da unidade familiar e as suas experiências de trabalho coletivo nos assentamentos*. Como objetivos específicos, relacionamos: a) a verificação das formas diversas de participação dos jovens no trabalho familiar nos lotes, nas dimensões da divisão do trabalho; b) o estudo das experiências de trabalho coletivo dos jovens – assessoradas por técnicos agrícolas, ONGS e Universidade, tais como horta, granja e artesanato; c) o estudo de algumas trajetórias individuais de jovens que representem a diversidade de estratégias de experiência social dos mesmos e de suas famílias, tais como migrações, pequeno comércio, investimentos no lote, participações em grupos coletivos e em programas de capacitação; e d) estudar as iniciativas dos jovens na organização do assentamento.

1.4 Estrutura dos Capítulos

Diante do processo metodológico acima descrito, a dissertação é formada por esta introdução, mais cinco capítulos, considerações finais e referências bibliográficas.

No segundo capítulo, fizemos um resgate histórico da colonização da área estudada, começando pela colonização da Paraíba, no qual buscamos evidenciar a importância da cana-de-açúcar para o estado e para a micro-região do brejo paraibano. Em seguida, descrevemos o município de Pilões em seus aspectos geográficos, históricos e com um destaque sobre sua economia, hoje baseada na cultura da banana, na pecuária e em diversas culturas de subsistência.

No terceiro capítulo, apresentamos uma sucinta revisão de literatura, retomando as

principais concepções teóricas dos autores clássicos sobre o futuro do campesinato. Dentro de uma perspectiva em que não podemos estudar a juventude rural ignorando a questão agrária e que o futuro da juventude rural no Brasil passa pela solução dessa questão.

No quarto capítulo, relatamos os principais problemas dos assentamentos estudados. Para isso, além das entrevistas com os jovens, tomamos como base dois documentos recentes: a carta aberta dos jovens assentados no município de Pilões e o documento produzido pelo Fórum dos Assentados. A partir desses dois textos, foi possível descrevermos as principais demandas dos assentados e, particularmente, dos jovens. Analisamos, ainda, a atuação dos mediadores externos UFCG e SEDUP e suas experiências, com destaque para os trabalhos organizativos e as oficinas para capacitação e geração de renda. Além da questão da terra, observada pela estrutura atual dos assentamentos, analisamos também questões referentes às famílias dos jovens e ao trabalho como elemento central na vida desses atores.

No quinto capítulo, estudamos o universo dos jovens a partir de suas trajetórias individuais e propusemos uma ligação dos problemas por eles apontados com a falta de políticas públicas específicas para a juventude rural e com as conseqüências daí resultantes. Nesse momento, colocamos em evidência as múltiplas estratégias de reprodução adotadas pelos jovens e buscamos perceber como se comportam em relação à questão de ficar ou sair dos assentamentos.

Por último, apresentamos as Considerações Finais, buscando responder à questão colocada na introdução. Desse modo, esta pesquisa pretende contribuir com o debate sobre a juventude rural em assentamentos de reforma agrária, procurando tornar cada vez mais visível esse grupo social, o qual atualmente encontra-se excluído das políticas públicas de desenvolvimento rural.

2 A REFORMA AGRÁRIA NO BREJO

Passados mais de cinco séculos da colonização, o debate sobre a reforma agrária⁸ continua despertando o interesse da sociedade brasileira e ocupando espaços na mídia nacional. As opiniões se dividem. Para alguns pensadores, a exemplo de Hobsbawn (1985, p. 284 apud Navarro, 1997, p. 86), autor de formação marxista: “a mudança mais importante e de mais longo alcance da segunda metade deste século e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”. Para autores que seguem essa corrente de pensamento, a reforma agrária não é mais necessária, não passando a mesma de mais uma política compensatória. Para outros, a história recente dos assentamentos feitos no Brasil apresenta evidências mais do que comprobatórias do poder transformador das áreas reformadas na direção do rejuvenescimento econômico das regiões onde se localizam (NAVARRO, 1997). Assim, para essa segunda corrente de estudiosos, a reforma agrária continua sendo uma prioridade para o desenvolvimento nacional. A julgar pela agenda dos movimentos sociais⁹ e do governo, através dos seus interlocutores oficiais, esse debate está apenas começando.

Considerada como a solução para os problemas do campo, a exemplo do desemprego e da fome, a reforma agrária é ainda citada como política de extrema relevância para evitar o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, provocado pelas migrações do campo para a cidade. A reforma agrária, portanto, constitui a esperança de milhões de famílias camponesas excluídas da economia pelo modelo de desenvolvimento concentrador de terras adotado no Brasil desde o descobrimento.

Este é o cenário apresentado pela questão agrária¹⁰: a concentração fundiária nas mãos de uma elite historicamente privilegiada, que, segundo Marx (1988), teve início na Inglaterra no final do século XV e prossegue durante o século XVI, com o cercamento das terras dos camponeses para transformá-las em propriedades de criação de ovelhas. Esse processo se consolida na Inglaterra no século XVIII, com a publicação de leis que favorecem o roubo das

⁸ A reforma agrária é um processo amplo e imediato de redistribuição da propriedade da terra com vistas à transformação econômica, social e política do meio rural, com reflexos no conjunto da sociedade. Isso significa que o número de beneficiários do processo deve ser compatível com o universo de trabalhadores rurais, sem ou com pouca terra, e deve realizar-se num período relativamente curto, de tal sorte que a atual geração seja alcançada (GOMES DA SILVA, 1971 apud RANIERI, 2003)

⁹ Cf. ABRAMOVAY, Ricardo.; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRÖDER, Mônica. *A agricultura familiar entre o setor e o território*. São Paulo: FEA/USP, 2005, p. 3.

¹⁰ A questão agrária é o conjunto de problemas sociais e econômicos que se referem ao setor primário da economia, e, em particular, os relacionados com os trabalhadores da terra (e, neste caso, fala-se também da questão camponesa). Esses problemas variam segundo as épocas históricas, tanto que se cita uma questão agrária na idade romana, uma na idade média, uma outra na idade moderna e contemporânea (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1999).

terras do povo. Como afirma Jean-Jacques Rousseau (apud JUNQUEIRA, 1964, p. 8), em seu discurso sobre as origens das desigualdades entre os homens: “O primeiro homem que, cercando um terreno, lembrou de dizer – isto me pertence – e encontrou criaturas suficientemente simples para acreditar no que dizia, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil”. No Brasil, a concentração fundiária teve início com o descobrimento e a posterior colonização e permanece até os dias atuais, não se vislumbrando quando será resolvida.

Portanto, em busca de solução para os conflitos agrários, as famílias trazem para os assentamentos não apenas a vontade de produzir alimentos e de melhorar suas vidas, mas principalmente a expectativa de um futuro mais digno para seus filhos. Essas famílias são conscientes de que deixar seus jovens nas periferias das cidades é torná-los vítimas fáceis de todo tipo de violências, como as drogas e a prostituição infantil. A reforma agrária traz, portanto, a esperança de que essa juventude encontre ocupação, espaços de convivência e de sociabilidade que venham a sinalizar para um futuro mais promissor. No entanto, nem sempre essas expectativas se confirmam, devido à falta de investimentos e de políticas públicas para a juventude e da falta de compromisso do Estado Brasileiro com o desenvolvimento dessas áreas reformadas. Desse modo, a falta de perspectivas leva muitos jovens a continuarem sonhando com um futuro fora do assentamento.

BOX 1 – O mito da grande cidade

Márcia¹¹ é uma dessas jovens que sonha com um futuro longe do assentamento. Ela atribui a sua vontade de sair do Assentamento à falta de oportunidades de trabalho para ela e sua família. Ela diz que é por esse motivo que muitos jovens falam “Ah, eu quero ir para São Paulo ou para qualquer canto onde tenha emprego, porque aqui não dá para a gente se manter”. Sobre o futuro, Márcia reafirma sua preocupação com a falta de emprego e, mesmo não tendo definido sua futura profissão, aposta nos estudos como uma alternativa para um futuro mais promissor: “Aqui eu não queria ficar, por que aqui tem pouca oportunidade de trabalho, tem muita gente que já terminou os estudos, já está avançado, mas não tem oportunidade de emprego. Então, por isso, eu queria sair pra fora pra conseguir um emprego do que quer que seja, desde que ganhe um salário. Aqui mesmo os pais da gente têm uma renda pequena, aí a gente saía pra fora, arrumava um dinheirinho e quando desse mandava uma coisa pros pais. Profissão eu ainda não vejo o que quero, só penso agora em estudar e pensar num futuro melhor”. Mesmo sonhando em deixar o assentamento, ela fica pensativa quando perguntamos para qual cidade pretende sair: “Depende, sempre a gente fala muito em Rio de Janeiro ou São Paulo, mas a gente vê nos jornais, televisão que tem muita violência, e a gente vê muita gente atrás de emprego, lá têm 100, 200 pessoas atrás de uma vaga. A gente aqui pensa que lá é maravilhoso, João Pessoa, Campina Grande, muita gente consegue emprego, mas muita gente fica desempregada. Mas, se aparecer alguma oportunidade de emprego pra gente sair, a gente sai”.

Márcia, 13 anos, filha de Assentado do PA Redenção

Assim, a presente dissertação tem como protagonistas os jovens rurais dos assentamentos Redenção, Veneza e São Francisco, no município de Pilões. O estudo foi

¹¹ Doravante, substituiremos os nomes de todos os entrevistados dessa pesquisa por nomes fictícios visando preservar a identidade dos mesmo.

realizado com base na análise de suas trajetórias e experiências coletivas. Suas falas nas entrevistas vão clarear nossa compreensão de suas realidades, e os relatos de seus sonhos juvenis provavelmente contribuirão para se pensar políticas públicas para tornar esses sonhos realidade.

2.1 Contexto histórico do espaço empírico da pesquisa

Os números relativos à realidade brasileira reforçam a importância da reforma agrária. O Brasil é a sociedade mais desigual de todo o mundo. Aqui, apenas 1% dos proprietários – cerca de 40 mil famílias – é dono da metade de todas as terras, enquanto o restante é distribuído entre cinco milhões de estabelecimentos agrícolas de médios e pequenos proprietários e outras 4,5 milhões de famílias vivem no meio rural sem terra alguma (STÉDILE, 2001).

Passamos 400 anos de colonialismo organizando a produção agrícola com base nas fazendas plantation, em que se combinavam grandes extensões de terra monocultura (de café, cana, algodão, cacau) e pecuária extensiva destinadas à exportação, com o uso de mão-de-obra escrava. Quando saímos desse modelo, o fizemos impedindo que os ex-escravos se tornassem camponeses, pois a Lei de Terras de 1850¹², em vez de promover uma justa distribuição das terras disponíveis, impedia que qualquer cidadão se tornasse camponês, se não tivesse condições de comprar da Coroa decadente essas terras (STÉDILE, 2001). O Brasil libertou os escravos e, ao mesmo tempo, tornou as terras cativas. A lei de terras proíbe o acesso de pessoas que não podem comprá-la e reforça o estabelecimento da propriedade privada no Brasil (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Desse modo, a industrialização dependente brasileira surgiu da aliança entre o capital da oligarquia rural agro-exportadora com os capitalistas estrangeiros. E, assim, durante todo o século XX, mais precisamente de 1930 a 1980, o Brasil passou por um rápido processo de desenvolvimento industrial, modernizou-se, implantou a oitava economia do mundo e

¹² De acordo com Ranieri (2003), em 1850 foi aprovada a lei 601 do Império (Lei de Terras), permitindo que as terras fossem adquiridas somente através da compra e por preços altos. Em 30/11/1964, foi sancionado o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504). Ao mesmo tempo, foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA. Em 1988, foi promulgada a nova constituição que dedica o Capítulo III, combinado com o Título III (Ordem econômica e financeira), à Política agrícola e Fundiária e à reforma agrária. No inciso II do Capítulo 185, a constituição garante a não-desapropriação da “propriedade produtiva”. Mais recentemente, em junho de 1997, foi publicado o Decreto 2250, que confere às entidades estaduais representativas de trabalhadores rurais o poder de indicar ao INCRA áreas passíveis de desapropriação para reforma agrária. A Medida Provisória 1632, de 11/04/1998, promove redução nos custos das desapropriações e a Medida Provisória 1901 dá o embasamento legal para se coibir as superindenizações.

urbanizou sua população. Hoje, resta apenas cerca de 20% da população no campo. Essa tendência ao esvaziamento do campo foi citada em recente artigo por Abramovay, Magalhães e Schröder (2005, p. 27): “apenas 40% dos filhos de agricultores que viviam na propriedade paterna diziam querer seguir esta profissão no futuro”. Essa política de desenvolvimento que, por um lado, favoreceu a urbanização, por outro, manteve sua natureza perversa de concentração de riquezas, de rendas e de terras. Por essa razão, segundo o autor, esse modelo mergulhou em uma profunda crise na década de 1980.

Essa crise envolveu a economia brasileira em uma profunda recessão¹³, cujos efeitos se fazem sentir até hoje, com o crescimento da economia no patamar médio de 3% ao ano, o que corresponde à quase estagnação. Esse cenário econômico afetou todos os setores da economia nacional e o agronegócio do açúcar e do álcool também sentiu o reflexo dessa crise. Na opinião de Lima (1999), o complexo canavieiro e sucro-alcooleiro brasileiro passou por um processo de modernização e crescimento acelerado nos anos 1970 e na primeira metade dos anos 1980, impulsionado pelos créditos e subsídios estatais oriundos do Programa Nacional do Álcool (Proálcool)¹⁴. A partir de 1986, dois fatores concorrem para a crise desse setor: o primeiro, foi a queda dos preços internacionais do petróleo e o segundo, a crise fiscal do Estado brasileiro. Desse modo, o governo começa a rever sua política de fomento ao agronegócio da cana. A contenção do crédito e o controle dos preços do açúcar e do álcool resultaram na defasagem dos preços destes produtos e na inadimplência dos usineiros junto aos bancos oficiais e no fechamento de várias unidades industriais em todo o Brasil e, particularmente, na Paraíba.

Os reflexos dessa crise, sem precedentes, na qual mergulhou a agroindústria canavieira a partir da segunda metade da década de 1980, vieram a ter fortes conseqüências na estrutura agrária da zona canavieira do Nordeste e culminam com um grande número de desapropriações para fins de reforma agrária de áreas pertencentes às usinas falidas, principalmente a partir do ano de 1995. Mergulhados em dívidas trabalhistas, os usineiros não tiveram outra escolha, a não ser a cessão das terras dos seus antigos engenhos e fazendas como forma de quitar esses passivos legais com os trabalhadores (HEREDIA et al., 2002). Essas terras, em parte, foram transformadas em assentamentos de reforma agrária, tal é o caso dos assentamentos de Pilões.

¹³ De acordo com Ferreira (2001), recessão é o período de baixo crescimento ou declínio da atividade produtiva e do mercado (menos severo do que numa depressão).

¹⁴ O Programa nacional do Álcool foi criado em 1975, através do decreto 76.593, como alternativa proposta pelo governo brasileiro para enfrentar a crise energética decorrente da elevação dos preços internacionais do petróleo. O Proálcool visou também a recuperação do setor açucareiro e ainda estimular o setor automobilístico, o qual, com a redução da demanda e da queda de lucratividade, sentia-se ameaçado.

Antes de uma descrição do processo de reforma agrária na Paraíba e, particularmente, dos assentamentos localizados no município de Pilões, é necessário um breve resgate histórico da colonização da Paraíba, para que se compreenda quem é esse personagem que hoje se identifica como assentado da reforma agrária e quais os outros papéis por ele assumidos nos tempos dos engenhos e das usinas. Não se tem aqui a pretensão de fazer um minucioso estudo sobre a colonização paraibana, mas buscaremos apresentar uma descrição sumária dos aspectos ligados ao desenvolvimento da agricultura no estado e ao papel desempenhado pelo campesinato e pela agricultura familiar durante os quase quinhentos anos de domínio da cana, do algodão e do gado.

Segundo Mello (2002), data de 1574 a criação da capitania da Paraíba, antes pertencente à capitania de Itamaracá. Ela foi criada por Portugal para consolidação do território frente aos franceses, que vinham para a região atraídos pelo comércio do pau-brasil e ainda para combater a resistência indígena à presença de estrangeiros em suas terras. A conquista é marcada economicamente pela implantação da atividade canavieira e pela conseqüente implantação de engenhos de açúcar. Entre a criação de direito da capitania da Paraíba (1574) e sua ocupação de fato (1585), passaram-se onze anos, plenos de lutas envolvendo franceses, espanhóis, portugueses e índios potiguaras e tabajaras. Nesse período, os índios potiguaras defenderam com bravura suas propriedades comunais, suas roças, seus haveres e suas famílias e derrotaram várias expedições de espanhóis e portugueses.

Somente em 05 de agosto de 1585, a conquista da Paraíba pôde ser finalmente concretizada pela força da expedição do português João Tavares, que contou com a ajuda dos índios tabajaras, vindo das margens do rio São Francisco, na Bahia. Nessa data, foi celebrado um tratado de paz por meio do qual os tabajaras aceitaram o domínio português, concordaram com o estabelecimento desses e passaram a lutar contra seus irmãos potiguaras, que foram expulsos da capitania da Paraíba, para onde hoje se localiza o estado do Rio Grande do Norte. Após a celebração do acordo com os tabajaras, em 04 de novembro de 1585, por escolha de João Leitão, João Tavares e Frutuoso Barbosa, foi edificada a nova cidade, inicialmente denominada de Nossa Senhora das Neves e hoje chamada de João Pessoa¹⁵(MELLO, 2002).

A capitania da Paraíba, tal como o restante do Brasil, fundou-se com base na grande propriedade territorial, a chamada sesmaria. A sesmaria, que deu origem ao latifúndio monocultor, com o predomínio da cana-de-açúcar no litoral e brejo, e com o binômio algodão/pecuária no sertão, responsabilizou-se pela ocupação do território paraibano. O proprietário de

¹⁵ Segundo Mello (2002), a capital paraibana teve várias denominações: Nossa Senhora das Neves (1585), Filipéia de Nossa Senhora das Neves (1588), Frederica (1634 a 1654) e Parahyba, até 1930, quando finalmente muda mais uma vez de nome passando a chamar-se João Pessoa.

terras, todavia, não trabalhava diretamente a terra. Desde o início, recorreu-se aos braços dos negros africanos. Surgia, assim, na zona da mata, favorecidos pelos rios, solos do tipo massapé e, principalmente, pela demanda de mercados externos, a lavoura da cana-de-açúcar e seus engenhos. Estava, dessa forma, consolidado o latifúndio monocultor e escravista na Paraíba (MELLO, 2002).

A exploração da cana-de-açúcar proporciona o surgimento de um personagem que vai marcar definitivamente a história da Paraíba: o senhor de engenho, que detinha grande poder nos limites de sua propriedade. Ser senhor de engenho era algo que todos ambicionavam, pois implicava ser obedecido e respeitado por muitos. Com exceção dos produtos de luxo importados da metrópole, os senhores de engenhos produziam quase tudo de que necessitavam. O engenho de açúcar constituía a base econômica e social da Colônia, e a unidade de produção do sistema açucareiro compreendia tanto a atividade agrícola quanto a atividade industrial. A atividade agrícola abrangia a produção da cana, como cultura principal, e de produtos de subsistência, como cultivos suplementares (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Em função do atrasado padrão técnico e do calendário agrícola pesado, os engenhos necessitavam de muita mão de obra. Inicialmente, utilizou-se a força de trabalho indígena da própria região, bem como os índios tapuias, trazidos do Maranhão. Os índios não se submeteram ao trabalho escravo de forma passiva, manifestando sua resistência à escravidão através da baixa produtividade, da indolência e da fuga (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A substituição do trabalho indígena nos engenhos só foi possível com a vinda dos negros da África, que eram adquiridos no mercado e transformados em cativos de um senhor. Os negros efetuavam tanto o trabalho agrícola, plantação e colheita da cana e dos produtos de subsistência, como participavam da atividade fabril ligada à produção do açúcar (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A expansão do número de engenhos no Nordeste e na Paraíba¹⁶ nos dá uma idéia da importância que teve a cultura da cana-de-açúcar para a economia da região. Andrade (2005) afirma que o número de engenhos crescia constantemente: “eram cinco em 1550, somavam trinta em 1570, sessenta e seis em 1584 e cento e quarenta e quatro por ocasião da conquista holandesa em Pernambuco, havendo ainda dezenove na Capitania da Paraíba e dois na do Rio Grande do Norte, totalizando no Nordeste 166 engenhos” (p. 76).

Segundo Andrade (2005), o crescimento constante do número de engenhos exigia o correspondente crescimento do número de braços, de escravos. Com o crescimento da

¹⁶ Segundo Mello (1994 apud MOREIRA; TARGINO, 1997), em 1634, dos 18 engenhos existentes na Paraíba, dois situavam-se na área de Mamanguape junto aos rios Camarutuba e Mirir. Os demais distribuíam-se pelo vale do Paraíba, aproveitando a extensa rede de afluentes destes – Tibiri, Tambiá, Inhobim e Gargá.

população, tornava-se necessário desenvolver a produção de alimentos e de fibras. Assim, ao lado da cana-de-açúcar, cultivavam, no primeiro século da colonização, produtos americanos que os europeus se acostumaram a consumir, como a mandioca, a macaxeira (aipim), o milho, várias espécies de favas e legumes, além de plantas exóticas, como o arroz, várias fruteiras, como o coqueiro, plantas introduzidas aqui pelos portugueses que, navegando por todo o mundo, trouxeram-nas da Europa, Ásia, África e Oceania. O algodão era cultivado para a fabricação de tecidos.

Mas o principal problema, o mais sério, era o da mão-de-obra, uma vez que os trabalhadores eram necessários não só à cultura da cana – plantio, limpa e colheita –, como também à fabricação e ao transporte do açúcar e, ainda, ao cultivo para o autoconsumo e aos serviços domésticos. Os índios não se adaptaram aos trabalhos dos engenhos, pois eram acostumados a viver das atividades de coleta, da caça e da pesca e desconheciam a atividade agrícola sedentária. Além do mais, conheciam bem o território e fugiam com facilidade, evitando sabiamente os perigos da floresta. Finalmente, a escravidão indígena foi terminantemente proibida por lei em 27 de outubro de 1831 (ANDRADE, 2005).

Por essas razões, desde os primeiros tempos, houve sempre a importação de africanos para o Brasil, coexistindo a escravidão negra e indígena, desde o início da colonização. Porém, prevaleceu o trabalho escravo negro, tendo em vista que este, ao contrário do índio, já pertencia a uma civilização agrícola e servil na África e oferecia maior produtividade no trabalho que o indígena. Daí preferirem os proprietários, apesar do alto preço, adquirir escravos negros a escravizar índios. Dois fatos, porém, tornavam pernicioso um grande emprego de capital em escravos africanos: a mortalidade muito grande entre eles, como também a alta percentagem de fugas para o interior, onde se reuniam em quilombos bastante numerosos e freqüentes em todo o território nacional (ANDRADE, 2005). O exemplo clássico foi o quilombo de Palmares, no século XVII, que se tornou o símbolo da resistência dos negros à escravidão.

Na Paraíba, a resistência negra à escravidão se manifestou através da sabotagem ao trabalho, do suicídio, da fuga e da formação dos quilombos. Os principais exemplos de quilombos na Paraíba foram: o quilombo do Cumbe em Santa Rita, o do Engenho Espírito Santo e o dos Craúnas no vale do Piancó (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Assim como nos demais estados nordestinos, na Paraíba, o trabalho escravo constituiu o suporte da atividade açucareira durante três séculos e chegou a constituir 13% da população dos municípios paraibanos (PINTO, 1977 apud MOREIRA; TARGINO, 1997). A hegemonia do trabalho escravo só começou a ser compartilhada com outras formas de organização do

trabalho após a crise da segunda metade do século XVII, provocada pela mudança na estrutura do mercado internacional do açúcar. Como os senhores de engenho não podiam adquirir mão-de-obra escrava suficiente para atender as suas necessidades de braços, devido ao aumento de preço da força-de-trabalho escrava, passaram a facilitar o estabelecimento de camponeses¹⁷ no interior de suas terras: “surge daí os lavradores e em seguida o sistema de moradores que posteriormente iria substituir o trabalho escravo” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 42-43).

Os lavradores constituíam uma categoria de pequenos agricultores que forneciam cana-de-açúcar para os Engenhos trabalhando, seja em terras próprias, seja em pedaços de terra dos Engenhos que eles alugavam. Para moer a cana nos Engenhos, pagavam ao senhor “metade da produção, se lavravam terras próprias, ou dois terços, ou três quintos, conforme a maior ou menor distância e a qualidade das terras se estas eram do engenho” (ANDRADE, 1986, p. 113 apud MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 43). Estabelecia-se, assim, um sistema de parceria, atrelado e submetido ao latifúndio canavieiro.

Quanto aos moradores¹⁸, estes eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitar na propriedade, ocupar um pedaço de terra (os sítios) e nele cultivar uma roça. Em alguns casos, podiam criar animais de pequeno, médio e grande porte. Tinham direito à lenha e à água. Apesar de produzirem essencialmente para o autoconsumo, obtinham eventuais excedentes que vendiam nas feiras livres e às vezes recebiam um salário (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Os moradores eram ainda obrigados a prestar serviços gratuitos ao senhor (o cambão), dois ou três dias por semana (moradores de condição ou cambãozeiros)¹⁹, ou a pagar uma renda fundiária em dinheiro, o foro (moradores foreiros). Muitas vezes, além do foro, eram obrigados a pagar o cambão. Além do morador de condição, existia o “morador agregado”, trabalhador, que em troca de um pedaço de terra “ficava obrigado a trabalhar para o engenho, cabendo-lhe, entre outras coisas, o trato e o corte da tarefa de 625 braças” (SÁ, 1992 apud MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 44).

¹⁷ Cardoso (1979), no texto “A brecha camponesa no sistema escravista”, discute a possibilidade da origem do campesinato desde o regime escravista. Segundo o autor, os escravos realizavam atividades agrícolas nas parcelas e no tempo para trabalhá-las no interior das fazendas.

¹⁸ *Moradores* é a designação dada aos trabalhadores residentes nas propriedades da região (GARCIA Jr., 1990). Palmeira (1977) afirma que quando o morador procura um engenho, antes de pedir trabalho, o que ele procura é casa. Mas não é qualquer casa, no sentido que nós damos a essa palavra, que ele procura, mas sim casa de morada, uma casa que permita o sustento dele e de sua família e lhe assegure certas vantagens no engenho e lhe abra certas possibilidades como a do usufruto de um sítio.

¹⁹ Segundo Palmeira (1977), com a casa, o morador recebe trabalho (e será um de condição) ou terra (e será um morador foreiro), mas em qualquer dos casos (e mesmo que o morador de condição não receba sítio), a casa representa mais do que a simples construção e inclui sempre um terreiro, chão de terra ou fundo de casa que lhe é coextensivo, uma peça da sua casa.

Desse modo, no sistema de morada, as condições de sobrevivência da população mantinham uma estreita relação com o acesso à terra. A possibilidade maior ou menor de acesso à terra dependia não só do chefe da família como de toda a sua família. Isso porque, quanto mais numerosa fosse a prole masculina, maior a possibilidade de encontrar morada (SÁ, 1992 apud MOREIRA; TARGINO, 1997). As formas de trabalho dos tipos lavrador e morador conviveram com o sistema escravagista até a sua abolição. Cessada a escravidão, o sistema de morada se consolidou e se tornou a forma dominante de trabalho nos engenhos de açúcar do litoral paraibano (MOREIRA; TARGINO, 1997).

O sistema de morada teve um papel importante na produção de alimentos, que inicialmente era realizada pelos escravos. A produção de alimentos pelos escravos tinha o objetivo de diminuir os custos de produção dos senhores de Engenho. Com o surgimento dos moradores, a produção de alimentos passou também a ser realizada por estes e suas famílias nos sítios que lhes eram cedidos pelos senhores de engenhos. No que se refere à formação da pequena propriedade camponesa, ela ocorre de dois modos: com a ocupação de terras devolutas por intrusos e posseiros à retaguarda dos engenhos e com a consolidação do sistema de lavrador. Dessa forma, “a pequena produção e a pequena propriedade camponesa teriam nascido, assim, nos interstícios da grande propriedade monocultora, ou seja, nas brechas do sistema canavieiro e a ele subordinada” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 50-53).

Antes da implantação das usinas na Paraíba, a produção de cana nos engenhos passou por uma crise que atingiu toda a atividade açucareira nordestina na segunda metade do século XVII, aprofundou-se e alongou-se por todo o século XVIII. Contribuiu, para isso, a conjuntura econômica interna, centrada na produção do ouro, a concorrência com o algodão, que chegou a ser produzido em plena zona canavieira, e a dependência que a Paraíba tinha em relação ao mercado de Pernambuco. A partir de 1750, algumas medidas foram tomadas para soerguer a atividade. Destaca-se, dentre outras, a suspensão da execução sumária das dívidas dos senhores de engenhos, a expansão do crédito e a recuperação e fundação de novos engenhos. Não obstante às isenções, os incentivos recebidos e as mudanças introduzidas nas relações de trabalho, só nos fins do século XVIII é que a atividade canavieira iria apresentar mostras de reaquecimento. Na segunda metade do século XIX, o sistema entra novamente em crise, provocada, por um lado, pelo fim da escravidão, pela concorrência do açúcar de beterraba produzido na Europa com tecnologia mais avançada e ainda pela concorrência do açúcar de Cuba e de Java; e, por outro lado, pelo atraso tecnológico tanto da produção agrícola como da indústria. Para garantir a sobrevivência do setor face a essa nova crise, o poder público estabeleceu, no último quartel do século XIX, incentivos econômicos e

financeiros para a sua reorganização. Surgem, assim, os engenhos centrais, cuja atividade limitava-se à atividade fabril, não abrangendo a produção agrícola propriamente dita. Na Paraíba, a primeira e única concessão para a implantação de Engenho Central data de 11 de março de 1880, no Engenho São João, município de Santa Rita. Esse modelo de produção industrial foi um completo fracasso. Isso porque, dentre outros motivos, existiu um boicote dos senhores de Engenho, que temiam tornarem-se simples fornecedores de cana, perdendo, desse modo, poder e prestígio (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Até aqui, tentamos traçar, de forma bastante resumida, alguns aspectos da colonização da Paraíba, com ênfase na cultura da cana-de-açúcar, cuja exploração ocorria nos engenhos, e procuramos enfatizar aspectos ligados à possível origem da produção camponesa no Estado, às condições de vida dos trabalhadores e, ainda, aspectos relacionados ao aparecimento da pequena propriedade. A seguir, descreveremos o surgimento das usinas de açúcar e as conseqüências de sua implantação para os principais atores estudados neste trabalho, a saber, os moradores dos engenhos e suas famílias. Para tanto, tentamos responder as seguintes questões: como as usinas afetaram a produção de alimentos e a pequena propriedade? Qual o impacto das mesmas sobre o meio ambiente e a reorganização do espaço agrário paraibano? Embora os autores que escreveram sobre as condições de vida dos moradores dos engenhos não tivessem ainda uma preocupação com a juventude, é interessante observar o seguinte relato do escritor da cidade de Areia, Horácio de Almeida, citado por Andrade (1998), para se ter uma idéia de como era a vida desses jovens:

os trabalhadores rurais, moravam em mocambos de palha que mais pareciam chiqueiros de porcos. E nessas esterqueiras criavam a família, dormindo em magotes sobre jiraus de vara ou no chão úmido, na mais abjeta promiscuidade. Quando chovia, a água corria em bica por dentro da pocilga, onde todos viviam agachados. No terreiro dos casebres, meninos pançudos de pés cambados ostentavam a barriga cheia de lombrigas. As filhas moças não tinham mais do que uma muda de roupa (de roupa ou molambo) para cobrir o corpo, e os moleques de 10 anos já pegavam no pesado para ajudar os pais (ANDRADE, 1998 apud SILVA, J. V., 2002, p. 22-23).

O escritor José Otavio de Arruda Mello, ao escrever a história da Paraíba, com um olhar voltado para as lutas e resistências dos oprimidos, produz um legado que suscita futuras pesquisas sobre a trajetória do povo paraibano, que, ao longo do processo de colonização, foi vítima de todo tipo de exploração, humilhação e massacres. O genocídio começa com os índios potiguaras, passa pelo uso da mão de obra escrava negra e chega aos nossos dias com o assassinato de líderes camponeses como João Pedro Teixeira, Negro Fuba e Pedro Fazendeiro, líderes das ligas camponesas²⁰ na década de 1960 e, mais recentemente, Margarida Maria

²⁰ Em meados da década de 1950, agricultores pobres dos estados da Paraíba e de Pernambuco passaram a se organizar em torno de organizações denominadas de ligas camponesas. Inicialmente lutavam contra o cambão e o aumento extorsivo do foro e também contra a ameaça de expulsão da terra. Com o crescimento

Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, assassinada no final dos anos 1980 do século passado.

A conquista da terra pelos camponeses do brejo paraibano e, particularmente, pelos assentados do município de Pilões não ocorreu de modo tranqüilo. O intervalo compreendido entre o ano de 1992, ano da falência da Usina Santa Maria²¹, e 1997, ano em que se concretiza a sua desapropriação, foi marcado por todo tipo de ameaças e perseguições. Foram cinco anos de incertezas, de total abandono dessa população à própria sorte. Nesse período, ficaram sem o emprego da usina e não podiam plantar nas propriedades, pois eram impedidos pelos administradores da massa falida da empresa.

Lutando, em um primeiro momento, pelo pagamento das dívidas trabalhistas, os antigos empregados da Usina aglutinaram-se em seus sindicatos e articularam-se com movimentos da Igreja – sobretudo da paróquia de Pilões – e com entidades da sociedade civil, como o SEDUP – Serviço de Educação Popular, com sede em Guarabira. Em 1993, a luta dos trabalhadores se amplia e ganha a adesão de outros atores, a exemplo das irmãs franciscanas do Colégio Santa Rita de Areia, de funcionários da Universidade Federal da Paraíba, campus de Areia. Essa articulação culminou com a criação do comitê de apoio aos trabalhadores da Usina Santa Maria que, na sua composição, incluía também os presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios de Areia, Pilões e Serraria (SILVA, J. V., 2002; MENEZES, 2005).

Gradativamente, o discurso reivindicatório pelo pagamento das dívidas trabalhistas foi sendo substituído por estratégias de resistências dos trabalhadores, como a ocupação das terras com cultivos de subsistência, divulgação na imprensa dos problemas enfrentados pela usina e da luta dos trabalhadores e articulação com as autoridades locais para servirem de interlocutoras junto ao INCRA, pela desapropriação das terras da Usina para fins de reforma agrária. Finalmente, em 1997, foram encaminhados todos os pedidos de desapropriação das glebas da Usina, conseguindo-se, assim, a desapropriação de 4026 hectares, sendo implantados nove assentamentos em áreas descontínuas localizadas nos três municípios (MENEZES, 2005).

das ligas, a pauta de reivindicações foi ampliada e os camponeses passaram a reivindicar o direito à representação sindical, a implantação de leis trabalhistas e, principalmente, a reforma agrária (BENEVIDES, 1985)

²¹ A falência da Usina Santa Maria aconteceu em 1992; contudo, em outubro desse mesmo ano, a AGROENGE (Agropecuária e Engenharia S/A), empresa pertencente a um grupo do Distrito Federal, consegue na justiça a suspensão da falência e, com financiamentos do Banco do Brasil, coloca a usina para funcionar, com o nome de USIAGRO (Usina e Agropecuária LTDA). Durante dois anos, a usina produziu açúcar e álcool, mas não conseguiu superar a crise financeira e encerrou as atividades, retirando-se definitivamente da região (MOREIRA; TARGINO, 1997).

O número de famílias em cada assentamento varia entre 16 e 94. O menor é Tabocal, no município de Areia, com 16 famílias, e o maior é Redenção, que ocupa terras nos municípios de Areia e Pilões e é formado por 94 famílias. A tabela 01 a seguir expõe como ficou a distribuição geográfica dos assentamentos, nos três municípios, após a desapropriação da Usina.

Tabela 01: Distribuição do número de famílias assentadas no município de Pilões

Nome da propriedade	Projeto de Assentamento	Área ²² (há)	Número de Famílias	Municípios
Ipueirinha, Santa Helena, e Nossa Senhora de Fátima	União	502	59	Areia
Riacho de Faca e Barra do Quati	Esperança	376	40	Areia
Almécega e Tabocal	Tabocal	199	16	Areia e Pilões
Cajazeiras, Triunfo e Marzagão	Cajazeiras	509	50	Serraria
Engenho Veneza	Veneza	300	26	Pilões
Labirinto e São Bento	Santa Maria	209	27	Pilões Serraria
Engenhos: Cantinhos e Mercês	Redenção	969	94	Areia e Pilões
Engenho São Francisco	São Francisco I	481	35	-
Campo Verde, Grotta e Engenho Velho	Campo Verde	481	35	-
Total 19 Propriedades	Total: 09 Assentamentos	4026	382	Areia, Pilões e Serraria

Fonte: INCRA-PB (apud SILVA, J. V., 2002, p.38)

Para Malagodi et al. (2004), o aparecimento desses assentamentos representa uma novidade na região, uma nova experiência histórica e uma nova experiência de vida e de trabalho para toda uma geração de moradores de engenhos e de terras das usinas. As mudanças afetaram amplamente a população atingida e não apenas os responsáveis pelos lotes: surge uma nova questão de gênero e de geração, assim como também uma questão ambiental, ao lado da questão produtivista, de trabalho e renda e das condições de vida. Portanto, a discussão sobre o planejamento e o desenvolvimento nos assentamentos traz implícito um caráter multifacetado e a necessidade de uma compreensão do desenvolvimento rural como uma realidade ampla. Pensar o desenvolvimento desses assentamentos requer, também, um diálogo dos planejadores e das instituições do estado com as populações envolvidas e o conhecimento de suas estratégias para superação das dificuldades de se reproduzirem como camponeses. A esse respeito, vejamos o depoimento a seguir:

²² O texto da fonte indica um somatório de 4507 ha, o que se constitui num equívoco por parte do autor.

BOX 2 – Estratégia de investimento no lote

“Agora o pior não é nada, o pior é que depois que botou o assentamento, eu sei que o governo tem de dar o investimento, pra pessoa investir, tem de dar o dinheiro, mas a pessoa tem de investir na terra, sem ser com dinheiro do banco, porque quanto mais você fazer, investir na terra, ou em inhame, macaxeira, batata, criar um gado, criar uma galinha, criar um negócio, pra se manter, pra se livrar de banco, é melhor, eu mesmo, pra mim seria melhor, porque você não tá tão dispindurado, em banco, deveno uma mansão, deveno demais, porque eu trabalhava muito mais ele. Eu tinha muito roçado de roça, dois roçado de roça grande, feijão, galinha, tudo (...). Sem nada de investimento, nada do dinheiro que o banco investia, tal, é muito melhor que você diga que é você, é melhor você trabalhar três mês, sofrida, aqui e acolá com a sua família, pra quando for na colheita, tá livre, do que você pegar um milhão, dois, três pra investir no roçado, no fim num dá nada, tá deveno. Pelo meno na minha opinião é péssimo. Mas o pessoal, desculpe, é tudo preguiçoso”.

Dona Balô, 53 anos, moradora do Assentamento Veneza.

Além das características dos atores envolvidos com esse processo de reforma agrária, cujas histórias de vida nos remetem à própria história da Paraíba, como foi visto neste capítulo, há de considerarmos, também, outros aspectos dessas áreas reformadas que proporcionam limites e possibilidades de desenvolvimento. Tomando-se como referência o município de Pilões, onde se localizam os assentamentos pesquisados, é importante não deixarmos de lado outras questões que ajudam a compor o perfil desses assentamentos, como, por exemplo, a geografia dessas áreas reformadas. O município de Pilões apresenta aspectos topográficos, como veremos em seguida, formados por colinas e morros, o que, por um lado, dificulta a exploração da pecuária, mas, por outro, apresenta possibilidades de desenvolvimento da fruticultura e de plantas condimentares. Além do mais, a localização geográfica do Município é extremamente favorável à articulação com os mercados regionais devido à proximidade de cidades como Guarabira, Campina Grande e João Pessoa, na Paraíba, e Natal, Caicó, Nova Cruz e Currais Novos, no Rio Grande do Norte.

2.2 Pilões, o município da reforma agrária

Pilões é um município com a maioria de sua população no meio rural e se localiza na micro-região do brejo paraibano. É formado por 25 comunidades rurais e, após a desapropriação das terras da Usina Santa Maria, foi contemplado com seis assentamentos de reforma agrária. O Box a seguir contém uma descrição de seus aspectos históricos:

BOX 3 – Histórico do município de Pilões

“O povoamento da região onde se encontra o atual município de Pilões foi uma consequência da influência comercial de Mamanguape. Data de 1716 a doação de uma sesmaria de nove léguas pelo Araçagi-Mirim, começando na barra do Araçagi Grande até encontrar as terras do Curimataú. As povoações que se instalaram nesta área ainda têm procedência obscura, não se sabe ao certo quem lançou o seu marco. Segundo a tradição, teriam sido membros das famílias Arouxa e Abreu, porém nenhum documento concreto ficou que possa comprovar as suas presenças como grandes senhores ou ascendentes históricos de Pilões. Em 1815, com a criação do município de Areia, Pilões teve seu território anexado ao novo município. Na segunda década do século XIX, o povoamento já apresenta um franco progresso. Foi nessa época que surgiram os primeiros nomes que passaram à história como os pioneiros na colonização de Pilões: João Crisóstomo, Antônio José da Cunha, José Leandro Correia da Costa (português), Rufo Correia Lima e José Tavares Adão (português) quase todos procedentes de Mamanguape. Escritos de Baeurepaire Roham de 1860, que versam sobre Areia, mencionam Pilões como distrito desta cidade, já possuindo uma capela, que teria sido a sua primeira construção. Padre Ibiapina, mais tarde, deu consistência a essa capela, a qual se tornou a matriz da freguesia criada em 1876. O município foi criado pela Lei provincial nº 755, de 04 de dezembro de 1883 e pela Lei estadual nº 26, de 02 de março de 1895, desmembrado de Areia. Em 1897, a Lei nº 80, de 13 de abril, transfere a sede do município para Serraria, elevada à categoria de vila. Nas divisões administradas do Brasil em 1936, 1937 e 1938, Pilões figura como simples distrito de Serraria, com o topônimo de Pilões de Dentro. Na divisão do quinquênio 1939/43, Pilões figura com o nome de Entre Rios. Já no quinquênio de 1944/48, estabelecido pela Lei nº 520, de 31 de dezembro de 1943, volta à antiga denominação de Pilões. Finalmente, a Lei nº 916, de 20 de agosto de 1953, restaura a sua condição de autonomia, instalando-se oficialmente o município a 1º de janeiro de 1954, desmembrado de Serraria e integrado por um único distrito, o da sede”.

Fonte: Boletim informativo da prefeitura municipal de Pilões, 2006.

2.2.1 Aspectos geográficos e sociais do município

A micro-região do Brejo Paraibano está inserida no acidente de relevo de maior importância do Estado: o Planalto da Borborema. Esta unidade é caracterizada por um relevo que vai de ondulado a forte ondulado, com trechos montanhosos. A estrutura desse planalto é de um maciço formado por rochas cristalinas diversas. A parte ondulada é constituída por um conjunto de elevações de topo arredondado, vertentes convexas e vales em forma de “V”. A altitude pode variar entre 500 e 600 metros, com alguns topos mais elevados, ultrapassando os 600 metros de altitude. Seu clima é de savana, com verão seco, no qual a estação chuvosa se prolonga até o outono, destacando-se por uma elevada pluviosidade de 1000 a 1200 mm anuais, em consequência de sua maior altitude. A temperatura média anual varia de 18 a 20 graus Celsius, para as mínimas, e de até 30 graus Celsius, para a máxima.

No box abaixo, descrevemos a localização geográfica do município e aspectos sociais de sua população²³.

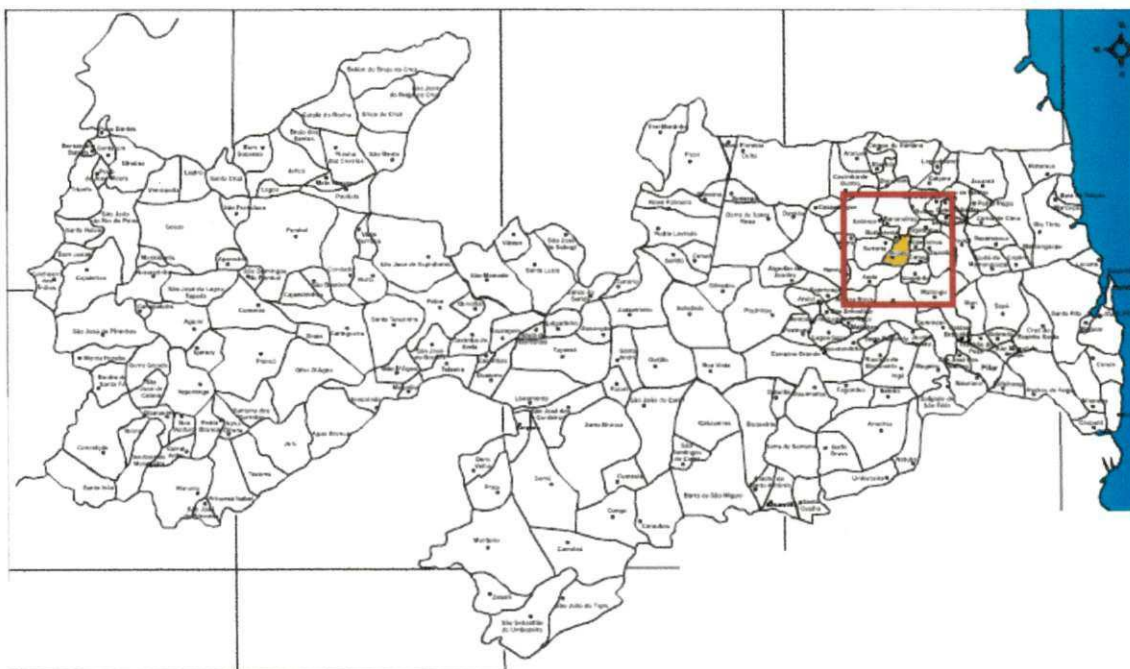
²³ No anexo I, juntamos uma tabela com os principais programas assistenciais do governo federal de que a população do município de Pilões é beneficiária.

BOX 4 – Localização geográfica e população

Com uma área de 64,45 km², o município de Pilões está localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano e Microrregião do Brejo da Paraíba. O município é servido pela rodovia PB 75 e encontra-se distante 20 km de Guarabira, cidade considerada como a capital do brejo paraibano e importante centro comercial, que está localizada a 70 km de Campina Grande, maior cidade do interior da Paraíba e a 117 km da Capital João Pessoa. Essa privilegiada localização geográfica facilita a articulação com os mercados regionais e ajuda no escoamento de sua produção agrícola. A população urbana de Pilões é de 2.793 habitantes e a rural é de 5.007, perfazendo um total de 7.800 habitantes, sendo 5.684 eleitores. A base da economia do município é a agricultura de subsistência, que ocupa em torno de 80% de sua mão de obra. A pecuária, o comércio, o funcionalismo público e as aposentadorias aparecem em menor proporção. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)²⁴ está classificado como médio, e é de 0,56, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000). Esse dado proporciona ao município o acesso a diversos programas de transferência de renda e de políticas compensatórias.

Fonte: IBGE (2006).

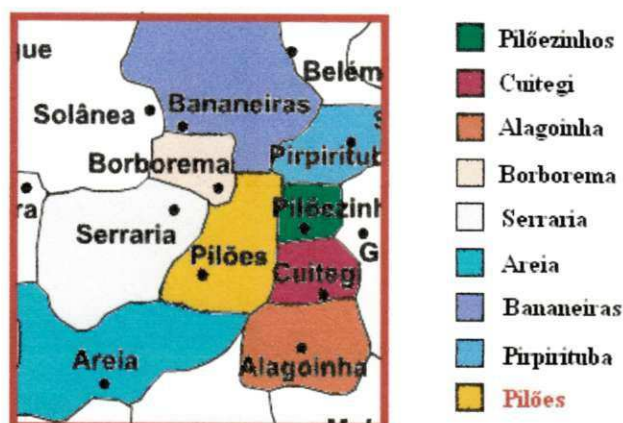
O território do município de Pilões limita-se ao norte com os municípios de Bananeiras e Pirpirituba; ao sul, com Areia; na parte sudeste, com Alagoinha; na porção leste, limita-se com Pilõezinhos e Cuitegi; a oeste e noroeste, limita-se, respectivamente, com Serraria e Borborema.



Localização do município de Pilões no Estado da Paraíba

Fonte: IBGE (2006).

²⁴ O IDH-M (Índice de Desenvolvimento Municipal) varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Para o IDH até 0,499, o desenvolvimento humano é considerado baixo; os países ou municípios com IDH entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; e países ou municípios com IDH acima de 0,800 têm desenvolvimento considerado alto. Para aferir o nível de desenvolvimento de municípios, as dimensões são as mesmas usadas para os países, ou seja, educação, longevidade e renda. Fonte: www.pnud.org.br. Acesso em: 05/08/2006.

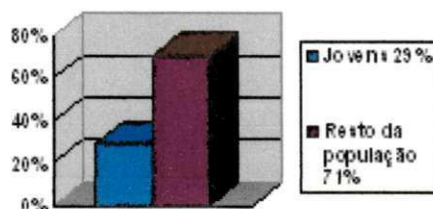


Pilões e municípios limítrofes

Fonte: IBGE (2006).

Outro aspecto interessante é o grande número de jovens no município. Quase 30% da população é constituída por pessoas que estão entre 15 e 29 anos, como mostra o gráfico abaixo:

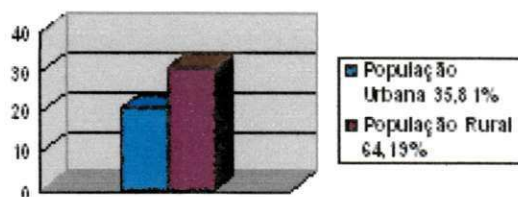
Gráfico 01: Relação entre o número de jovens entre 15 e 29 anos de idade e o resto da população



Fonte: IBGE (2006).

A população, como se pode inferir do gráfico abaixo, é predominantemente rural, e a economia do município é baseada na produção agrícola. Portanto, trata-se de um município rural na concepção do professor José Eli da Veiga, discutida no seu livro “Cidades Imaginárias” (VEIGA, 2003).

Gráfico 02: Relação entre a população rural e urbana do município de Pilões



Fonte: IBGE (2006).

A pecuária de Pilões é formada – do mais para o menos representativo – de bovinos, suínos e aves. O número de caprinos não chega a ser expressivo como em outras regiões do interior paraibano. A criação de galinhas para a produção alimentar de subsistência nos sítios de Pilões é bastante importante, uma vez que a carne e os ovos de galinha caipira representam um importante componente nutricional para a segurança alimentar daquela população.

A produção agrícola se sobressai em importância em relação à pecuária. Na produção de lavouras permanentes, destacamos a cultura da banana, hoje transformada na principal cultura comercial, cultivada no município desde a década de 1980 do século passado. No entanto, só depois da decadência da cana-de-açúcar é que ela passa a ter importância econômica para Pilões e se constitui hoje na principal fonte de renda para os agricultores, encontrando facilidades de comercialização para as cidades de Guarabira, Areia, Arara, Campina Grande e João Pessoa, na Paraíba, e Caicó, Currais Novos, Parelhas, Santo Antônio, Nova Cruz, Goianinha e Canguaretama, no Rio Grande do Norte. Atualmente, essa cultura já ocupa a área plantada de 1200 hectares, com uma produção no ano agrícola de 2005 de 7200 toneladas. A comercialização da banana é feita por unidade e o preço médio do milheiro fica em torno de R\$ 30,00. Além da banana, existem outras culturas comerciais no município de Pilões, a exemplo do urucum e do cajueiro. Existem ainda outras culturas sem expressão econômica, mas que podem ser cultivadas no município, como, por exemplo, goiaba, laranja, manga, jaca, cajá, abacate; este último, embora presente, não representa importante item agrícola da região. Há também a produção de lavouras temporárias, com culturas como a mandioca, principal cultura de subsistência, cujo aproveitamento se dá através da farinha e da goma extraídas através das vinte e cinco casas de farinha em atividade no município. O milho, o feijão, a fava e a batata-doce representam a base alimentar da população do município. Há ainda outra cultura remanescente na região de Pilões, a qual é uma herança das antigas usinas

que, na microrregião do Brejo Paraibano, atuaram até pouco tempo atrás, e foi a principal fonte de renda da região: a cultura da cana-de-açúcar. Ela ainda ocupa um lugar de destaque na economia do município devido à existência de cinco engenhos em funcionamento, produzindo regularmente cachaça, rapadura, açúcar mascavo e melaço. Atualmente, no município de Pilões, a monocultura da cana-de-açúcar cedeu espaço para a policultura e são cultivados no município dezenove culturas divididas entre cultivos temporários e permanentes.

O comércio da cidade é movimentado por pequenos estabelecimentos: mercearias e restaurantes, além de bares, padarias, lojas de roupas e produtos importados. No mercado público da cidade, são expostos à venda, no domingo, dia da feira, itens produzidos no campo, além de carnes e pescados. Muitos dos produtos agrícolas e pecuários produzidos em Pilões são levados para a venda na feira de Guarabira, que é a maior cidade próxima do município e desempenha o papel de pólo regional. A banana, principal cultura do município, é comercializada na Paraíba e no vizinho estado do Rio Grande do Norte, destacando-se as cidades de Caicó e Nova Cruz como importantes centros consumidores.

Após a falência do agronegócio da cana de açúcar no Brejo Paraibano, o município de Pilões passou a ter na cultura da banana seu maior sustentáculo econômico. No entanto, outras alternativas estão sendo testadas, a exemplo da floricultura, resultado de uma parceria entre o SEBRAE, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Projeto Cooperar, UFPB, EMATER, COFEP (Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba) com sede em Pilões, ADESMAF (Associação de desenvolvimento sustentável de Macaco e Furnas), em Areia, e das prefeituras de Areia, Bananeiras e Pilões.



Foto 01: Floricultura do município de Pilões.

A floricultura está sendo incentivada na região do brejo, com destaque para o município de Pilões, onde vinte e uma mulheres fundaram a COFEP e estão produzindo 500 pacotes de flores por semana, o que representa 12,5 mil hastes das espécies Crisântemo, Calábria e Margarida, produzidas em vinte e nove estufas. Essa iniciativa já rendeu ao município uma premiação nacional do SEBRAE, recebida pelo prefeito em 23 de março de 2006, no Hotel Tambaú, em João Pessoa. Esse prêmio é concedido aos gestores públicos que apoiam os pequenos negócios e o desenvolvimento local, na adoção de estratégias criativas de superação de dificuldades econômicas (SEBRAE PARAÍBA, 2006). Existem em funcionamento no município dez conselhos: Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – CMDRMA –, Conselho de Assistência Social, Conselho do IPAM – Instituto de Previdência e Assistência Municipal –, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDMA –, Conselho de Saúde, Conselho de Educação, Conselho da Alimentação Escolar e o Conselho do FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental). O município conta ainda com vinte e quatro associações rurais e cinco urbanas e seis áreas de assentamento (Redenção, Veneza, Santa Maria, Tabocal, São Francisco e, mais recentemente, com o assentamento Florestan Fernandes).

As principais instituições governamentais e não-governamentais com atuação em Pilões são: Prefeitura; EMATER; Cartório de Registro Civil; Cartório Eleitoral; Fórum; Agência dos Correios e Telégrafos; Banco Postal Bradesco; Associações Comunitárias; Sindicato dos Trabalhadores Rurais – hoje com 3500 sócios – e CAGEPA (Companhia de Águas e esgoto da Paraíba). Em Pilões, são oferecidos os Ensinos Fundamental e Médio e o município conta com 06 (seis) escolas municipais e 04 (quatro) escolas estaduais, atendendo ao total de 2484 alunos, dos quais 107 são do EJA – Educação de Jovens e Adultos, conforme dados da Secretaria de Educação do município.

Tabela 03: Total de alunos matriculados nos Ensinos Fundamental e Médio no município de Pilões.

Ensino Fundamental e Médio	Esfera Administrativa			
	Estadual		Municipal	
	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas
1ª a 4ª	1	235	3	974
5ª a 8ª	2	355*	3	607
Ensino Médio	1	313	-	-
Total	4	903	6	1581

Fonte: Secretaria de Educação do Município de Pilões.

*107 são alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Na saúde, o município conta com dois postos de atendimento médico e um consultório odontológico. A cidade possui o PSF – Programa de Saúde na Família e o Programa de Vigilância Sanitária e Epidemiológica. O governo Federal também possui uma relevante atuação no município através de programas sociais como o Bolsa Família, Bolsa Escola, Educação de Jovens e Adultos e do PRONERA (Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária). A Previdência Social também se faz presente no município através do pagamento de aposentadorias e pensões a seus habitantes.

A religião hegemônica no município de Pilões é a católica. Daí decorre a importância dada às festas religiosas, destacando-se a comemoração da Paixão de Cristo na semana santa, com apresentação do Teatro Amador Padre Matheus ao ar livre, no pátio da Igreja Matriz; a Festa do Sagrado Coração de Jesus, Padroeiro, comemorada no dia 18 de junho; e as comemorações de Natal e Ano Novo. Essas festas religiosas são bastante prestigiadas pelos jovens dos assentamentos e se constituem em importantes momentos de socialização entre os jovens que moram na zona rural e os jovens da cidade. O Município realiza ainda uma *Semana de Arte e Cultura* e a *Semana do Meio Ambiente*. Como acervo arquitetônico, destacam-se: a igreja matriz, as edificações coloniais dos engenhos de cachaça e rapadura, casarões da cidade e casas de farinha.

Nos últimos 15 anos, o município de Pilões foi contemplado com ações de diversos mediadores externos. Após a falência da usina Santa Maria no ano de 1992, seguiu-se um período de cinco anos até a desapropriação das terras para a reforma agrária, marcado por uma mobilização da qual participaram funcionários do campus da UFPB de Areia, pela Diocese de Guarabira e pelo SEDUP (Serviço de Educação Popular de Guarabira) e de outros atores no momento da luta pela terra. Com a conquista da terra no ano de 1996, inicia-se uma nova fase, a luta pela consolidação econômica nos assentamentos. Nesse período, que vai de 1997 até os dias atuais ocorreu a atuação do projeto “Lumiar,” patrocinado pelo INCRA, que proporcionou aos assentados a assistência técnica necessária para orientá-los na proposta de autonomia dos lotes. O projeto “Lumiar” foi extinto antes da sonhada autonomia e os assentados ficaram sem assistência técnica e com dívidas junto aos bancos oficiais. Os principais afetados, nesse período, foram os jovens que, não encontrando meios para prover suas necessidades, foram obrigados a adotar diversas estratégias para obtenção de renda monetária, a exemplo do trabalho assalariado em outros lotes, da migração e da comercialização de seus produtos agrícolas.

Atualmente, a Universidade Federal de Campina Grande e o SEDUP – Serviço de Educação Popular de Guarabira – desenvolvem ações que têm como público beneficiário a

juventude desses assentamentos. Essas intervenções vão desde trabalhos puramente educativos, visando a reconstrução histórica do passado recente de luta pela conquista da terra, bem como ações mais efetivas de tentativa de geração de renda, como: hortas comunitárias, oficinas de aprendizagem de bijuterias, produção de banana-passa e tentativas de industrialização da castanha de caju.

Durante o período da nossa pesquisa de campo, a UFCG e o SEDUP estavam iniciando simultaneamente a implantação de dois projetos com o grupo de jovens do Assentamento Redenção. A universidade estava iniciando os trabalhos com o *Projeto Pilões*²⁵: *Desenho Industrial e Tecnologia Apropriada, Uma Intervenção Sistêmica em Assentamentos Rurais*. O objetivo do projeto é desenvolver ações integradas para a geração de tecnologias apropriadas aos assentamentos de reforma agrária e as pequenas propriedades rurais da micro-região do Brejo paraibano, bem como sua imediata apropriação pelos agricultores e suas famílias. O projeto teve como metas desenvolver uma bomba d'água movida a pedal, para uso na irrigação de pequenas áreas, equipamentos para beneficiar urucum, banana e castanha de caju, embalagens para os produtos e orientações para aperfeiçoamento dos processos de associativismo e de comercialização.

Em março de 2006, quando estávamos terminando nosso trabalho de campo, o SEDUP (Serviço de Educação Popular) iniciou o chamado projeto ATORES – Articulação de Organizações em Educação e Economia Solidária. O objetivo do projeto ATORES é o de provocar – na realidade social e econômica da área da Paraíba historicamente marcada pela presença da agroindústria da cana-de-açúcar (Litoral, Várzea e Brejo Paraibano) — mudanças definitivas que ajudem a interromper o ciclo de reprodução da pobreza e da exclusão social que afeta a maior parte da sua população.

A estratégia central desse projeto é a multiplicação de atores sociais, sobretudo jovens e adultos jovens e de organizações sociais, culturais e econômicas lideradas ou estimuladas por eles, capazes de exercer duradouramente um protagonismo ativo, auto-determinado, criativo, empreendedor e participativo. A ênfase está na atuação nos diversos processos de organização da sociedade e na articulação, em forma de parcerias duradouras, entre os diversos atores sociais atuantes na área com suas diferentes especialidades. O projeto pretende, também, ampliar as ações que provoquem um olhar efetivo sobre a necessidade de controle social do setor público por parte dos cidadãos e fomentar a reflexão sobre o

²⁵ O Projeto Pilões foi desenvolvido pelo GDDS (Grupo de Desenho Industrial e Desenvolvimento Sustentável) do Departamento de Desenho Industrial do Centro de Ciências e Tecnologia/CCT. O projeto foi aprovado pelo CNPQ com base no Edital CT – Agro/MCT/MDA/CNPQ nº 022/2004 e contou com a participação de vários departamentos: Desenho Industrial, Sociologia, Economia, Engenharia Agrícola e Engenharia Elétrica.

desenvolvimento local sustentável econômico, social, cultural e ambiental. O programa de formação dos jovens divide-se em três eixos temáticos: Economia Solidária, Profissionalização e Formação Humana e Política. O Período de execução é de março a dezembro de 2006 (10 meses), com uma carga horária por grupo de 240 horas-aula (distribuídas numa média mensal de 24 horas-aula, 3 dias/mês).

Em um passado mais remoto, o município de Pilões tinha como tradição econômica a cultura da cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura e aguardente através dos 26 engenhos distribuídos por toda a zona rural do município, os quais, aos poucos, foram perdendo sua importância, devido ao advento das usinas de açúcar e de álcool.

Com a decadência da atividade canavieira e falência das citadas indústrias, Pilões passou a sofrer uma grave crise econômica e social provocada pelo alto índice de desemprego. A conseqüente crise social levou os trabalhadores e a sociedade pilonense a buscarem alternativas de sobrevivência, culminando com a desapropriação de terras pertencentes aos antigos engenhos e usinas, surgindo uma nova ordem econômica baseada no cultivo de culturas de subsistência, como a fruticultura (banana); a pecuária (bovino, caprino e aves caipiras); e ainda o cultivo do urucum e do inhame e a produção de aguardente e rapadura de alguns pequenos engenhos. Pode-se dizer que o município de Pilões é um exemplo típico de fracasso da agroindústria empresarial capitalista como modelo de desenvolvimento, ficando no lugar a agricultura familiar camponesa, distribuída entre vinte e cinco comunidades rurais e seis assentamentos de reforma agrária.

O objetivo dessa dissertação é estudar o processo social que levou a juventude a empreender determinadas trajetórias de vida e a realizar certas experiências coletivas. O contexto de vida dos jovens estudados está marcado, primeiramente, pela vida no lote onde a família mora, trabalha e produz. Seu entorno mais imediato é o assentamento, constituído de tantas outras famílias empenhadas no cultivo e no desenvolvimento de seus respectivos lotes. E como contexto mais amplo está o município, que tem em suas comunidades rurais sua base econômica mais importante. Pode-se dizer, portanto, que o presente e o futuro dessa juventude têm tudo a ver com a dinâmica da agricultura familiar, que, constituindo-se numa forma social que unifica o trabalho (familiar), a produção (de subsistência e/ou comercial) e o consumo (familiar), pode ser chamada de agricultura familiar camponesa.

Nesse sentido, passamos, no próximo capítulo, a examinar como a agricultura familiar camponesa tem sido estudada e apreendida pelos estudiosos desde o surgimento das ciências sociais. Após passarmos em revista as principais idéias do debate clássico sobre a existência do campesinato nas sociedades capitalistas modernas, pretendemos examinar o reflexo desse

debate no Brasil, para extrairmos daí elementos que nos permitam apreender as determinações e desafios sociais que a atual juventude rural de Pilões tem diante de si.

3 O DEBATE SOBRE A ECONOMIA CAMPONESA

3.1 Os problemas da matriz marxista

A tese da tendência ao desaparecimento dos camponeses no capitalismo nasce e se desenvolve a partir de uma determinada matriz teórica. Essa matriz provém de Marx, autor de dezenas de obras referenciais. No entanto, nenhuma de suas obras se dedica especificamente à questão agrária. Em seu livro “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”, Ricardo Abramovay observa a impossibilidade de se encontrar, em Marx, a questão agrária formulada expressamente²⁶ (ABRAMOVAY, 1992). Na verdade, a questão agrária aparece nos textos de Marx sem a preocupação em construir, especificamente, uma teoria do campesinato, mas em decorrência de sua análise do processo capitalista de produção e do investimento de capital no setor agrário. Pela importância que teve a questão agrária e que tem até hoje, retomemos as idéias principais desse debate.

A compreensão do jovem Marx expressa nos Manuscritos de Paris de 1844 concebe a propriedade fundiária como a fonte de toda a alienação humana. E, por trás da mistificação da propriedade, ao invés de o camponês possuir a terra, é a terra que o possui.

A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado em resumo utilizado por nós. (MARX, 1987, p.177)

Portanto, o jovem Marx rejeitava obviamente qualquer proposta de divisão da terra, porque dividir a terra é dividir a propriedade privada, e não acabar com ela. Entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848, Marx redige, juntamente com F. Engels, o *Manifesto Comunista*, cuja palavra de ordem é estatizar toda a terra, submeter o controle da terra e do crédito ao Estado, anexar a lavoura à indústria. Vejamos, ainda, o fragmento extraído do Manifesto Comunista, quando Marx (em 1848)²⁷ se referia à propriedade privada e ao fatalismo da extinção da propriedade camponesa na sociedade capitalista:

A revolução francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal em favor da propriedade burguesa. O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Mas a moderna propriedade privada burguesa é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de fabricação e apropriação de produtos que se baseia em antagonismos de classes, na exploração de uns pelos outros. Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nessa única expressão: abolição da propriedade privada.

²⁶ Segundo Malagodi (1993), também nos autores clássicos François Quesnay, Adam Smith e David Ricardo, não se encontra uma teoria do campesinato, traduzida na forma de uma análise específica desse segmento de produtores. A existência do campesinato não foi, para os autores pioneiros da análise do capitalismo, uma questão teórica relevante ou desafiante. Simplesmente não era seu objeto.

²⁷ Ver Manifesto do partido Comunista publicado pela Editora Martin Claret (2001)

Propriedade adquirida, fruto do próprio trabalho e do mérito pessoal! Falais da propriedade do pequeno burguês, do pequeno camponês, que antecedeu à propriedade burguesa? Não precisamos aboli-la: o desenvolvimento da indústria já a aboliu e continua a aboli-la diariamente. (MARX; ENGELS, 2001, p. 60)

Na citação acima, é possível constatar o pessimismo de Marx em relação ao futuro da propriedade camponesa. Nessa perspectiva, o campesinato e sua gleba de terra não teriam lugar dentro da conjuntura macro-econômica da sociedade burguesa industrial e seria abolida diariamente até seu completo desaparecimento.

No livro *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, Marx, em 1888, analisa o golpe de estado bonapartista de 1851, que pôs fim ao regime feudal, consolidou a burguesia como classe dominante e moldou a sociedade capitalista na França. Neste texto, o autor faz uma referência ao campesinato que ficou conhecida no mundo acadêmico e onde mais uma vez se constata a visão pessimista de Marx em relação à organização dos camponeses enquanto classe:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade. [...] A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. (MARX, 1987, p. 74-75)

Na citação acima, o autor se refere ao isolamento político imposto aos camponeses neste período da história da França, da pobreza em que se encontravam, e os compara a batatas em um saco de batatas, numa referência à falta de uma identidade que os unificassem como classe social. Para o autor, o apoio dado pelos camponeses a Luís Bonaparte, na verdade, revela o caráter conservador da sociedade Francesa, que sonhava com o retorno aos tempos de glória da pequena propriedade, vivenciados durante o governo de Napoleão Bonaparte.

Outro texto interessante para se perceber o olhar de Marx sobre o campesinato é “A chamada acumulação primitiva”, contido no Livro 1, *Volume II*, de *O Capital*²⁸. O período citado por Marx constitui-se numa análise histórica que se situa entre o final do século XV e o início do século XVI e só foi concluído no século XIX. É justamente nesse espaço de tempo e

²⁸ Para mais informações, ver o capítulo XXIV do Livro 1 (Volume II) de “O Capital: crítica da economia política”. 12ª Edição. Rio/São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1988.

tendo como cenário geográfico a Inglaterra que Marx faz um detalhado relato do desaparecimento da propriedade camponesa e da conseqüente transformação dos camponeses em proletários. Esse período marcou o fim da sociedade feudal e o surgimento da sociedade capitalista burguesa. Para que o novo modo de produção burguês se consolidasse, eram necessários homens livres para suas fábricas e, portanto, era preciso separar o antigo servo de seus meios de produção – sua propriedade – e também dos laços de servidão com seu senhor. Esse processo levou à destruição das propriedades dos camponeses e milhões de pessoas foram transformadas em miseráveis. Suas terras foram transformadas em campos de caça, em pastagens para ovelhas e os camponeses viram-se na obrigação de procurar empregos como assalariados da classe emergente. Para uma melhor compreensão desse momento, citamos um relato do próprio Marx, no qual podemos comprovar as atrocidades a que foram submetidos os camponeses:

De modo geral, a situação das classes inferiores do povo piorou em todos os sentidos: os pequenos proprietários de terra e os pequenos arrendatários foram rebaixados à condição de jornaleiros e assalariados, e, ao mesmo tempo, se tornou mais difícil para eles ganharem a vida nessa situação. (MARX, 1988, p. 843).

A análise de Marx sobre o fim da sociedade feudal e o surgimento da sociedade capitalista, ocorrido na Inglaterra às custas da destruição da propriedade camponesa, levou o autor a acreditar no fim do campesinato.

Dando continuidade à tradição do marxismo, Kautsky (1980) acreditava na coletivização da agricultura, na qual o regime proletário deveria implicar também na socialização das grandes empresas agrícolas que repousam sobre a exploração de operários assalariados. Para o autor, a grande empresa não progride na agricultura de igual maneira que na indústria. Mas seria radicalmente falso esperarmos uma substituição da grande exploração pela pequena exploração camponesa. Grande exploração e pequena exploração se condicionam reciprocamente na agricultura capitalista. Segundo Kautsky (1980), a pequena exploração mantém-se mediante ganhos acessórios de ordem industrial, mediante o trabalho assalariado nas grandes empresas agrícolas. Nos lugares que faltam esses dois recursos, onde o pequeno camponês continua sendo simplesmente lavrador, opondo-se à grande exploração não como operário, mas como concorrente, ela sobrevive à custa do trabalho extra e da subalimentação; pela barbárie, como disse Marx. Os camponeses trabalhavam mais e se alimentavam menos, nesta interpretação de Kautsky. No futuro, após a revolução socialista, em virtude da transformação das empresas capitalistas em propriedade coletiva, as pequenas explorações agrícolas tanto da primeira como da segunda categoria cairão na dependência da produção social, que as absorverá ou os anexará. Hoje, a situação do proletariado urbano é de

tal ordem superior à situação bárbara dos pequenos camponeses, que a jovem geração de agricultores abandona os campos, a exemplo do que faz a classe dos assalariados rurais. Com o surgimento por todos os lados de latifúndios socialistas, cooperativas de homens livres, o abandono da nesga de terra pela cidade se transformará no abandono ainda mais rápido dessa nesga de terra pela grande exploração coletiva (KAUTSKY, 1980).

Assim, Kautsky (1980) afirma que a grande empresa socialista não expropriará o pequeno camponês. Ela o arrancará do inferno em que a sua propriedade privada hoje o acorrenta. Dessa forma, a evolução social segue, na agricultura, o mesmo caminho que na indústria. As necessidades sociais, assim como as condições sociais, tanto nesta como naquela, empurram-nos para a grande exploração socialista, cuja forma mais alta conjuga a agricultura e a indústria numa sólida unidade.

A contribuição de Lênin (1982) ao debate da questão agrária contida no livro *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* surge para tentar responder às questões práticas do socialismo revolucionário e como contraponto teórico aos populistas russos, que pregavam, entre outros aspectos, a importância do campesinato para o processo político emancipatório na Rússia. Vejamos a seguir uma síntese do pensamento leniniano sobre o futuro dos camponeses:

a comunidade camponesa [...] – igualitária e homogênea tal como a visualizavam os populistas – desintegrou-se, dando origem a três segmentos nitidamente diferenciados e com interesses conflitantes: os camponeses ricos (que vão compor a burguesia rural), o campesinato médio e os camponeses pobres (que vão formar o proletariado rural). Essa desintegração, que põe fim ao estatuto de casta do campesinato, é um processo determinado pela transformação das relações agrárias na direção do capitalismo: a comunidade camponesa está permeada por contradições inerentes à economia mercantil e capitalista. A funcionalidade dos segmentos emergentes daquela desintegração face ao mercado estimula (ao contrário do que pensavam os populistas) diferencialmente o desenvolvimento do capitalismo, na mesma medida em que é variável da sua expansão. (p. XVI-XVII²⁹)

Em resumo, Lênin formulou a tese da diferenciação social, forjada pelo avanço das relações capitalistas no campo. Lênin pensou assim como Marx e Kautsky, os quais, cada um ao seu modo, previam o desaparecimento do campesinato provocado pela consolidação do capitalismo.

A partir de uma revisão das principais idéias dos autores clássicos, fica clara a opção teórica compartilhada por eles, qual seja, a tese da progressiva extinção do campesinato. Essa tese, além das contestações teóricas elaboradas por Abramovay (1992), Malagodi (1993) e Schneider (2003), entre outros, choca-se com a própria realidade do Brejo Paraibano, onde

²⁹ A numeração de páginas indicada na citação está em algarismos romanos porque é assim que ela se apresenta na introdução da obra consultada, a saber, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, da coleção *Os Economistas*, Ed. Abril Cultural, 1982.

assistimos a um intenso processo de falência do agronegócio empresarial capitalista e ao surgimento de um amplo setor familiar camponês, em áreas reformadas (assentamentos) e em áreas tradicionais. No entanto, não basta simplesmente proclamar o equívoco das análises clássicas, mas é preciso dizer porque e onde elas precisam ser revisadas e corrigidas, bem como responder às questões que elas pretendiam responder.

Como poderíamos pensar teoricamente uma situação que vai de encontro a esse determinismo? Qual é a lógica que justifica uma ação coletiva de camponeses, que busca justamente o contrário, ou seja, o desenvolvimento sustentável, mesmo dentro de condições capitalistas de mercado? Sair de uma situação de assalariados do agronegócio da cana-de-açúcar para uma realidade de titulares de lotes de assentamentos de reforma agrária, na perspectiva de se tornarem agricultores familiares: que significado social, econômico e político tem isso em pleno século XXI? E outra questão, que emerge para o presente estudo como a principal: como vivem os jovens que nasceram e cresceram nesses assentamentos? Para buscar elucidar essas e outras questões, busco apoio teórico na literatura clássica, principalmente no autor russo Alexander V. Chayanov, para tentar compreender qual é, afinal, a lógica de funcionamento das sociedades camponesas que continuam resistindo à dicotomia desenvolvida na teoria de Marx de redução da sociedade capitalista em apenas duas classes: burgueses e proletários.

Além do mais, comungamos com a idéia de que qualquer estudo sobre juventude rural não pode ignorar a questão agrária e que a solução dos problemas da juventude do campo passa, necessariamente, pela resolução dessa questão, através de um amplo processo de reforma agrária e da adoção de políticas públicas específicas para a juventude rural. Portanto, discutiremos a seguir as idéias de Chayanov, autor escolhido como opção teórica para esse trabalho.

3.2 Chayanov e a unidade econômica camponesa

Na Rússia, o debate sobre o campesinato teve um grande desenvolvimento graças ao economista e agrônomo Alexander V. Chayanov, fundador da “escola para análise da organização e produção camponesa”. O fio condutor da teoria de Chayanov, com o qual o autor enfrenta o debate com os marxistas, é justamente o caráter não-capitalista das unidades econômicas camponesas. Sua proposta teórica o coloca em sentido contrário às teses Marxistas que pregavam o fim do campesinato. Para esse autor, a economia camponesa possui uma racionalidade própria, diferente do modo de produção capitalista. Assim, o campesinato

poderia ser considerado um modo de produção com uma lógica de funcionamento própria e, portanto, com leis específicas: o acesso à terra, o acesso aos meios de produção e o uso de mão de obra familiar se constituem nas três variáveis indispensáveis para a reprodução do campesinato. Para Chayanov (1981), na moderna teoria da economia nacional, tornou-se costume pensar todos os fenômenos econômicos exclusivamente nos termos da economia capitalista. Todos os princípios de nossa teoria – renda da terra, capital, preço e outras categorias – formaram-se dentro do marco de uma economia baseada no trabalho assalariado, que busca maximizar lucros (ou seja, a quantidade máxima da parcela de renda bruta que resta após se deduzirem os custos materiais de produção e os salários). Todos os demais tipos de economias camponesas não-capitalistas ou em extinção são no mínimo consideradas como não exercendo influência sobre as questões básicas da economia moderna e não apresentam, portanto, interesse teórico.

As motivações para a produção nas famílias camponesas não se orientam para o lucro tal como é definido na economia capitalista. Talvez possamos entender a lógica de funcionamento das unidades de produção camponesas com as seguintes variáveis: a família camponesa, depois de um ano de trabalho, tem como resultado uma quantidade de produtos que, depois de comercializada, representa o *produto bruto* da unidade de produção; deste total, se deduz o correspondente aos gastos efetuados com a produção ao longo do ano, restando o *produto do trabalho*. Sobre a especificidade da economia camponesa, Chayanov (1981) foi bastante enfático:

Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica, a maior parte da esfera de produção agrária, baseia-se não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente de unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante pontuada de lucratividade. (p.133-134)

Portanto, a análise de Chayanov difere da interpretação macro-econômica de Marx e seus seguidores, que não encontravam lugar para o campesinato numa sociedade cuja tendência era ser dividida em apenas duas classes antagônicas: empresários capitalistas e trabalhadores assalariados. A análise de Chayanov, ao contrário, é microeconômica e está voltada para o interior da família, considerada pelo autor como uma unidade indivisível e com uma lógica e uma racionalidade particular de funcionamento. A racionalidade da família camponesa busca estabelecer o equilíbrio da capacidade de trabalho da família com suas necessidades de consumo; sua principal característica (da família camponesa) é o trabalho familiar em oposição ao trabalho assalariado. Nesse sentido vejamos a seguinte colocação:

El aporte sustancial de Chayanov dentro de esta problemática es la idea de que el

campesino evalúa subjetivamente el grado de intensidad de su trabajo a partir de la cantidad de bienes en que éste se traduce. Para Marx el límite era el "salario", para Chayanov es la superexplotación de su fuerza de trabajo. Marx opera desde el punto de vista del sistema económico y Chayanov desde una perspectiva micro. Para Marx lo central son las transacciones entre el campesinado como clase y el sistema económico global; Chayanov, en cambio, establece un corte entre este nivel y la asignación de recursos dentro de las explotaciones campesinas (ARCHETTI, 1974, p. 13)

Fica clara, assim, a perspectiva adotada por Chayanov em estudar a família camponesa: não lhe interessavam as classes sociais, no geral; não o macro, mas o microcosmo. Desse modo, ao tomarmos como foco para a análise o universo interno da família camponesa, não podemos ignorar quais são os fatores determinantes para a realização do trabalho durante o ano. Emerge como relevante para a organização da produção as seguintes variáveis: o tamanho e a composição da família, o número de membros em idade de trabalhar, a produtividade da unidade de trabalho, o grau de esforço e o grau de auto-exploração. A organização interna da família fica a critério do chefe da unidade produtiva, o qual distribui as tarefas de acordo com as necessidades e a lógica que orienta a produção voltada para os interesses da família. As tarefas produtivas nos assentamentos de Pilões seguem essa regra e são orientadas pelos chefes da família, mas não são decisões autoritárias, tomadas de modo unilateral pelo chefe de família; pelo contrario, encontramos, durante a pesquisa de campo, algumas famílias em que as decisões são tomadas de forma colegiada, envolvendo toda a família, e com os jovens tendo um papel de destaque na gestão do lote.

BOX 5 – Decisões coletivas nas famílias assentadas

O relato de Antunes, 20 anos, filho mais novo de Seu José Rosa e de Dona Marina, moradores do assentamento Redenção, mostra elementos interessantes. A regra citada na teoria de Chayanov, no qual a organização do trabalho na família camponesa fica a critério do chefe, se confirma. No entanto, encontramos na família do jovem Antunes características que apontam para uma forma de gestão participativa do lote, em que os jovens passam a ter uma relevante importância não apenas distribuindo tarefas, mas também trazendo elementos novos para a forma de exploração do lote, como, por exemplo, questões ambientais, procurando preservar as árvores frutíferas e ainda defendendo a não-utilização de agrotóxico nas lavouras. "Lá em casa meu pai sempre quem dá as decisões, mas às vezes eu opino para nós fazer outra coisa, ele concorda comigo, mas geralmente eu sigo os conselhos dele, que é acostumado a trabalhar, ele manda eu fazer uma coisa e eu faço, quando ele não pode ir, eu vou mais minha mãe e minha irmã. Quando ele quer que nós vamos fazer um serviço tudo num canto só, nós vamos, pra acabar mais rápido e ir para outro. Quando ele quer passar um veneno assim no lote e eu e minha irmã, como nós já tem mais conhecimentos do que o veneno pode causar, aí nós não deixa ele passar. Tem uns pés de árvore lá em casa e se fosse por ele, cortava era tudo, mais eu e minha irmã sempre conserva os pés de planta. Pés de fruteira. Ele não gosta muito de pés de árvore dentro da banana dele, porque ele diz que em sombra e os pés não cresce. Mas nós não deixamos ele cortar".

Quanto ao grau de auto-exploração, este será determinado por um cálculo realizado pela família, considerando-se, de um lado, a satisfação da demanda familiar e, de outro lado, a penosidade do trabalho. O camponês efetua um balanço entre o trabalho e o consumo, isto é,

entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família. A quantidade de trabalho será aumentada até atingir um ponto de equilíbrio entre esses elementos considerados. Além desse ponto, o trabalho torna-se insuportável (DUARTE, 2002).

Na análise teórica do campesinato proposta por Chayanov, a família é percebida do ponto de vista econômico como um conjunto de produtores e consumidores nuclearmente formado por um casal e seus filhos e, eventualmente, por outros membros familiares [agregados ou parentes] que se organizam em busca do equilíbrio entre a produção e o consumo. Assim, Chayanov (1981) afirma que, na exploração agrícola familiar, a família equipada com meios de produção emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação da estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria *salários*, impor a esta estrutura do lucro líquido a renda e o juro do capital como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra.

O camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Desse produto bruto, devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos, então, o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, o produto de seu trabalho. Esse trabalho familiar é a única categoria de renda possível para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analítica ou objetivamente. Dado que não existe o fenômeno social dos salários, o fenômeno social de lucro líquido também está ausente. Assim, é impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro (CHAYANOV, 1981).

Em seu livro *La organización de la unidad económica campesina*, Chayanov (1974) promove um interessante debate com Marx sobre a acumulação de capital nas sociedades camponesas. Para Marx, os camponeses transferem parte de seu trabalho para a sociedade porque não incluem seu trabalho como parte substancial dos custos de produção. Essa situação seria responsável, segundo este autor, pelo fato de, na pequena propriedade, o preço comercial nunca chegar a cobrir o valor dos produtos. Chayanov parte de outro pressuposto para chegar à mesma conclusão: a falta de acumulação de capital. Para ele, o camponês deixa de trabalhar quando produz o suficiente para poder comprar o que necessita; por outro lado, esse pressuposto está no modelo de Marx da circulação simples de mercadorias. A partir daí,

chega-se à “lei de Chayanov”, que é formulada da seguinte maneira: na comunidade de grupos de produção domésticos, quanto maior for a capacidade de trabalho de cada grupo, menos trabalham seus membros (CHAYANOV, 1974).

Os problemas de baixa produtividade, subutilização de fatores de produção e crises periódicas presentes, de maneira permanente, no seio das sociedades camponesas, podem ser explicados tomando-se ambas as perspectivas como complementares: desde a de Marx, a partir da transferência de mais-valia, até a de Chayanov, a partir da ausência de estímulos para produzir um maior excedente. Ambos os mecanismos não são excludentes; pelo contrário, um pode reforçar o outro (CHAYANOV, 1974).

Os interesses comuns da unidade agrícola familiar têm como base a associação entre a propriedade da terra e insumos, o trabalho e o consumo, obedecendo a uma evolução que corresponde ao ciclo da vida da própria família. Assim, em termos gerais, há um primeiro momento no qual o jovem – como também a criança, com mais forte razão – é, antes de tudo, um consumidor dos bens produzidos ou adquiridos pela família. A participação no esforço de trabalho é, em geral, reduzida, expressando-se mais como um exercício de aprendizado e socialização. Nessa fase, a educação ocupa a maior parte do tempo, não goza de autonomia em relação aos pais e não recebe remuneração por eventuais trabalhos realizados (CHAYANOV, 1974 apud WANDERLEY, 2003b).

No segundo momento, o jovem permanece dependente da família e a fase de formação se prolonga, mas aumenta o seu envolvimento no esforço do trabalho familiar. A dupla condição de consumidor e de trabalhador tende a estreitar-se e a buscar certo equilíbrio. São as primeiras experiências de organização cuja remuneração pode ser apropriada individualmente ou utilizada em função das necessidades da família (CHAYANOV, 1974 apud WANDERLEY, 2003b).

Finalmente, há um terceiro momento, em que tanto o trabalho no estabelecimento familiar como as ocupações externas se inscrevem não mais exclusivamente como uma forma de participação subsidiária na coletividade familiar, mas, sobretudo, como a busca de um projeto de individualização, que se encaminha para a emancipação profissional e a constituição de uma nova família. Essa evolução será viabilizada à medida em que a propriedade familiar assegure de fato os meios para a sobrevivência de todos e se transforme no elemento viabilizador da individualização dos filhos, através da herança e da transmissão patrimonial. Para Wanderley (2003b), assim descrito, esse processo está longe de corresponder à experiência concreta dos jovens rurais. A precariedade do acesso à propriedade impõe restrições profundas às condições de vida das famílias, que afetam a formação dos

filhos e o projeto de autonomia dos jovens.

De acordo com Silva, P. (2004), as teorias clássicas são antagônicas no debate em torno da questão camponesa: por um lado, Marx, Lênin e Kautsky acreditavam na desintegração do campesinato; por outro lado, Chayanov defendia o modelo de organização da unidade econômica familiar. Essa última mostra-se como alternativa para aqueles que acreditam na possibilidade da sobrevivência do campesinato. Tais teorias ainda suscitam acalorados debates sobre o processo de modernização da agricultura e seus impactos na vida econômica e social dos agricultores familiares.

A partir desse breve debate sobre o pensamento dos clássicos acerca do campesinato, torna-se necessário pensarmos numa definição do termo camponês. Iniciaremos nossas considerações por Chayanov (apud WOLF, 1976), que compreende o campesinato como um modo de produção não-capitalista que possui uma lógica própria de prover a sua reprodução. Para o autor,

a primeira característica fundamental na economia da fazenda de um camponês é que se trata de uma economia familiar. Sua organização está determinada pelo tamanho e composição da família e pela coordenação entre suas exigências de consumo e o número de mãos aptas para o trabalho. Isso explica porque a concepção de lucro na economia camponesa difere da concepção de lucro dentro da economia capitalista e por que esta última não pode ser transportada para aquele outro contexto. O lucro capitalista é claramente computado pela subtração das despesas de produção ao total da renda. O cômputo do lucro, dessa forma, é inaplicável à economia camponesa, porque nesta os elementos que participam das despesas de produção estão expressos em unidades incomparáveis às de uma economia capitalista (p. 30).

Outros cientistas, a exemplo de Mendras (1978), buscaram definir o que seria uma sociedade camponesa, a partir da construção de um tipo ideal de camponês, em comparação com o selvagem e com o agricultor. O autor descreve algumas características para definir o que seria uma sociedade camponesa: 1) as sociedades camponesas possuem uma relativa autonomia frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas que tolera as suas originalidades; 2) o grupo doméstico possui uma importância estrutural na organização da vida econômica e social da coletividade; 3) o sistema econômico não distingue consumo e produção e tem relações com a economia envolvente e, finalmente, 4) as sociedades camponesas são consideradas uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas. O conceito de Camponês de Mendras fica ainda preso às situações de sociedades camponesas “incrustadas”, pois ele não percebe que há camponeses que surgem dentro e em decorrência de efeitos da sociedade capitalista, como é o caso dos assentamentos do Brejo Paraibano, que surgiram justamente depois da falência de uma empresa capitalista.

Já na concepção de Wolf (1976), a unidade camponesa não é somente uma organização produtiva formada por um determinado número de mãos prontas para o trabalho nos campos; ela é também uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tanto “bocas” para alimentar como “mãos” para trabalhar. Além disso, uma unidade camponesa não estará preocupada exclusivamente com a alimentação de seus membros: estes deverão ser atendidos com inúmeros outros serviços. Tal é o caso das crianças que são criadas e preparadas de acordo com o mundo adulto. Os velhos precisam de cuidados, muitas vezes, até morrerem, e seus funerais são pagos com retiradas do estoque de riquezas de sua unidade. O casamento possibilita a satisfação sexual, e as relações dentro dessa unidade geram afeições que ligam todos os membros entre si. Assim, a unidade camponesa contribui com trabalho à medida que é necessário. Suas despesas não são ditadas diretamente pela existência de um sistema econômico governado por preços e lucros.

Na mesma linha de pensamento, em defesa da agricultura camponesa, Malagodi et al. (2005) fazem uma crítica ao reducionismo da economia política e da visão produtivista da agricultura, afirmando que as relações de mercado não dão conta de explicar as dinâmicas da agricultura familiar³⁰. Os autores afirmam que o metabolismo social dos agricultores familiares – a produção da vida familiar, o consumo alimentar, as trocas comunitárias, a reprodução da cultura, além de muitos outros aspectos constitutivos dos sistemas agrários camponeses – não é mediado pela troca mercantil. Do ponto de vista dos clássicos da economia, o objetivo do mercado é predominante. É realizar lucros e renda fundiária, permitindo a reprodução ampliada de capitais. Portanto, a função do mercado, do ponto de vista da reprodução do sistema, é realizar excedentes, computados apenas pelo valor monetário, obtidos na produção.

Contrariando a lógica da economia política, os fins da agricultura camponesa não são no sentido de realizar excedentes de valor, mas reproduzir a vida da família e da comunidade. Atualmente, pode-se compreender melhor o universo da agricultura familiar camponesa através da teoria do agrônomo e economista Chayanov, que estudou os aspectos qualitativos da economia camponesa. Nesta, o fator trabalho familiar não-assalariado é uma variável importante para a produção, além do patrimônio natural (a terra e suas condições naturais específicas) e do patrimônio material e cultural (as técnicas e as relações sociais de produção), à disposição de cada geração de agricultores, o que relativiza e diversifica os efeitos do fator capital, ou seja, do investimento monetário em meios de produção, no empreendimento

³⁰ Para uma melhor compreensão dos conceitos de agricultura camponesa e agricultura familiar, ver Lamarche (1993).

agrário camponês (MALAGODI et al., 2005).

3.3 Agricultura camponesa e agricultura familiar

É bastante comum escutarmos a expressão que todo camponês pode ser considerado um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar poderá ser considerado camponês. Nesse sentido, como poderíamos delimitar as rupturas e as continuidades dessas duas categorias?³¹ Inicialmente, citamos as quatro principais características do campesinato na concepção de Shanin (1973 apud WEISHEIMER, 2004): a propriedade rural familiar como uma unidade básica da organização sócio-econômica; a agricultura como fonte principal de subsistência; o cotidiano na aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; e, por fim, a opressão, ou seja, a exploração e dominação dos camponeses por grandes forças externas. Para Shanin (1980, p. 51 apud WEISHEIMER, 2004, p. 64),

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre esses quatro elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção familiar e meio de vida social.

Segundo Weisheimer (2004), a importância da definição de Shanin reside em dois elementos: o primeiro é a cultura tradicional e o segundo é o modo de vida das pequenas comunidades rurais. Portanto, quando se fala em campesinato, esses dois elementos centrais devem estar presentes. Nesse sentido, mais que um tipo econômico, o camponês representa um modo de vida.

3.4 O debate da questão camponesa no Brasil

No Brasil, o debate sobre o que se convencionou chamar de “a questão agrária” vem se intensificando nos últimos anos. Já no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a discussão sobre a questão agrária fazia parte da polêmica sobre os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira. Argumentava-se, então, que a agricultura brasileira, devido ao seu atraso tecnológico, seria um empecilho ao desenvolvimento econômico, entendido como sinônimo da industrialização do país (SILVA, J. G., 1989).

Esse diagnóstico vinha reforçado pela crise da economia brasileira, particularmente,

³¹ Na opinião de Wanderley (2003a), as transformações do agricultor familiar moderno não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, o que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade.

no período 1961-67. Depois de 1967, até 1973, o país entrou numa fase de crescimento acelerado da economia. Nesse período, que ficou conhecido como “milagre brasileiro”, pouco se falou da questão agrária, embora todos reconhecessem que o aumento da produção agrícola vinha beneficiando os então chamados “produtos de exportação”, como o café e a soja, em detrimento dos chamados “produtos alimentícios”, como o feijão e o arroz. Mas o milagre acabou. Passada a euforia inicial, muitos começaram a se dar conta de que os frutos do crescimento acelerado do período 1967-73 tinham beneficiado apenas a uma minoria privilegiada. E, entre os que tinham sido penalizados, estavam os trabalhadores em geral e, de modo particular, os trabalhadores rurais (SILVA, J. G., 1989).

De 1974 em diante, a economia brasileira deixa de apresentar os elevados índices de crescimento do período anterior e, no triênio 1975-77, começa a se delinear claramente outra situação de crise. A partir de 1978, muitas questões voltam a ser discutidas, com o início de uma relativa abertura política no país. Entre elas, retoma-se com pleno vigor o debate sobre a questão agrária, novamente dentro do contexto mais geral das crises do sistema econômico capitalista. Esse próprio ressurgimento serve para ilustrar um ponto fundamental. Na visão de Silva, J. G. (1989, p. 11) não se pode confundir a questão agrária com a questão agrícola:

a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. No equacionamento da questão agrícola, as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organizam o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo.

A força com que a questão agrária brasileira ressurge não advém apenas da maior liberdade com que podemos discuti-la, mas também do fato de que ela vem sendo agravada pelo modo como se têm expandido as relações capitalistas de produção no campo. O fato é que a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de 1960 e 1970 foi ainda mais acelerada do que em períodos anteriores. E essa expansão destruiu outras milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte da sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. Foi essa mesma expansão que transformou o colono em bóia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra (SILVA, J. G., 1989).

O debate atual sobre campesinato requer, ainda, compreensão de outras categorias que ajudam na análise da questão agrária como um todo. Agricultura familiar e juventude rural estão relacionados e são importantes elementos para o estudo do meio rural ou para a

elaboração de projetos de desenvolvimento. Pode-se perguntar: qual o lugar da agricultura familiar na estrutura agrária brasileira? De acordo com Wanderley (1995), no Brasil, a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizar-se e assegurar sua reprodução. Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção.

4 A JUVENTUDE DA REFORMA AGRÁRIA

Os especialistas em desenvolvimento rural têm adquirido, gradativamente, maior consciência da grande contribuição que os jovens rurais, com seu ímpeto criativo e construtivo, sua melhor disposição diante das inovações e seus níveis educacionais mais altos que o das gerações anteriores, podem dar para os processos de desenvolvimento rural integrado na América Latina e Caribe. Contudo, ainda existem poucos organismos especializados que possuem experiência de trabalho com os jovens rurais. São extremamente escassos os projetos gerais de desenvolvimento rural que, em seus marcos teóricos, estratégias e atividades, levem em conta os jovens e suas potenciais contribuições ao desenvolvimento. Esses jovens padecem, atualmente, da mesma “invisibilidade” aos olhos dos planejadores e executores de projetos integrados de desenvolvimento rural que até há alguns anos afetava as mulheres rurais (DURSTON, 1998).

A não-autonomia no processo de produção e geração de renda na agricultura faz com que muitos jovens encontrem na migração uma possibilidade de atender às suas necessidades de consumo pessoal e de construir suas identidades de gênero e de idade. As propostas alternativas de geração de renda, como projetos coletivos – horta, granja –, podem se constituir em saídas para a realização das necessidades específicas dos jovens. Quanto à participação política enquanto direitos específicos, no caso dos assentamentos, eles estão alijados da vida associativa, pois não podem ser associados; conseqüentemente, esses jovens não podem participar dos cargos de direção das associações. No que se refere às potencialidades, trata-se de compreender as estratégias de reprodução utilizadas por jovens rurais, como, por exemplo, a combinação entre a agricultura familiar e o trabalho assalariado. Existe ainda a necessidade de as políticas públicas serem específicas para os jovens e não complementares aos programas de desenvolvimento.

Para o autor, se o foco na juventude seguisse simplesmente ausente do marco conceitual que dá origem às estratégias e objetivos dos projetos públicos, evidentemente seria difícil que surgissem atividades desenvolvidas para incorporar explicitamente os jovens no desenvolvimento rural. Para começar a tornar visíveis os jovens rurais neste contexto, é necessária uma visão teórica coerente, que ainda está em processo de construção, da juventude rural latino-americana. Portanto, um enfoque adequado das trocas que acompanham a transição desde a infância até a vida adulta no mundo rural na América Latina também serviria para as instituições que trabalham exclusivamente para os jovens, já que seus programas, com freqüência, carecem de uma estratégia ampla e clara. Tal enfoque seria

especialmente útil se fosse embasado por um marco teórico sólido, que relacionasse o mundo juvenil com os processos econômicos e sociais mais amplos e com os principais desafios que permeiam o desenvolvimento rural em geral (DURSTON, 2002).

No debate sobre o futuro da juventude e o desenvolvimento do meio rural, a questão da educação é recorrente. É no período da adolescência que emergem os conflitos entre os filhos de agricultores familiares: ficar na propriedade ou sair para estudar na cidade, ser agricultor ou mudar de profissão. Existe um desejo muitas vezes não-manifesto por parte da família de que esses jovens permaneçam no sistema agrícola, porque são parte integrante de sua força de trabalho ou porque os próprios pais almejam a segurança na velhice. Nesse mesmo contexto, aparece hoje, com mais intensidade, a valorização do estudo, sinônimo de uma possível alternativa entre o trabalho fora do espaço rural (para o jovem e sua família) e a trajetória social de ser colono (STROPASOLAS, 2002).

Portanto, um dado relevante para a discussão sobre o desenvolvimento rural, partindo-se das perspectivas dos jovens rurais, é a educação ou os “estudos” na linguagem dos mesmos. Normalmente, a educação é vista como uma possibilidade de sair do assentamento, e não de capacitá-los à profissão de agricultores e futuros sucessores dos mais velhos nas atividades agrícolas. Talvez aí esteja uma questão interessante a ser discutida, que suscita uma nova concepção de educação voltada para a valorização da vida no campo e que procure formar os jovens com habilidades que venham a ser úteis no dia-a-dia frente às atividades que são chamados a executar. Em pesquisas recentes, Stropasolas (2002) e Menezes (2005) constataam um certo desânimo por parte de jovens com os estudos: a expectativa de estudo é em geral vinculada à mudança profissional, porque se esses jovens continuarem na agricultura, de acordo com o seu próprio posicionamento, “o estudo não valeu de nada”.

No entanto, Castro (2005), na sua pesquisa sobre jovens rurais em um assentamento na Baixada Fluminense, constata que os estudos aparecem como uma grande preocupação dos pais e dos próprios jovens, passando a ser uma questão central para as famílias e sendo colocado como mais importante do que o trabalho no lote.

Finalmente, para se pensar numa proposta de desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária, torna-se relevante o universo formado pela juventude rural. Mas pouco se tem discutido a respeito de qual seria a estratégia ou quais as políticas para a juventude; ou ainda, qual a importância dos jovens para um projeto de desenvolvimento rural em assentamentos de reforma agrária e quais as políticas públicas específicas que tenham como público-alvo a juventude rural. É a partir dessa perspectiva que a presente pesquisa foi desenvolvida, tomando os jovens rurais dos assentamentos Veneza, Redenção e São Francisco

como objeto de estudo, e contemplando a análise da intervenção da UFCG e do SEDUP nesses espaços.

4.1 Trabalho, estudos e migração no cotidiano dos jovens assentados

No momento atual da sociedade, em que o modelo urbano-industrial está sendo questionado, o rural adquire importância enquanto maneira de se pensar o desenvolvimento, de refletir sobre a sociedade. Assim, as questões da ruralidade voltam ao cerne das ciências sociais. E as discussões em torno da agricultura familiar – espaço, meio ambiente, desemprego, exclusão, modo de vida, entre outras temáticas, encontram-se nas encruzilhadas do rural (STROPASOLAS, 2002).

O recrudescimento do processo de exclusão social de segmentos expressivos da agricultura familiar, a emergência de novos atores sociais e a mobilização de diversos grupos sociais rurais – entre os quais o movimento das mulheres agricultoras e da juventude rural – indicam conflitos e problemas estruturais que começam a atingir a esfera pública, pondo em risco a sustentabilidade social das políticas de desenvolvimento orientadas para o mundo rural, tendo em vista que ainda se ignora essa heterogeneidade social (STROPASOLAS, 2002).

De acordo com Stropasolas (2002), as famílias camponesas adotam um conjunto de estratégias visando à sua reprodução social. A busca de colocação para os filhos(as) fora da agricultura se apresenta como a alternativa mais promissora, que compatibiliza a vontade dos jovens – de estudar, de ter sua própria fonte de renda, sem depender dos pais, e de mudar de vida – com a necessidade dos pais de protelar o problema sucessório e de suplementar a renda dos que ficam na propriedade. Assim, além do trabalho como valor central na organização social dos jovens e da família camponesa e na sua preparação para o futuro, a escolarização surge como elemento central nos projetos de vida dos jovens e de seus pais.

A fala de Evaldo, 24 anos, jovem do assentamento Veneza, mostra como os estudos continuam sendo um sonho para esses jovens mudarem de vida:

Pergunta: O que você pensa para você no futuro em termos de profissão?

Evaldo: Eu penso em ser agricultor, mais a agricultura não dá, não oferece pra sobrevivência, aí eu pretendo (...) fiz o vestibular este ano, não passei, vou fazer no próximo e desta vez passar e ingressar na universidade.

Pergunta: Qual o curso que você pensa em fazer?

Evaldo: Eu fiz o vestibular para Geografia, mas este ano eu vou mudar, acho que vou fazer para Direito

Menezes, Oliveira e Miranda (2004), em pesquisa recente nos assentamentos do

município de Pilões-PB, constatou uma maior escolaridade dos jovens em relação aos seus pais e, em seguida, apontou algumas justificativas dessa significativa melhora: ampliação do número de vagas nas escolas, projetos de vida de morar na cidade, a necessidade de trabalho fora do lote, os programas governamentais e a Bolsa Escola. Quanto à divisão do trabalho e às relações de gênero no interior dos lotes, a autora relata que, embora o trabalho das filhas fosse necessário para ajudar os pais na agricultura, elas são poupadas para poderem se dedicar mais ao trabalho doméstico e à escola. Por outro lado, os pais integram, desde muito cedo, os meninos no trabalho agrícola, dos seis aos treze anos. Segundo os pais, os meninos estão apenas “ajudando”, termo que simboliza a fase de aprendizado do saber agrícola e que se diferencia de “trabalhar”, fase em que já realizam todas as atividades agrícolas, adquirindo certa independência no processo produtivo, porém ainda dependentes do pai quanto à gestão dos recursos financeiros (MENEZES; OLIVEIRA; MIRANDA, 2004). O fragmento a seguir, retirado da entrevista com Márcia, 13 anos, do grupo de jovens de Redenção, confirma o que vários pesquisadores já perceberam, ou seja, uma tendência de as meninas serem poupadas do trabalho agrícola, ao passo que os meninos migram em busca de empregos nas grandes cidades:

Pergunta: Quando você começou a trabalhar na agricultura?

Márcia: Pra falar a verdade, nunca, é só mais em casa, serviço de casa. Para o roçado nunca fui.

As mulheres sonham com profissões não-agrícolas e os homens, mesmo os que têm o ensino médio completo, ao migrarem para as metrópoles do Sudeste do país ou mesmo para João Pessoa, empregam-se como porteiros, vigias, zeladores de prédio ou em estabelecimentos comerciais, atividades que podem exercer com uma menor escolaridade.

Para Stropasolas (2002) e Menezes (2005), a menor valorização dos estudos por parte dos homens também pode ser explicada pela necessidade de inserção prematura no trabalho, tanto no roçado quanto fora dele, fazendo com que a escolarização, embora almejada por todos, vá se tornando um sonho distante. A fala de Evaldo, do assentamento Veneza, confirma o que os autores dizem: *“A partir de doze, treze anos o cara começa a limpar mato, se o cara puder com a enxada e foice. Só que não trabalha como os mais velhos ou os irmãos da gente, os mais novos fica mais para ajudar e aprender devagarinho”*.

Pergunta: Com quantos anos você começou a trabalhar na agricultura?

Evaldo: Oito anos.

Pergunta: O que você fazia na agricultura?

Evaldo: Eu comecei cortando cana no tempo que a Usina Santa Maria funcionava, cortava, plantava, enchia carro, todo tipo de serviço eu fazia.

Pergunta: Você tem quantos irmãos e irmãs, e o que os homens e as mulheres fazem para ajudar seu pai, quais as tarefas de cada um?

Evaldo: Lá em casa são oito mulheres e quatro homens. As mulheres ajuda a plantar,

mas quem prepara o terreno e capina somos nós, homens, o que elas faz é só plantar mesmo, a gente dá conta do resto.

A incorporação de renda externa se constitui na segunda principal fonte de renda não-agrícola das famílias rurais, materializando-se no dinheiro enviado pelos filhos que trabalham e residem na cidade. Ariano, 30 anos, solteiro, residente do Assentamento São Francisco, é mais um caso que confirma o envio de dinheiro para ajudar a família, como se pode ver no fragmento abaixo:

Pergunta: Como você imagina o futuro desse assentamento, principalmente para os jovens? Você acha que os jovens vão ficar no assentamento ou vão embora?

Ariano: Eu não digo todos, que fique, mais a maioria eu acho que fique, fica porque eu acho que vai ter um jeito de melhorar o assentamento em termo de produção.

Pergunta: Você já saiu para trabalhar fora em algum período de sua vida?

Ariano: Já, eu sai pra Natal, e sai aqui pra Usina perto de Santa Rita.

Pergunta: O que você fez com o dinheiro que ganhou?

Ariano: Era só pro alimento, só pra despesa de casa mermo.

Pergunta: O que você está dizendo por despesa de casa? Você mandava para seus pais, era isso?

Ariano: Era. No tempo que eu sai não era loteado ainda não, depois que eu sai pra Usina é que ficou assentamento, ai o que eu ganhava lá era pra trazer pra cá, que no início não tinha nada.

Nesse sentido, a migração de jovens não é a causa imediata do possível comprometimento social da agricultura familiar, mas coloca em relevo as contradições e os conflitos, externos e internos, que resultam da forma singular e desigual de interação do rural com a sociedade global, expressando, também, a busca por mudanças que não se restringem apenas aos aspectos econômicos, mas que visam a redefinir o próprio sistema cultural que reproduz a agricultura familiar. As diversas visões das moças e rapazes no tocante ao casamento, à família, ao trabalho, à terra, ao estudo, ao lazer, ao futuro profissional, entre outros, indicam o questionamento dos papéis tradicionalmente assumidos no interior da agricultura familiar e a explicitação de novas expectativas e demandas, muitas vezes não discutidas nas organizações sociais locais nem suficientemente reconhecidas pelos agentes externos (STROPASOLAS, 2002).

Segundo Woortmann, K. (1990), nas famílias camponesas, o trabalho, a terra e a família são valores indissociáveis, sendo, portanto, o trabalho o organizador social da produção no seio familiar. Este é apreendido como um valor moral, que é transmitido de geração a geração.

Para Castro (2005), a cobrança da permanência dos jovens no campo como valorização e possível reversão do quadro de esvaziamento do meio rural deve problematizar esse olhar que percebe no jovem o ator heróico da transformação social e observar como as relações da conquista e permanência na terra estão intrinsecamente relacionadas às condições

de sua reprodução como unidade de produção familiar. Diversas variáveis influenciam na tomada de decisões dos jovens nos assentamentos. Sair ou ficar, normalmente, não é uma decisão voluntária, pois os jovens, além de não terem suas necessidades atendidas com o que suas famílias produzem nos lotes, ainda se sentem moralmente obrigados a ajudar os pais financeiramente. Isso porque os assentamentos apresentam diversas limitações, como o tamanho dos lotes, o fato de o produto do trabalho não atender satisfatoriamente às necessidades de consumo e de a escola urbana não ter afinidades com o cotidiano dos jovens. Essas e outras questões estão relatadas a seguir. Na tentativa de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos jovens nos assentamentos, ONG's e Universidade atuam como mediadores externos em trabalhos educativos e capacitam os jovens para a geração de renda. Para buscar elementos que ajudem o leitor a tomar contato com a sua realidade, relatamos a seguir uma reunião do Fórum dos Assentados e analisamos o principal documento apresentado nessa reunião, no qual ficam claras a realidade desses assentamentos e a invisibilidade enfrentada pela juventude dessas áreas.

4.2 O fórum dos assentados

Terra de Inquietos

Muitos explorados e poucos inquietos.

Vida fraca em terra dos outros. (...).

Uma voz firme motivou outras vozes que motivaram ações. Inquietude. Luta.

Lutas. Os inquietos surgiram. Depois da luta a conquista: a terra agora é nossa!

(...) e um agricultor inquieto com uma enxada inquieta e um sonho de vida resolveu começar a plantar. Uma família inquieta soube viver inquieta e aprendeu a colher. O tempo passou. Famílias inquietas, reunidas, com vez e voz, souberam conviver inquietas e conquistaram novo espaço: um fórum.

Famílias inquietas que deram as mãos e buscaram mudanças. Assumiram a causa da inquietude e começaram a vencer...

Vem VER!

Assis Sousa de Moura

Antes do relato das experiências dos jovens, objetivo principal deste capítulo, faremos uma breve contextualização da atual conjuntura dos assentamentos, com o intuito de expor ao leitor como se encontram os espaços habitados por esses atores. Os assentamentos que serviram de base empírica para a presente pesquisa – São Francisco, Veneza e Redenção, localizados no município de Pilões – fazem parte de um conjunto maior de doze assentamentos situados nos municípios de Areia, Pilões, Remígio e Serraria. Esses assentamentos foram resultantes do processo de desapropriação das terras da Usina Santa Maria, no ano de 1997. Portanto, há quase dez anos, vem-se lutando pela viabilidade

econômica dessas áreas reformadas.

Esse desafio de tornar viáveis economicamente os lotes ainda não foi alcançado, como se pode comprovar pelo documento: “Principais necessidades das Áreas de assentamentos de Reforma Agrária dos Municípios de Areia, Pilões, Remígio e Serraria-2006”³². Tal documento foi elaborado pelos próprios assentados em encontros anteriores, sob a supervisão e coordenação do SEDUP, e apresentado no dia 14 de julho de 2006, por ocasião do quarto aniversário do Fórum dos Assentados³³, evento bastante concorrido, tendo contado com a participação de políticos, de um representante da empresa Telemar e de assentados de todas as áreas. A reunião aconteceu no antigo Clube da Usina Santa Maria, hoje transformado num salão para reuniões e eventos pertencentes ao Projeto de Assentamento (PA) Socorro. O evento contou com a participação de aproximadamente 80 pessoas.

BOX 6 – Invisibilidade da juventude no Fórum dos assentados

A abertura dos trabalhos teve início às 9:00 da manhã com a composição da mesa, que inicialmente foi formada por uma representante do SEDUP, por um funcionário da empresa Telemar e pelo Deputado Luiz Couto. A coordenadora do SEDUP deu início à reunião apresentando ao público todos os presidentes de associações dos assentamentos representados no Fórum. Em seguida, podia-se perceber vários pequenos grupos conversando informalmente sobre as expectativas para o encontro e, nesse momento, público e autoridades se misturam bem como os jovens conversam entre si e com os adultos sobre os diversos temas que serão abordados no evento. Às 10:30, os trabalhos são retomados e o Deputado Luiz Couto usa a palavra para fazer uma prestação de contas dos diversos programas do governo federal para a agricultura familiar. Ele cita como destaque: a criação em cada estado de uma Delegacia Federal da Agricultura Familiar; o aumento do montante de recursos para o setor, cuja soma atinge 10 (dez) bilhões de reais; o programa de compra direta de produtos da agricultura familiar para o programa Fome Zero – na Paraíba, 50 municípios já foram contemplados com essa ação –; a presença do seguro safra atualmente em 100 municípios paraibanos; o programa Luz para Todos, que dá prioridade a assentamentos de reforma agrária e quilombolas, e que já chegou aos assentamentos Redenção e Veneza, atendendo a 35 e 10 famílias respectivamente; e, por fim, o Programa Um Milhão de Cisternas, também presente nas áreas de assentamentos de Pilões. O segundo convidado a usar a palavra foi o senhor Luísmar Resende, o qual, representando a Telemar, discursou longamente sobre os avanços da telefonia fixa e móvel no Brasil e na Paraíba e fez doações de brindes para os presentes e também de um computador e um telefone celular para o Fórum dos Assentados. Por volta de 13:00 encerrou-se a primeira parte do encontro. Em seguida, às 13:20, foi formada uma nova mesa composta por todos os presidentes de associações presentes e sob coordenação de Márcia, do SEDUP. Nesse momento, é feita a discussão do documento que continha as demandas de todos os assentamentos e iniciado um debate com a participação de pessoas da plenária, momento em que alguns se escrevem para elogiar as ações do governo federal e outros aproveitam a oportunidade para denunciar o descaso das autoridades com a educação, a falta de escolas nos assentamentos e os riscos a que os jovens estão expostos durante o deslocamento para estudarem nas cidades em caminhões pau-de-arara. Outras questões foram levantadas pela plenária: uso de agrotóxicos, dificuldades de acesso aos direitos previdenciários, energia elétrica (alguns assentamento ainda tem lotes sem energia), dificuldades de acesso ao crédito e falta de telefone nos lotes. Os jovens não participam dos debates e as referências a eles são feitas por alguns adultos, a exemplo de um assentado do PA São Francisco que atende pelo apelido de “Perna Santa”, o qual fez uma fala defendendo que fosse dado espaço à participação dos jovens nos encontros do Fórum e nas assembléias das associações. O encontro terminou às 15:00 com um almoço, transformado em mais um momento de descontração entre os assentados adultos e jovens que participaram das atividades durante todo o dia.

³² Ver texto completo no anexo 2.

³³ Para verificar qual o lugar dos jovens nesse espaço de representação dos assentados, usamos a análise de Comerford (1999), na qual o autor faz o relato de uma reunião de agricultores e constata a hierarquia desses eventos.

A seguir, faremos um relato da pauta de reivindicações contida no documento discutido no Fórum. Ela era bastante extensa e apontava vários problemas de infra-estrutura dos assentamentos. Resumidamente, citaremos as principais necessidades listadas no texto. Na agricultura, a principal demanda é a assistência técnica, seguida de outras reivindicações não menos importantes como: crédito, banco de sementes, implantação de mandalas, projetos produtivos e cursos de capacitação, abordando os seguintes temas: agroecologia, meio ambiente, diversificação da produção, comercialização e organização comunitária.

Na educação, a principal reivindicação é a mudança de proposta pedagógica. O documento defende uma “educação do campo e para o campo”, com conteúdos voltados para a realidade dos assentados de modo a resgatar sua história de luta pela terra. Solicita também a reforma das escolas existentes, a construção de novas unidades escolares, continuidade dos programas de alfabetização de jovens e adultos e a melhoria do transporte escolar, tendo em vista que, na maioria dos assentamentos, os estudantes são transportados para as escolas em caminhões pau-de-arara. Reivindica ainda móveis e computadores para equipar as escolas, e alguns assentamentos solicitam a implantação da segunda fase do Ensino Fundamental.

No quesito infra-estrutura, chama a atenção a importância dada às casas de farinha. Dos doze assentamentos presentes no Fórum, dez solicitaram reforma ou construção de casas de farinha, o que demonstra o grau de importância da cultura da mandioca para a segurança alimentar dessas populações. Outro item bastante citado é a recuperação da casa sede das associações. Os demais itens são variáveis entre os assentamentos e compõem uma lista longa: construção e reforma de casas, construção de cisternas de placas, recuperação de açudes e poços-amazonas, recuperação das estradas, construção de ginásios de esportes e campos de futebol, construção de bueiros nas estradas, construção de caixas d'água para abastecimento das casas, construção de escolas e postos de saúde. Foram citadas, ainda, como outras necessidades, a conclusão da eletrificação rural em alguns assentamentos e a instalação de telefones públicos (orelhões) nas sedes das associações e nos postos de Saúde.

O Fórum dos Assentados foi criado para ser um espaço de discussão política dos assentamentos. As decisões tiradas desta plenária foram encaminhadas para as instituições governamentais: INCRA, Prefeituras, Bancos Oficiais e órgãos de Assistência Técnica. A nossa participação nesta reunião teve a pretensão de observar o espaço ocupado pelos jovens neste evento. Constatamos que a invisibilidade continua, com exceção da fala de alguns dirigentes de associações que fizeram rápidas e vagas referências à importância da participação dos jovens nas reuniões das Associações e do Fórum, mas nada de concreto contemplou a inclusão desse segmento na agenda dessa instância política. O espaço foi

organizado com uma mesa, separando a platéia de assentados das lideranças e das autoridades, com a existência de uma pauta prévia, na qual constava o que era importante e, portanto, o que merecia ser discutido ou não. Não encontramos na pauta uma linha sequer que se referisse aos jovens. Para a mesa, não foi convidada nenhuma liderança do segmento juvenil. O espaço ocupado pelos jovens durante toda reunião foi a platéia e, portanto, estiveram no evento como simples expectadores.

4.3 Os mediadores: SEDUP e UFCG

Os trabalhos de intervenção com os jovens assentados no município de Pilões, com a atuação do Serviço de Educação Popular – SEDUP – e da Universidade Federal de Campina Grande, começaram praticamente ao mesmo tempo. O SEDUP realizou no dia 15 de novembro de 2002 o 1º. Encontro de jovens Assentados do Município de Pilões, envolvendo 41 jovens dos assentamentos Santa Maria, Redenção, São Francisco e Veneza. Poucos meses depois, no início de 2003, a UFCG inicia seus trabalhos com o Grupo de Jovens de Redenção. Dessa forma, apresentaremos um resumo dos trabalhos do SEDUP, em primeiro lugar, e, em seguida, descreveremos a intervenção da UFCG.

Os objetivos desse primeiro encontro de jovens assentados foram: discutir propostas de melhorias para a vida dos jovens nos assentamentos; desenvolver atividades produtivas; e buscar formas do grupo se manter e realizar suas atividades. A partir daí, surgiu o grupo “Plantando para colher”, no Assentamento Redenção, que passou a se reunir quinzenalmente e desenvolveu as seguintes atividades: participação nas assembléias da associação, organização de quermesses, estudos bíblicos e comemoração do dia da criança. Sistemáticamente, a partir de 2003, foram enviados representantes do grupo para participar de seminários de diversas entidades como ASA/PB (Articulação do Semi-Árido), Fórum dos Assentados e ainda cinco jovens foram inscritos em um curso à distância sobre protagonismo juvenil na Escola de Formação Quilombo dos Palmares em Pernambuco (SEDUP PARAÍBA, 2002).

Logo após o primeiro encontro, ainda no ano de 2002, o SEDUP elaborou o primeiro projeto produtivo para criação de galinhas caipira, com o objetivo de produzir ovos e carne. Eram, na verdade, dois pequenos projetos para criação de 100 aves cada um. Nesse primeiro momento, foram beneficiados dez jovens no Assentamento São Francisco e dezoito no Assentamento Veneza. Essa ação tinha quatro objetivos principais: a) incentivar iniciativas produtivas no interior dos assentamentos; b) fortalecer o espírito associativo dos jovens; c)

promover a diversificação de oportunidades de ocupação e a qualificação profissional dos trabalhadores; e d) estruturar a base econômica dos assentamentos e, conseqüentemente, do município com a produção de galinha caipira. Além disso, se objetivava estabelecer parcerias com comerciantes e com a prefeitura, no intuito de garantir a comercialização dos produtos. Outro projeto desenvolvido em Veneza foi a implantação de uma horta comunitária com a participação de 18 jovens. Esse projeto produtivo teve uma repercussão importante, como veremos nas falas de alguns jovens entrevistados, porém acabou fracassando, conforme pudemos constatar nas entrevistas, devido a conflitos internos no grupo.

Segundo os coordenadores do SEDUP, a metodologia ou a estratégia de ação desenvolvida para pôr em prática esses projetos baseou-se na educação popular, que busca além dos conhecimentos técnicos, o conhecimento entre as pessoas do grupo, a construção de espaços de reflexão que coloquem em evidência os valores e a identidade de homens e mulheres e de suas organizações, estabelecendo laços de solidariedade, de educação e resistência à exclusão social. Portanto, buscou-se valorizar a prática cotidiana expressa na vida, no trabalho, nas festas, nas relações de gênero, simbolizando resistência seja na luta para permanecer no assentamento, nas reivindicações por políticas públicas ou ainda para melhorar a renda das famílias assentadas (SEDUP PARAÍBA, 2002).

Nas nossas visitas aos assentamentos, durante o ano de 2005, não encontramos mais essas experiências em funcionamento. Hoje, só são encontradas em forma de registros em documentos do SEDUP e na memória dos jovens que a elas tiveram acesso. É o caso de Evaldo, 25 anos, do assentamento Veneza, conforme pudemos constatar no fragmento de entrevista a seguir:

Pergunta: Fale da sua participação nas atividades coletivas no assentamento das hortas, da ajuda que você recebeu da universidade, SEDUP e sua participação, e por que acabou.

Evaldo: A única coisa que eu trabalhei aqui foi na horta. A gente começou com dezoito pessoas e depois foram disistindo, porque uns trabalhavam mais, outros menos, aí se a gente reclamasse ninguém aceitava, aí a gente teve que reunir a equipe todinha e botar pra fora quem não queria trabalhar. Aí foi saindo, foi saindo até que acabou.

No fragmento acima, percebe-se o surgimento de conflitos internos no grupo, sendo esse talvez o principal motivo do fracasso dessas experiências. Outro motivo que pode ser listado para explicar esse insucesso é a falta de recursos por parte das instituições para dar continuidade aos projetos até estes alcançarem a autonomia, como se percebe no fragmento abaixo retirado da entrevista de Roselita, 18 anos, do Assentamento São Francisco:

Pergunta: Como é que funcionava esse projeto da horta e da granja?

Roselita: A gente trabalhava junto, só que quando a gente ia cuidar dos pintos, tinha que dividir um horário. Da horta também, quando tava limpando, trabalhava junto e

quando tava plantadinho que dividia pra aguar.

Pergunta: E esta experiência não deu certo por quê?

Roselita: Porque na granja tinha que (...) com um ano tinha que vender as galinhas e já tinha que ter outros pintinhos. (...) tinha que vender, aí não deu certo teve que acabar, por não ter os pintinho pra ir ficar no lugar, o jeito foi vender as grandes, aí se acabou.

Na opinião de Luciênio, um dos coordenadores do SEDUP, o insucesso dessas experiências com os jovens não tem uma causa específica, mas ele identifica uma, que para ele é a principal: “os jovens não estavam suficientemente capacitados para trabalhos coletivos, além de não terem conhecimentos técnicos e contábeis, o que levou o grupo a desconfianças na hora de dividirem a renda”.

4.3.1 As experiências da UFCG

Data do mês de maio de 2003 o primeiro relatório produzido pelas extensionistas da UFCG, com informações do início dos trabalhos com jovens nos assentamentos do município de Pilões. As primeiras reuniões e visitas foram dedicadas a mobilizações dos jovens e discussões com o objetivo de fazer um resgate histórico das áreas onde moravam. A metodologia adotada para esse resgate histórico foi a exposição de filmes temáticos, como “Cabra Marcado para Morrer”, e ainda entrevistas com moradores mais antigos que viveram o período de exploração nas terras da Usina. Esse trabalho despertou um forte interesse nos jovens e serviu como um tema inicial de coesão para os grupos.

Vencida essa fase e com alguns grupos já organizados, a exemplo dos grupos de São Francisco, Veneza e principalmente Redenção, passou-se a trabalhar com os jovens questões ligadas ao cotidiano. O objetivo, nesse momento, era a identificação das necessidades dos jovens e discussão acerca da possibilidade de implantação de projetos produtivos de geração de renda. Para se alcançar essa meta, foi realizado, em outubro de 2004, o “I Encontro de Jovens dos Assentamentos de Reforma Agrária de Pilões”. Nessa ocasião, foi apresentado pelos jovens um documento, chamado “Carta Aberta dos Jovens Assentados no Município de Pilões”, contendo suas principais reivindicações, como se pode ler a seguir. Praticamente todas as demandas apresentadas pelos jovens na carta do encontro de 2003 ainda permanecem sem solução, como é notório no documento apresentado recentemente no Fórum dos Assentados. As demandas relacionadas nos dois documentos são semelhantes para os jovens e adultos dos assentamentos; no entanto, na carta dos jovens, pode-se perceber quais as suas preocupações específicas.

BOX 7- Carta Aberta dos Jovens Assentados no Município de Pilões. 23/10/2004

Nós jovens assentados em áreas localizadas no Município de Pilões, reconhecemos que temos uma vida melhor nos dias atuais por termos potencialidade de tirarmos tudo da terra, apesar dela ser pouca para algumas famílias; temos ainda moradia, alguma ajuda para estudar pelo menos um turno, porém sem perspectivas concretas de evoluir para níveis melhores por falta de um ensino de qualidade e uma renda que nos possibilite entrar em cursos profissionalizantes ou universitários. As nossas opções de lazer são pouquíssimas ou mesmo inexistentes, tudo isto se agrava ainda mais pela falta de renda gerada pela ausência quase que total de remuneração dos nossos trabalhos na roça. Devido a este quadro preocupante sentimos enormes dificuldades em participar efetivamente dos trabalhos de organização de nossas comunidades, principalmente das nossas Associações, as quais não têm apresentado espaços e nem perspectivas concretas de absorver nossas idéias e contribuições para melhoria de suas gestões e atuação nas áreas onde vivemos e trabalhamos. Diante de tantos desafios, temos ainda a árdua missão de permanentemente convencer nossos parentes e amigos para não abandonarem as áreas de assentamento em direção a outros lugares/centros urbanos em busca de renda para sobreviverem, além de não enxergar perspectivas de por em prática qualquer novo conhecimento por absoluta escassez de recursos, seja material ou financeiro para trabalhar!

Entendemos que a atuação dos governantes que deveriam destinar esforços e recursos para mudar esta situação pouco tem feito para isso; na esfera municipal as vias de acesso de nossos assentamentos são extremamente precárias e se encontram em péssimas condições de conservação, o que, aliado ao transporte escolar, que não funciona adequadamente, torna a nossa ida à escola, cada vez mais desestimulante, contribuindo para a queda da qualidade de nossa aprendizagem e a saída de muitos de nós das escolas; em algumas de nossas áreas nem escola existe e, em muitas delas, as instalações são insuficientes e o corpo de professores e a alimentação que seria destinada a nossa merenda estão cada vez mais difíceis; por fim, em plena era da comunicação global, nem telefone público tem em nossas comunidades que possa garantir a nossa integração com as demais áreas que nos cercam. Na esfera estadual, a situação não é diferente, pois em muitas escolas os professores não recebem salários há meses e em muitos assentamentos a eletrificação de nossas casas e ruas ainda não chegou, o mesmo acontecendo com a água tratada. Toda esta situação se agrava ainda mais pela total ausência de políticas do Governo Federal, responsável direto pela nossa condição de jovens assentados, no que diz respeito ao financiamento de nossa educação e de nossos projetos produtivos através de linhas de créditos especiais e oportunas.

Diante dos fatos aqui expostos e denunciados, os jovens assentados, reunidos na cidade de Pilões, vêm a público solicitar uma profunda mudança de postura e de atuação dos órgãos públicos e das entidades civis responsáveis diretamente pela conjuntura política, social e econômica em que estamos inseridos, de forma que a qualidade dos serviços prestados a nossa comunidade sejam substancialmente melhorados pelo aperfeiçoamento da infra-estrutura das nossas vias de acesso e a implementação de escolas de Ensino Fundamental, bem como de postos de saúde pela Prefeitura nos assentamentos, seja pelo engajamento efetivo do INCRA, da CPT e das Universidades, marcados em nossas vidas pela ausência quase que absoluta na elaboração e realização de projetos que possam definitivamente melhorar a nossa qualidade de vida.

Na carta aberta, os jovens reconhecem que suas vidas melhoraram nos assentamentos e citam como pontos positivos as condições de moradia e a possibilidade de estudar, ainda que em escolas de baixa qualidade. Como pontos negativos, relatam a falta de lazer e de renda. Reclamam ainda da falta de espaço nas associações – situação que tende a mudar, considerando a participação de alguns jovens na recém eleita diretoria da Associação de Redenção. Mesmo diante de enormes dificuldades, a carta expressa a intenção dos jovens em continuarem vivendo nos assentamentos.

Os jovens criticam a falta de políticas públicas para viabilizar os assentamentos, começam falando do descaso do poder público na conservação das estradas, da falta de telefones públicos e das péssimas condições das escolas. Dos problemas de infra-estrutura ainda não resolvidos, foram citados, dentre outros, dois considerados pelos jovens como os

mais importantes: falta de energia elétrica em alguns lotes e a inexistência de água tratada para consumo humano. Eles reclamam também do governo federal, da falta de financiamento de projetos produtivos e da total ausência de políticas públicas. Finalmente, eles solicitam uma profunda mudança de postura do Estado e das entidades da sociedade civil no atendimento às demandas mencionadas na carta e que sejam elaborados projetos que possam definitivamente melhorar suas vidas.

A partir do conteúdo da carta apresentada no encontro, muitos problemas são colocados, questões que permanecem sem solução, como infra-estrutura, falta de escolas, falta de postos de saúde e de médicos, além de várias outras demandas, como foi visto no documento do Fórum dos Assentados. Outras questões, como geração de renda para os jovens, têm sido alvos em projetos produtivos. A UFCG desenvolveu, a partir desse encontro em 2004, três experiências com o grupo de jovens de Redenção. A primeira foi com a industrialização de castanhas, na qual os jovens se envolveram com entusiasmo. Foram exibidas fitas ensinando como industrializar a castanha, e a matéria prima foi adquirida de dois modos: uma parte coletada na área coletiva do assentamento e outra parte comprada pela universidade no Assentamento Santa Maria. Essa experiência não prosperou, devido a dois fatores principais: o primeiro pela falta de matéria prima em quantidade suficiente, pois a produção de castanha existente nos assentamentos não dá para manter uma oferta regular no mercado; o segundo motivo do insucesso foi a falta de equipamentos adequados para se fazer o aproveitamento desse produto. Esse fato dificultou o processamento das castanhas e chegou a provocar acidentes nos jovens, como relata Janeide, 22 anos, do assentamento Redenção:

A castanha eu sabia que ia dar trabalho, por que a castanha é trabalhosa, mas foi boa, mas a gente sabia que ia dar muito trabalho, queimou as mãos e tudo, cheguei até de mão queimada, inchou, que eu pensei que ia cair, mas foi uma coisa que a gente gostou, e hoje a gente se tivesse que trabalhar com a castanha já ia saber como trabalhar, eu acho que valeu a pena.

A segunda tentativa, um pouco mais promissora pelo baixo investimento e facilidade na comercialização, foi a produção de bijuterias. Na sua opinião, a produção de bijuterias pode vir a ser uma alternativa promissora: *“As bijuterias é uma coisa que a gente tá fazendo, é uma coisa fácil e boa, só falta a gente chegar e botar pra frente”*.

Essa experiência ocorreu simultaneamente com o processamento das castanhas e foi desenvolvida por um grupo de sete meninas. As oficinas de bijuterias contaram com o acompanhamento sistemático das estudantes de economia e de desenho industrial, que davam assistência ao projeto. A matéria prima para a fabricação das peças foi comprada em Campina Grande, a preços competitivos, e a pequena produção fabricada pelo grupo foi toda vendida

no próprio assentamento. Essa experiência de produção artesanal de bijuterias pode vir a ser algo interessante para o grupo como fonte de renda, conforme se pode perceber no fragmento abaixo, extraído da entrevista com Márcia, 13 anos, do assentamento Redenção:

Pergunta: sobre as bijuterias, me fale um pouco sobre isso, como foi sua experiência com o artesanato?

Márcia: as bijuterias foi bom, porque a gente comprava muita coisa fora, não sabia como era feito, como era o processo, aí a gente não mexia com nada, aí chegava lá, fazia, olhava quanto era o material, via quanto ia ter de lucro em cima, e a gente não tinha base de nada, não sabia o trabalho, e depois do grupo a gente passou a saber sobre isso, quando a gente via uma peça pequenininha a gente sabia o quanto era difícil fazer.

O mais interessante na fala de Márcia é a demonstração do aprendizado coletivo dos processos de fabricação das bijuterias e da gestão desses processos. Ela revela ainda como aprendeu a calcular o lucro nas peças produzidas e as dificuldades de se produzir mercadorias para o mercado.

Finalmente, foi colocada em prática uma oficina para produção de banana-passa³⁴. Essa oficina foi coordenada pelo professor Jorgerson, do Departamento de Engenharia Agrícola. A experiência não apresentou grandes dificuldades para ser desenvolvida devido à grande disponibilidade de matéria prima e, ainda, à simplicidade do equipamento (o secador solar, de baixo custo e fácil de ser fabricado). A exposição do professor Jorgerson teve início com uma mostra de frutas-passas já prontas. Em seguida, ele usou cartazes contendo explicações teóricas sobre os conceitos de secador solar e fruta-passa e ainda com informações de como fazer um secador solar. Falou dos cuidados higiênicos que devem ser seguidos durante o processo de preparação da banana-passa. Sobre o secador solar, ele, didaticamente, expôs como fazê-lo e, em seguida, com a ajuda dos jovens, fez uma demonstração prática de secagem de bananas. Esse processo provocou nos jovens uma grande curiosidade, e a participação na oficina se deu de modo intenso com eles formulando perguntas e ajudando na parte prática da oficina.

4.3.2 O lugar do jovem na família camponesa

Para compreendermos o significado da palavra família, talvez possamos usar a definição de Prado (1985), na qual a família é descrita como um conjunto de pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou

³⁴ A oficina para secagens de frutas foi realizado em 01/09/2005. As informações usadas na presente Dissertação sobre produção de banana-passa encontram-se no relatório produzido pela aluna do curso de economia da UFCG Flávia Maria Silva Barbosa, bolsista do Projeto de Extensão coordenado pelo professor Edgard Afonso Malagodi.

ainda pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidas por adoção. Esse tipo de família é conhecido como família nuclear e é, provavelmente, o tipo que construímos mentalmente quando falamos de família. No entanto, esse conceito dito assim, de modo simplista, não dá conta de definir os inúmeros arranjos familiares existentes ao longo do tempo nas diversas sociedades. Portanto, a família é uma instituição social variando através da história e apresentando formas diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo estudado (PRADO, 1985).

O conceito apresentado acima ainda não explica o tipo de família que interessa à presente pesquisa, considerando que estamos falando da família camponesa, cuja definição incorpora elementos outros que vão além do grau de parentesco. Para falarmos da família camponesa, são necessárias, pelo menos, mais três variáveis, indispensáveis à compreensão dessa categoria: terra, produção e consumo. Além desses fatores puramente econômicos, Salles (1992) nos fala de valores culturais e simbólicos. Conforme a autora, a família camponesa, para se reproduzir, tem, necessariamente, que produzir e consumir não apenas produtos em seu sentido restrito ou econômico, mas também meios de vida em seu sentido mais amplo. Poderíamos nos ariscar a dizer que a autora fala de um modo de vida camponês ou de um *ethos* camponês.

Dentro dessa perspectiva, as relações familiares dos grupos camponeses estão permeadas por normas, valores e percepções, vinculados a símbolos e representações que, na realidade, circulam e se inter-relacionam, tanto no que diz respeito à morada camponesa como no que tange à comunidade. Embora família e comunidade (imediate e mediatamente vivenciadas) não sejam realidades redutíveis entre si, existe uma mútua influência entre elas, muitas vezes enigmática (SALLES, 1992).

De qual enigma ou mistério a autora estaria falando quando descreve o universo simbólico das famílias camponesas? Particularmente, não temos respostas, principalmente num momento quando inúmeros pesquisadores buscam fazer releituras de autores clássicos como Marx ou Kautsky, para alardearem o fim do campesinato (DUARTE, 2002). Para não deixar a provocação totalmente sem resposta, vamos buscar, na fala de uma jovem camponesa, talvez não a resposta definitiva para esse enigma do qual nos fala Salles (1992), mas pelo menos uma pista para os que ainda crêem em um modo de vida camponês. Vejamos, então, o que nos diz a jovem Salvina, moradora do assentamento Redenção, quando perguntada sobre o que mais gostava na vida no campo:

Eu gosto da paz. Eu falo para minha mãe que aqui é um lugar muito bom para

uma revolta. Porque aqui no sítio eu não vejo essas coisas, não dizendo que na zona rural não tem violência, existe sim, mas não é tão grande como na cidade grande. Eu não gosto de cidade, eu estudo na cidade porque é o jeito, mas cidade não me agrada. Sempre que eu levanto vou direto para minhas flores, amo as plantas, gosto do mato, quando estou meio pra baixo, eu vou para o mato andar um pouco. Quando fui para João Pessoa, levantava logo cedo, procurava algumas plantinhas e não achava nada, ficava angustiada. Eu tenho como se fosse uma química com a natureza.

Retomando o esforço para compreender o que significa a família camponesa, vamos à definição construída por Wanderley (2003b), na qual a autora nos fala da família como uma comunidade de interesses. Seus membros estão comprometidos com a realização de objetivos comuns, definidos, primordialmente, em função da constituição e reprodução do patrimônio familiar. Para o alcance desses objetivos, definem estratégias, sob o comando do pai, gestor da unidade produtiva e da divisão do trabalho. Essas estratégias são articuladas em função do presente e das perspectivas futuras, garantindo a reprodução das gerações vindouras, através dos sistemas de herança e de transmissão patrimonial. Portanto, as estratégias das famílias para formação do patrimônio fundiário, a alocação dos diversos membros no interior da unidade de produção ou fora dela, a intensidade do trabalho e as associações formais ou informais entre parentes e vizinhos são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, na sucessão entre gerações. As famílias combinam os recursos de que dispõem na unidade de produção com atividades complementares, temporárias ou intermitentes, as quais podem ter acesso fora do estabelecimento, como, por exemplo, o trabalho assalariado em outras unidades produtivas, o trabalho não-agrícola e as migrações temporárias ou definitivas. Assim, as famílias definem estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e assegurar a reprodução das gerações futuras (WANDERLEY, 2003b).

É nesse contexto familiar que ocorre a formação da juventude rural como resultado da combinação entre a satisfação das suas necessidades atuais, por um lado – bens materiais e culturais, a vida cotidiana e a capacidade de construção da identidade de ser jovem – e a preparação para a vida futura, por outro lado – o que implica em escolhas, como seguir a profissão de agricultor ou optar por uma profissão não-agrícola. Portanto, a relação fundamental do jovem é dada pela sua condição de membro de uma família de agricultores. É no interior desta que o jovem é socializado no trabalho, beneficia-se do consumo do que a família pode oferecer no presente e se depara com os critérios que definirão suas perspectivas futuras, seja através dos mecanismos que regem a transmissão hereditária do patrimônio familiar, seja através do encaminhamento para outras profissões não-agrícolas (WANDERLEY, 2003b).

A partir desse momento, analisamos, com base nas entrevistas realizadas com jovens dos três assentamentos, escolhidos por critérios que atendem aos pressupostos metodológicos da presente pesquisa, alguns aspectos considerados relevantes para este estudo, como: consumo ou necessidades, renda e divisão do trabalho.

No início deste capítulo, fizemos uma descrição da situação dos assentamentos para que se pudesse perceber o quadro de dificuldades enfrentadas por essas famílias para dar conta de manter seus jovens em condições minimamente dignas. De acordo com Wanderley (2003b), o ciclo de vida dos jovens das famílias camponesas é orientado para a realização de um objetivo coletivo cuja base de sustentação compreende a associação entre as seguintes variáveis: a terra, o trabalho e o consumo. Com fins didáticos, a autora expõe o ciclo de vida dos jovens em três momentos. No primeiro momento, o jovem é apenas um consumidor dos bens produzidos ou adquiridos pela família. A participação no trabalho é reduzida, não é remunerada, e o jovem não tem nenhuma autonomia. O trabalho apresenta-se mais como aprendizado e socialização. Nessa fase, a educação formal ocupa uma posição de centralidade na vida dos jovens. O fragmento da entrevista com Antunes, 20 anos, do Assentamento Redenção, mostra com clareza o caráter de socialização e de aprendizagem assumido pelo trabalho no início da vida produtiva dos jovens:

Pergunta: A partir de que idade se começa a trabalhar no roçado?

Antunes: A partir de doze, treze anos o cara já começa a limpar mato. Se o cara puder com a enxada e a foice, só que não trabalha como os mais velhos ou os irmãos da gente, os mais novos fica mais para ajudar e aprender devagarzinho.

Pergunta: Você gostaria de ter mais autonomia?

Antunes: Lá em casa meu pai sempre toma as decisões, mas às vezes eu opino pra nós fazer outras coisas, ele concorda comigo, mas geralmente eu sigo os conselhos dele (...)

Portanto, fica claro, pela fala do jovem, que esse primeiro momento é de aprendizagem e socialização, não possuindo o jovem autonomia e não recebendo nenhum tipo de remuneração.

No segundo momento, o jovem permanece dependente da família. Mesmo sem abandonar seu projeto educativo, os jovens participam mais intensamente dos trabalhos coletivos, são responsáveis por algumas tarefas, pelas plantações em pequenas áreas, ou assumem ocupações temporárias fora do estabelecimento familiar. Heredia (1979), analisando a organização interna de unidades de produção camponesa na Zona da Mata de Pernambuco, dividiu as áreas de trabalho em dois segmentos: o primeiro é o roçado familiar, onde trabalham todos os membros da família, que não recebem nenhuma parte especial do que é produzido, pois o que é obtido no roçado é destinado ao consumo de toda a família; o segundo é o roçadinho individual que pertencem aos filhos e servem como aprendizado e socialização

para o trabalho. A renda obtida nos roçadinhos pertence individualmente aos filhos. Enquanto os filhos permanecem no grupo doméstico, possuem roçadinhos e trabalham no roçado familiar. A perda do mesmo se dá no momento do casamento. Quando casam, os filhos passam a possuir uma unidade de produção e de residência separadas, o que significa que possuem casa e roçados independentes. Não observamos nos assentamentos estudados a existência de trabalho em pequenas áreas, como menciona Wanderley (2003b), ou roçadinhos, conforme descrição feita na análise de Heredia (1979). Provavelmente, o tamanho dos lotes, no caso em estudo, de cinco hectares, seja decisivo para a inexistência dessa prática nos assentamentos de Pilões. A iniciação no trabalho e a socialização dos jovens pesquisados se dá diretamente no roçado familiar e nas experiências coletivas mediadas pelo SEDUP e pela UFCG. Veja o depoimento a seguir:

Eu acho que foi uma forma dos jovens se reunir. Os primeiros passos foram com o pessoal do SEDUP, depois veio a universidade que ajudou muito, deu uma levatada na moral do grupo. Foi uma forma dos jovens mudar a realidade atual, a idéia de todo mundo é de mudar a realidade, mesmo que esteja um pouco perdido, mas a idéia é muito boa, com todo mundo no mesmo objetivo. (Salvina – PA Redenção)

É nesse momento também que os jovens têm acesso às primeiras atividades produtivas relativamente autônomas, nas quais a remuneração pode ser usada individualmente ou utilizada para ajudar a família. Os jovens começam a trabalhar em atividades fora do lote e, no caso do presente estudo, a Universidade proporcionou aos jovens de Redenção que participam do grupo a oportunidade de produção e venda de alguns produtos, como bijuterias e castanhas. Outra questão que a autora coloca como recorrente nesse momento é a preocupação com a sucessão. É nessa fase que os pais procuram ampliar seu patrimônio fundiário, já pensando na futura instalação dos filhos (WANDERLEY, 2003b). No caso dos assentamentos estudados, tendo em vista terem sido recém-criados, ainda não é forte a discussão da transmissão dos lotes para os filhos. Aqui, quando um titular deixa o lote e migra para outro local, a transferência é feita pela associação mediante uma assembléia de assentados, como podemos verificar no depoimento abaixo:

Tem uns jovens que fazem a casa no lote de seu pai e fica, mas cinco hectares não dá pra nada. Mas sempre que sai uma pessoa do lote, então vem para a assembléia para os assentados decidirem. Com meu irmão acho que já aconteceu uma ou duas vezes e não consegue (Salvina, PA Redenção).

Finalmente, Wanderley (2003b) destaca um terceiro momento no ciclo de vida dos jovens, que se inicia através da busca de um projeto de individualização e de emancipação profissional e da constituição de uma nova família. Nesse momento, entra em cena a questão da sucessão. Para essa questão ser resolvida, Abramovay (1998) propõe a universalização das políticas públicas. O autor coloca em destaque a Reforma Agrária e o PRONAF (Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Essas políticas têm como meta proporcionar o acesso ao crédito para o fomento a projetos de geração de renda e promover a distribuição de terras aos filhos de agricultores familiares, cuja extensão das propriedades não permite a subdivisão. Como se pode perceber, a distribuição de lotes de cinco hectares no município de Pilões não foi pensada pelo INCRA para as gerações seguintes, e os problemas já começam a surgir com filhos de assentados formando novas famílias e sem ter terra suficiente para trabalhar.

O tamanho dos lotes, a falta de estrutura, o não-acesso dos jovens às políticas públicas, todas essas questões são percebidas na análise das entrevistas e das trajetórias individuais dos jovens e contribuem para o desequilíbrio entre produção e consumo, provocando o não-atendimento das necessidades dos jovens e os levando a adotarem estratégias diferenciadas de inserção econômica, como veremos através de suas próprias falas. Para fundamentar o debate sobre tais questões, usaremos Chayanov (1974). Esse autor afirma que, quando a terra é reduzida, a oferta de bens, de infra-estrutura e de produtos para a família é incipiente.

Portanto, a mão-de-obra familiar, quando não encontra espaço funcional na unidade a que pertence, não possui o vínculo e o acesso aos ramos artesanais, comerciais e não-agrícolas para alcançar o equilíbrio provedor das necessidades econômicas da família, pode estruturar canais ocasionais e transitórios de aplicação mercantil de sua força de trabalho como expressivos do controle sobre o próprio processo de trabalho (ANJOS, 1995 apud TEDESCO, 1999). Essa afirmativa do autor pode ser perfeitamente usada para a análise das áreas estudadas, considerando-se o tamanho dos lotes dos assentamentos no município de Pilões, todos com tamanhos médios de cinco hectares, e sua frágil inserção em um mercado controlado por atravessadores.

Para Menezes (2006), apesar de a juventude estar inserida na lógica da produção e do consumo da família, trata-se também de considerarmos as suas demandas, desejos e interesses específicos. O fragmento a seguir, retirado da entrevista do Presidente da Associação do Assentamento Redenção, confirma a afirmação de Menezes:

O jovem aqui fala muito em ir embora porque aqui não tem um meio de vida, o da cidade ainda arruma emprego na cidade, no comércio, e aqui ele reclama muito porque chega final de ano, chega as festas de São João e eles não tem o dinheiro de comprar uma roupa, pede ao pai e o pai não tem condição, hoje os assentamentos não dá condição de fazer isso. E eles falam hoje em ir embora do assentamento, se tivesse um desenvolvimento pros jovens ele continuavam dentro do assentamento, eles iam ter o dinheiro de comprar a roupa, de ir numa festa, muitos pensam em ir embora, porque muitos jovens arruma uma namorada e não tem condição de chamar a namorada e dar um refrigerante a ela. É isso que eu acho que a dificuldade dos jovens é muito grande aqui dentro do assentamento. A rua sempre tem muitos jovens desempregados também, mas eles arrumam sempre uma ajudazinha num supermercado, um empreguinho, um trabalho só pra ajudar. Enquanto os do

assentamento não tem isso.

Vários outros depoimentos poderiam ser inseridos nesse texto retratando a lista de necessidades que são recorrentes na fala dos jovens. Antes de uma análise teórica sobre essas necessidades não-atendidas pelas famílias dos assentamentos do município de Pilões, vamos ver o depoimento de Cecília, 22 anos, do assentamento Veneza:

Pergunta: Que tipo de necessidade fez você sair do assentamento?

Cecília: Minha família é um pouco grande, somos quatro irmãs e dois irmãos, quando eu pedia uma coisa a meu pai, uma roupa nova, uma calça, dinheiro para comprar xampu, condicionador, essas coisas assim, se ele desse pra mim, ele tinha que dá para as outras irmãs também, e no momento ele não tava podendo, o que agente tirava da terra só era pra se alimentar e pagar outras continhas mais. A gente pra poder comprar uma calça jeans, teria que esperar ou eles vender uma banana ou um pedaço de macaxeira, e se ele desse para mim, minha irmã ia ficar com raiva com certeza, então ele não podia dá pra ninguém. Quando ele tivesse condições de comprar pras quatro ele comprava, e com isso, fui botando na cabeça que eu teria que trabalhar, arrumar um serviço, não é muito bom, mas a principal forma foi essa que levou eu ter que sair, abandonar os estudos...

Os fragmentos acima sinalizam um desequilíbrio entre o que é produzido nos lotes e o não-atendimento das necessidades de consumo das famílias, principalmente dos jovens. Anjos (1995 apud TEDESCO, 1999), fazendo referência a Chayanov (1974), cita a racionalidade interna do grupo doméstico, as suas regras de funcionamento, centradas sobre si mesmo, objetivando a supressão das carências e deficiências no horizonte das necessidades. As múltiplas estratégias, as iniciativas, as alternâncias de produtos e a aplicação da força de trabalho em suas dimensões (espacial e sexual), são vistas como racionalidades otimizadoras na busca da autonomia e determinação interna relacionadas aos provimentos e às necessidades da família, levando em conta sua condição no mercado em geral.

Pela exposição acima, fica claro que as famílias e, particularmente, os jovens adotam estratégias diferenciadas para enfrentar esse desequilíbrio entre produção e consumo existentes nas unidades produtivas. No caso do presente estudo, a caracterização dos assentamentos feita no início desse capítulo e o resumo da carta dos jovens dos assentamentos do município de Pilões, bem como a motivação maior do trabalho dos mediadores externos UFCG e SEDUP, cujos trabalhos orientam-se, dentre outros objetivos, para a tentativa de geração de renda para os jovens, não deixam dúvidas que os mesmos têm necessidades não-satisfeitas: *“Se tivesse um meio de renda pro jovem se manter aqui no assentamento, não tinha coisa melhor”*. (Cecília, 22 anos, PA Veneza)

Veamos algumas estratégias adotadas pelos jovens para o atendimento de suas demandas. Dentre elas, estão: a continuidade dos estudos, o trabalho assalariado em outros lotes, a venda da produção agrícola e a migração para as usinas de Pernambuco, de São Paulo

e para os outros centros urbanos. Em todas essas estratégias, o objetivo é a aquisição de renda monetária para o atendimento de necessidades não-supridas pelo trabalho nos lotes. Antunes, 20 anos, do assentamento Redenção, trabalha alguns dias por mês como assalariado em lotes vizinhos. Vejamos um fragmento de sua entrevista:

Pergunta³⁵: No mês, em média, quanto seus pais dão para vocês em dinheiro?

Antunes: Quando meu pai não pode dá eu trabalho fora, e por mês eu apuro trinta reais.

Pergunta: Quanto por dia?

Antunes: Dez reais.

Pergunta: Trabalha fazendo o que?

Antunes: Alimpando mato, roçando, tirando banana.

Pergunta: Aqui no assentamento mesmo?

Antunes: Sim, eles chamam pra trabalhar, como eu estudo, eu vou só meio dia.

Pergunta: Estas pessoas que chamam vocês para trabalhar, onde elas conseguem dinheiro?

Antunes: Às vezes é aposentado e tem umas condições melhor e chamam nós pra trabalhar.

Outros jovens migram temporariamente para trabalhar no corte de cana nas usinas de São Paulo. Mesmo enfrentando péssimas condições de trabalho, esse tipo de inserção produtiva ainda é recorrente nos assentamentos, como podemos ver no fragmento abaixo:

Pergunta: Vocês não têm vontade de saírem para São Paulo, João Pessoa, para as usinas?

Silvino: Pra usina eu não saio não, na usina o cara dá o máximo de si, chega aqui do mesmo jeito de novo, às vezes doente.

Celso: O meu tio disse que na usina que ele foi, se ficasse doente tinha que tomar um tipo de droga lá, uma injeção que eles davam e o cara ficava que nem um loco cortando cana.

Pergunta: Onde foi isto, Celso?

Celso: Foi em Ipuam São Paulo.

Outros jovens baseiam-se nas experiências de seus pais e não pensam em viver apenas da agricultura. O comércio de carne ovina e a venda de bebidas são práticas comuns que visam à complementação da renda monetária.

Para Chayanov (1981), numa economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer às necessidades de cada unidade de produção, que é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo. O autor afirma que só se pode calcular ou medir a quantidade considerando-se a extensão de cada necessidade única: é suficiente, é insuficiente. Portanto, esse cálculo não é muito preciso. *“Aqui no assentamento precisa de tudo, basicamente de tudo, tudo que você imagina que um jovem tem direito”* (Cecília, 22 anos, PA Veneza).

Pelas condições estruturais dos assentamentos, apresentadas no início do presente capítulo, levantamos a hipótese de que as unidades produtivas familiares construídas nas

³⁵ Fonte: fragmento da entrevista coletiva realizada pela Professora Marilda Aparecida de Menezes com sete jovens do PA Redenção em 07/06/2006.

terras da Usina Santa Maria do município de Pilões não estão atendendo às necessidades e potencialidades das famílias e dos jovens, provocando o que Chayanov (1981) chamou de desequilíbrio entre produção e consumo. Para reforçar essa tese, vejamos a exposição do funcionamento de uma unidade produtiva familiar feita por aquele teórico. O autor afirma que o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago, recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica, do qual deduzem-se as despesas para a família se manter durante o ano. Esse produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível para uma unidade de trabalho camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la, analítica ou objetivamente. Quando não existe o fenômeno social dos salários, também não há o fenômeno social de lucro líquido, sendo, portanto, impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro.

Seguindo esse raciocínio, o autor afirma que a renda capitalista, como categoria objetiva de rendimento econômico, obtida após deduzir, do rendimento bruto, os custos materiais de produção, os salários e o juro costumeiro sobre o capital, não pode existir na unidade econômica familiar, pois falta a categoria salário. Aprofundando a análise, Chayanov chega à conclusão de que o produto do trabalho indivisível de uma família não aumenta de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, tendo em vista que o camponês trabalhador, ao perceber o aumento de produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor auto-exploração de sua capacidade de trabalho, ele satisfaz melhor as necessidades de sua família (CHAYANOV, 1981).

Em todas as entrevistas com jovens dos três assentamentos, ficou evidenciado que um dos principais motivos que levam os jovens a saírem dos assentamentos é a renda insuficiente para suprir suas necessidades. Outros fatores são importantes na decisão de sair ou ficar, como veremos no quinto capítulo; no entanto, a discussão sobre renda não pode ser minimizada e precisamos deixar claro de qual renda estamos falando. Se citássemos um fragmento de uma entrevista de modo isolado, poderíamos confundir a renda da unidade produtiva, como explica Chayanov (1981), com a renda monetária (dinheiro), usada para as compras de objetos e bens de consumo não-produzidos na propriedade, mas não é disso que estamos falando. Quando falamos com os jovens sobre suas necessidades, pensamos no produto do trabalho como a renda possível numa economia sem trabalho assalariado, como é o caso dos assentamentos São Francisco, Redenção e Veneza, onde o produto do trabalho, traduzido aqui como a venda da produção anual de bananas mais cultivos de subsistência, não é suficiente para atender o

consumo das famílias e suprir satisfatoriamente às necessidades dos jovens, desenvolvendo suas potencialidades particulares. Vejamos o fragmento a seguir:

No nosso sítio (lote), por enquanto só tem a renda da banana mesmo, é o salário da família só para manter a casa mesmo. Quando a gente precisa de outras coisas, a gente se vira, porque lá tem um pedaço de terra junto do rio, aí a gente plantava legumes e meu pai sai vendendo nas casas das pessoas, na sexta e no sábado (Salvina – PA Redenção).

Portanto, a partir de agora, quando for mencionada a categoria renda, estaremos nos referindo ao produto bruto do trabalho, conforme a teoria de Chayanov. Essa renda é considerada pelos jovens e por suas famílias como insuficiente e compromete as perspectivas futuras dos jovens em continuarem nos assentamentos. Weisheimer (2004), estudando os jovens rurais e seus projetos profissionais no município de Feliz, no Rio Grande do Sul, trabalhou com cinco variáveis: a condição fundiária da unidade produtiva; a renda agrícola obtida pela família; a socialização no processo de trabalho da agricultura familiar; as representações dos jovens sobre o trabalho agrícola e as avaliações sobre o modo de vida de seus pais. O autor cruzou essas variáveis com os dados empíricos e chegou a conclusões que nos ajudam a pensar sobre o futuro dos jovens das áreas de reforma agrária no município de Pilões.

Através da análise dos dados empíricos, o autor chega a algumas conclusões. Dentre elas, uma é fundamental: considera-se o acesso à propriedade da terra indispensável para a construção de projetos profissionais agrícolas pelos jovens. Assim, os filhos de agricultores familiares que não são proprietários da terra são levados a buscarem inserção no mercado de trabalho não-agrícola. O autor verificou ainda que, entre os jovens agricultores, cujos pais são proprietários da terra em que trabalham, quanto maior a área do estabelecimento agrícola, mais freqüentes são as intenções dos rapazes em permanecer no campo (WEISHEIMER, 2004). Logo, o tamanho – a extensão – da área é fundamental para a construção, por parte dos jovens, de projetos futuros de permanência na atividade agrícola.

O que percebemos ao longo desse capítulo é que as áreas reformadas no município de Pilões até hoje não se viabilizaram economicamente e, portanto, a renda gerada nessas unidades produtivas é insuficiente para atender à demanda de bens e serviços por parte dos jovens. Para explicar essa constatação, podemos citar várias questões: infra-estrutura, falta de investimentos e assistência técnica, além do tamanho dos lotes, que é insuficiente para acolher novas famílias que estão se formando entre os jovens assentados, e a inexistência de políticas públicas para a juventude.

Para Durston (1998), essa falta de perspectivas se explica devido à ausência da

variável juventude no marco conceitual que dá origem às estratégias e aos objetivos dos projetos de desenvolvimento rural. O autor atribui essa invisibilidade dos jovens nas políticas públicas para o meio rural à falta de conhecimento e à frágil capacitação no tema juventude por parte dos planejadores e executores dessas políticas. Portanto, para dar visibilidade à juventude rural nesse contexto, é necessário uma visão teórica coerente da juventude rural que ainda está em construção na América Latina.

4.4 Da divisão do trabalho: os meninos fazem o trabalho pesado, as meninas, o trabalho maneiro

Passaremos, neste item, a discutir a divisão do trabalho, buscando uma definição para a categoria trabalho. O trabalho não é um conceito auto-evidente. Portanto, é uma categoria cultural ou ideológica e tem múltiplos significados. É construída como uma categoria central da teia de significados que constitui a cultura camponesa. O trabalho não pode ser pensado em si, visto que é uma categoria moral e, portanto, diferente das representações da produção moderna (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997).

A noção de trabalho, como categoria subjetiva, marca distinções de gênero. No contexto do campesinato do Brasil, a categoria trabalho só se aplica ao homem, mais especificamente, ao pai de família. No espaço da roça, no sítio, a mulher, os jovens e os velhos em geral não “trabalham”, sua atividade se define como “ajuda”. É só no âmbito da casa que a atividade feminina é considerada trabalho, delimitando, assim, espaços de gênero (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997).

Na divisão sexual do trabalho há uma “cooperação simples” – homens e mulheres fazem as mesmas tarefas na capina e na colheita – e uma “cooperação complexa” – homens e mulheres fazem tarefas distintas e complementares no processo global que faz a reprodução social: eles, na roça e no pasto, elas, na casa. O trabalho só se constitui como atividade material a partir de uma atividade ideal – o saber. Existe como que um “trabalho do saber” que informa o trabalho sobre a terra, e é o domínio desse saber que define quem governa a atividade agrícola e, com ela, a família (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997).

A divisão sexual do trabalho começa bem cedo nos assentamentos estudados. Geralmente por volta dos oito ou nove anos de idade – às vezes, antes – tem início a socialização nas atividades agrícolas, sob o comando do pai, que distribui as tarefas no roçado, usando como critério de divisão as categorias pesado e maneiro. A fala a seguir, retirada da entrevista com Francinaldo, 16 anos, do PA Veneza, é esclarecedora do processo de

divisão do trabalho.

Pergunta: Com quantos anos você começou a trabalhar na agricultura?

Francinaldo: A partir dos seis anos.

Pergunta: O que você fazia?

Francinaldo: Alimpano mato, plantano milho, feijão, cuidano dos gado.

Pergunta: E as meninas?

Francinaldo: Só mais pra alimpar mato e plantar milho e feijão.

Pergunta: E quem faz o trabalho mais pesado?

Francinaldo: Eu, meu irmão e meu pai.

Pergunta: Que tipo de trabalho pesado as meninas não faziam?

Francinaldo: Plantar banana, mandioca e batata doce.

Pesquisas realizadas por Menezes, Oliveira e Miranda (2004) nos assentamentos de Pilões demonstram que a participação de meninos e meninas no trabalho familiar varia de acordo com a composição de sexo e momento no ciclo de vida. Para as famílias cujos filhos mais velhos são homens, as mulheres são poupadas do trabalho no roçado e se dedicam mais à casa e aos estudos. O fragmento abaixo retirado da entrevista com o Presidente da Associação de Redenção, confirma a afirmação da autora:

Pergunta: Você falou antes que não deixa ela (filha) trabalhar na agricultura, pra não desviar a atenção da escola, é verdade isso?

Presidente: É verdade, é por isso que eu penso, que eu já fui criança, já fui jovem e vivendo trabalhando, por isso que eu penso primeiro os estudos, não trabalhar na agricultura pra não tirar atenção dos estudos.

Weisheimer (2004), analisando as ocupações de rapazes e moças no município de Feliz, no Rio Grande do Sul, chegou a conclusões semelhantes às encontradas nos Assentamentos do município de Pilões. O autor percebeu que, entre os rapazes, predomina o tempo dedicado ao trabalho agrícola na unidade produtiva, seguido do tempo dedicado aos estudos, enquanto que, entre as moças, prevalece o tempo dedicado aos estudos, acompanhado do tempo destinado ao trabalho doméstico. Portanto, os filhos (homens) são preparados através de uma maior inserção no trabalho agrícola para serem os sucessores dos pais nesta atividade. As filhas dedicam-se mais aos estudos como meio de inserção no mercado de trabalho não-agrícola. Assim, para esse autor, existe uma correlação entre a socialização no trabalho agrícola e os projetos profissionais de rapazes e moças, visto que o maior envolvimento dos rapazes nesse trabalho é acompanhado de índices maiores de projetos de permanência na agricultura (WEISHEIMER, 2004).

Heredia (1979), analisando o trabalho de pequenos produtores no nordeste do Brasil, trabalha com os conceitos de *roçado* e *roçadinho* para analisar a divisão do trabalho e explicitar como ocorre a socialização de crianças e jovens no interior dessas famílias. Para a autora, os filhos são socializados no *roçadinho* – concessão individual tolerada pelos pais para proporcionar o aprendizado das atividades agrícolas por parte dos filhos:

O *roçadinho* está destinado à provisão de certos bens que, não obstante, por serem de consumo individual, são reconhecidos de caráter secundário, com relação aos bens fornecidos pelo roçado, voltados para atender ao consumo coletivo considerado prioritário. (p. 155)

A autora conclui que o *roçadinho* é fundamental para preparar os filhos para assumir as futuras unidades de produção. Sendo assim, o trabalho das crianças camponesas tem uma dupla finalidade: em primeiro lugar, proporciona a aprendizagem das atividades agrícolas; em segundo lugar, constrói a identidade do indivíduo de acordo com a cultura do grupo.

5 AS ESTRATÉGIAS DOS JOVENS

A literatura tem enfatizado que a juventude rural não só envolve grupos com situações sociais, espaciais e históricas diversas, como também suas estratégias de reprodução social assumem múltiplas faces. Há os que ficam nos espaços rurais inseridos no trabalho familiar; os que migram para trabalhos temporários em safras de cana-de-açúcar ou outras atividades agrícolas; os que se engajam em trabalhos urbanos nas capitais de seus estados ou metrópoles de outras regiões e, ainda, os que buscam, através da educação formal, a capacitação para outras profissões (MENEZES, 2006).

As pesquisas produzidas em diversas universidades brasileiras e debatidas no Seminário Nacional Juventude em Perspectiva³⁶ apontam para estratégias diferenciadas adotadas pelos jovens a partir de uma base estrutural comum. Como perspectiva metodológica, adotamos a análise de trajetórias de vida, nos termos definidos por Bourdieu (1986, p. 189), para quem a trajetória de vida se apresenta como uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é, ele próprio, um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Entendemos que esse conceito é apropriado para estudar os jovens rurais em assentamentos de reforma agrária, tendo em vista que esses espaços passaram e estão passando por intensas transformações que colocam os jovens em uma dinâmica que influencia e é influenciada por suas trajetórias de vida. Utilizaremos as trajetórias de vida dos jovens Genaro, Cecília, Janeide e Álvaro para compreendermos os seus deslocamentos nos espaços sociais quanto à diversidade de suas estratégias de inserção social e econômica.

A análise das biografias demonstra que essas estratégias não são isoladas nem estão em oposição no espaço e tempo de um grupo social, mas coexistem, seja no quadro temporal das trajetórias individuais ou dos grupos, ou na configuração dos espaços. O exame das trajetórias permite visualizar situações concretas, tais como: há os que partem, os que ficam, os que voltam e os que não voltam (SILVA, M., 1992).

Portanto, ficar e sair do campo são estratégias pautadas não apenas pelas condições objetivas das famílias de agricultores familiares ou assentadas, mas também pelos

³⁶ Os resultados de diversas pesquisas concluídas e em andamento foram apresentados por professores e estudantes de Universidades de todas as regiões do Brasil durante o Seminário Nacional “Juventude Rural em Perspectiva”, realizado no período de 02 a 04 de maio de 2006 no Rio de Janeiro. Esse seminário foi promovido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ – através do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA – e contou com apoio institucional do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento – NEAD – do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

significados – condições subjetivas – dos jovens sobre a vida e o trabalho nos espaços rurais e fora deles. Assim, condições objetivas e subjetivas fazem parte das ações e concepções que orientam as trajetórias e projetos de vida dos jovens assentados. Desse modo, as estruturas objetivas não provocam os mesmos efeitos sobre todos. Há que considerarmos, além das condições objetivas da fraqueza da terra, da impossibilidade de sobrevivência, da fome, da miséria e das possibilidades de emprego em São Paulo (ou em outras cidades), também as diferenças de sexo e de idade, bem como suas representações sobre as migrações, para entendermos quem deve partir e quem deve ficar. Nogueira (2004), usando a teoria de Bourdieu, vai além do debate entre objetivismo e subjetivismo, incorporando a noção de *habitus* para o estudo de trajetórias. Nessa perspectiva, os indivíduos não seriam seres autônomos e autoconscientes, nem seres mecanicamente determinados pelas forças objetivas. Eles agiriam orientados por um *habitus*, que refletiria as características da realidade social na qual eles foram anteriormente socializados.

Portanto, não se podem estudar as trajetórias individuais dissociadas das relações sociais dos grupos. Os assentamentos de reforma agrária são espaços dinâmicos permeados de intensas relações sociais. Compreender essas relações, a partir de relatos biográficos ou histórias de vida, é uma perspectiva metodológica que pretende não dissociar uma análise dos grupos sociais da experiência dos sujeitos individuais. Na opinião de Preuss (1998), o social pode ser apreendido a partir do individual. A vida que emerge da biografia é a vida no grupo; o grupo tem história, e esta é feita de vidas e assim se fecha o círculo. Para a autora, fazem parte desse processo o entrevistador, o narrador e o mundo que cada um traz para a situação da conversa. O narrador parte de um ponto de vista individual e também social, de uma posição no campo social³⁷, de uma localização na estrutura social e de uma participação nos processos sociais.

No livro “A Miséria do Mundo”, Pierre Bourdieu (1997) estudou a população de conjuntos habitacionais na periferia de Paris. Através do uso de trajetórias individuais, buscou compreender o universo das relações sociais estabelecidas dentro destes espaços artificializados, criados pelo estado Francês. A partir das histórias de vidas, o autor consegue explorar a diversidade e a complexidade dos conjuntos habitacionais, de onde emergem discursos diferentes e, às vezes, inconciliáveis e que afastam as visões simplistas e unilaterais. É com esse olhar que pretendemos compreender os jovens dos assentamentos São Francisco, Veneza e Redenção, esperando encontrar nas “unidades geográficas” das áreas reformadas a multiplicidade de projetos de vida, de discursos e de estratégias adotadas por eles para se

³⁷ Cf. Nogueira (2004): “Bourdieu e a Educação”.

reproduzirem socialmente. Essa perspectiva encontra apoio entre diversos pesquisadores, dentre os quais está a professora Nazaré Wanderley, que, na abertura do Seminário Nacional Juventude em Perspectiva no Rio de Janeiro³⁸, provocou o público presente no encontro chamando a atenção para a diversidade das juventudes rurais e frisando que as pesquisas devem levar em conta os contextos formados pelos pequenos municípios e a diversidade de situações em que se encontram esses jovens. Ela conclui seu raciocínio afirmando que “*não podemos isolar os jovens, mas também não homogeneizar ou diluir*”.

Por outro lado, estamos trabalhando também com a categoria de Juventude Rural, entendida aqui como uma categoria que recobre aqueles jovens que têm no meio rural o seu lugar de vida (WANDERLEY, 2003b). Para além de todas as imprecisões que marcam tal categoria, enfatizamos que se trata de uma fase no ciclo de vida em que se constituem grupos sociais específicos; em que tem início a inserção definitiva do indivíduo na vida em sociedade, sendo, portanto, marcada pelas incertezas, procura, aprendizado profissional, militar ou erótico (LEVI; SCHMITT, 1996; MENEZES et al., 2004). Apesar de diversamente concebida, ela é, em qualquer sociedade, um momento de crise individual e coletiva e de empenho entusiástico e sem reservas. Além do que, constitui-se para os atores concretos num momento privilegiado de construção dos projetos de autonomia pessoal. Nas palavras de Durston (1998, p. 9), “os jovens rurais têm, pelo menos em alguns momentos e em certos aspectos, um pensamento e uma prática estratégica que combinam seu uso do tempo presente com sua visão de como preparar o tempo futuro”. Wanderley (2003b) enfatiza que tais projetos são negociados no interior da família camponesa.

A perspectiva que adotamos neste trabalho foi embasada no pressuposto de que, mesmo com condições objetivas semelhantes, os assentamentos de reforma agrária não proporcionam trajetórias retilíneas; pelo contrário, os jovens adotam estratégias diferenciadas e projetos de vida que ultrapassam a perspectiva dicotômica de sair e ficar. Estudos, trabalho no lote, experiências coletivas e migrações condicionam suas histórias de vida mais do que os espaços puramente geográficos dos assentamentos.

Analisamos aqui a trajetória de quatro jovens – Genaro, Cecília, Álvaro e Janeide – procurando compreender três aspectos principais: em primeiro lugar, a incorporação, por parte do jovem, de habilidades profissionais aprendidas na cidade ao construir alternativas de renda complementares ao trabalho agrícola. Em segundo lugar, uma revalorização da agricultura e da vida no campo a partir de experiências de alta exploração da força de trabalho na cidade. Em terceiro e último lugar, a importância de experiências coletivas e da educação

³⁸ Seminário Nacional Juventude Rural em Perspectiva. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, maio de 2006.

formal na elaboração de projetos de vida nos assentamentos.

A primeira trajetória é a de Genaro, 27 anos, do assentamento Veneza. Esse jovem migrou para o Rio de Janeiro, onde aprendeu outras profissões não-agrícolas. Voltou e atualmente reside no lote de sua família. Em seguida, conheceremos a história de vida de Cecília, 22 anos, do assentamento Veneza. Ela participou de experiências coletivas mediadas pelo SEDUP e UFCG e trabalha em uma padaria no município de Guarabira, distante 20 km do assentamento, mas pretende voltar para o lote da família. Álvaro, 30 anos, do Assentamento São Francisco, saiu para São Paulo, trabalhou em um supermercado e, ao retornar, voltou a trabalhar na agricultura no mesmo assentamento. Participa atualmente de uma experiência coletiva de comercialização da produção de bananas. Finalmente, Janeide, 22 anos, liderança do grupo de jovens de Redenção, nunca saiu do lote, terminou o ensino médio e pretende continuar os estudos.

5.1 A situação dos jovens assentados do município de Pilões

Economicamente, o município é representado pela pecuária e agricultura, com destaque para as lavouras permanentes de banana, urucum, caju, goiaba, laranja, manga, jaca e outras; e temporárias de mandioca, milho, feijão, fava, bata-doce etc. Por muito tempo, a cana-de-açúcar foi a cultura predominante na região; todavia, com a crise no setor açucareiro, acabou sendo substituída pela banana, cultura que tem se sobressaído economicamente. Atualmente, outras experiências vêm surgindo, como é o caso da floricultura, alternativa recém-surgida através de um grupo de mulheres que vem dando mostra de alta potencialidade econômica.

É importante ressaltar que a queda da produção de cana-de-açúcar provocou uma redefinição no espaço da região em análise, culminando, entre outras coisas, na presença, no município em foco, de três assentamentos³⁹ resultantes do processo de desapropriação das terras da Usina de Santa Maria, em 1997, denominados respectivamente de Projeto de Assentamento Redenção, São Francisco e Veneza. Nesses assentamentos, vivem cerca de 155 famílias em lotes com tamanho médio de cinco hectares (5 ha.), o que, associado à ausência do Estado – uma constante na fala dos assentados –, sinaliza para as dificuldades de reprodução desse campesinato. Dentre os principais problemas detectados nas falas dos moradores, sobressaem-se a infra-estrutura (estrada, energia elétrica, escola, posto de saúde,

³⁹ Embora existam seis assentamentos no município de Pilões (cf. anexo 2), apenas três foram objeto do presente estudo.

telefone etc), o endividamento dos titulares dos lotes junto a instituições de crédito, a falta de assistência técnica e a dificuldade para comercialização da produção agrícola, agravada pela forte presença de atravessadores.

Todas essas dificuldades são vivenciadas de maneira peculiar pelos jovens assentados, muito embora reconheçam que suas vidas melhoraram nos assentamentos. Como pontos positivos, citam as condições de moradia e a possibilidade de estudar, e como negativos, a falta de lazer, de renda, de espaço político nas associações, de políticas públicas para viabilizar os assentamentos, conservar estradas e escolas e financiar projetos produtivos, e ainda a falta de telefones públicos. Em suma, eles solicitam uma profunda mudança de postura do Estado e das entidades da sociedade civil no atendimento a suas demandas de melhoria de vida.

Para a maioria das famílias, essa situação estrutural nos assentamentos gera um desequilíbrio entre a produção e o consumo, visto que o produto do trabalho não é suficiente para garantir o consumo familiar, o que provoca o não-atendimento das necessidades dos jovens, levando-os a adotarem estratégias diferenciadas de inserção econômica, como veremos através de suas trajetórias.

Para Duston (1998) e Menezes (2006), apesar de a juventude estar inserida na lógica da produção e do consumo da família, trata-se também de considerarmos as suas demandas, desejos e interesses específicos. A juventude rural tem necessidades particulares insatisfeitas, direitos específicos não plenamente exercidos e aportes potenciais não-realizados.

Fortemente marcada por uma situação de grande fragilidade social, que impede ou dificulta a criação de oportunidades locais de instalação dos jovens e de suas famílias, a migração aparece para esses atores – os jovens – como uma estratégia de concretização de seus projetos de autonomia (WANDERLEY, 2003b). No entanto, não apenas os fatores estruturais e econômicos são determinantes no momento de o jovem migrar. Segundo Woortmann, K. (1990), a migração tem um sentido simbólico-ritual, para além de sua dimensão prática. Ela é parte de um processo que reintegrará a pessoa na sociedade com o status transformado de rapaz para o de homem.

5.2 Agricultor, migrante, pedreiro e padeiro: as múltiplas estratégias de um jovem rural

A partir de agora, analisamos a trajetória de Genaro, 27 anos, filho de assentados do PA Veneza. Ele só estudou até a sétima série do ensino fundamental, por considerar

impossível conciliar o trabalho na agricultura com o estudo. Migrou pela primeira vez para o Rio de Janeiro, fazendo o percurso do que se pode chamar de migração pré-matrimonial⁴⁰. A partir de então, ficar e sair, para ele, tem sido uma estrada de mão dupla: quando saiu para o Rio de Janeiro, trabalhou numa padaria, voltou. Em seguida, trabalhou de pedreiro em Pilões e agora está pensando em trabalhar por uns tempos na cidade de Guarabira, para depois retornar para o Assentamento Veneza⁴¹. Sobre sua experiência no Rio de Janeiro, considera-a de forma positiva, embora não pretenda voltar para lá. Afirma que o Rio é bom, mas tudo é comprado, tudo é caro e, mesmo ganhando bem, lá não se economiza dinheiro algum. Pensa que, com sua habilidade na construção civil, não é mais necessário sair para longe. Tem muitos empregos nas construções em Pilões e, principalmente, em Guarabira e é mais fácil economizar trabalhando perto de casa, onde as despesas são poucas e não há os riscos das grandes cidades.

A profissão de pedreiro foi aprendida em Pilões com amigos, logo após retornar do Rio de Janeiro. Antes de migrar, porém, Genaro participou de duas experiências coletivas desenvolvidas no assentamento pelo SEDUP: horta e granja, as quais não deram certo, segundo ele, pela falta de unidade e organização do grupo. As atividades eram coordenadas por ele e mais quatro pessoas e os demais começaram a faltar ao trabalho e ainda desconfiaram da contabilidade na hora da divisão da renda. A falta de engajamento do grupo e de incentivo por parte dos pais contribuíram para o desestímulo e, conseqüentemente, para a “falência das experiências”. Devido às dificuldades de geração de renda no lote, ele saiu para procurar trabalho na cidade. Alega que os jovens não têm apoio para ficar no assentamento e faltam investimentos. Afirma, também, que os jovens não têm acesso ao crédito bancário. Graças a algumas amizades, ele conseguiu um empréstimo no Banco e comprou algumas cabeças de gado. Ao pagar a dívida contraída, pretende tomar um novo empréstimo para aquisição de ovelhas.

As estratégias de inserção produtivas desenvolvidas por Genaro são bastantes diversificadas: além das experiências já citadas nas hortas e na granja, elas vão desde a migração para o Rio de Janeiro, onde aprendeu a profissão de padeiro; passa pelo trabalho na agricultura com culturas de subsistência, a criação de animais e, mais recentemente, o trabalho como pedreiro, segundo ele, a profissão mais rentável.

Genaro sempre ajudou sua mãe nas despesas de casa com a alimentação e ainda

⁴⁰ Woortmann, K. (1990) classifica a migração em três modalidades: a migração pré-matrimonial, a migração do pai e a emigração definitiva.

⁴¹ Woortmann, K. (1990, p. 35) afirma que, “ao longo de sua carreira migratória, o campesinato dissolve a dicotomia rural-urbano, unificando em sua experiência de vida as experiências da cidade e do campo”.

compra suas próprias roupas e calçados. Suas habilidades de pedreiro são usadas para as reformas da casa de sua mãe. Quando visitamos a família pela primeira vez, Dona Balô, sua mãe, hoje com 53 anos, mostrou-nos, com orgulho, a cerâmica da casa que tinha sido colocada por ele. Ele nos informou, ainda, que quando era mais jovem tudo que ganhava gastava nas festas e não investia nada no lote da família. Hoje, pensa em fazer investimentos produtivos no lote e construir uma casa para morar com sua futura esposa.

Na trajetória de Genaro, o trabalho sempre ocupou uma posição de centralidade. Ele se refere ao trabalho com as seguintes palavras: “... *eu não fui muito com esse negócio de estudo, meu negócio era trabaiair, trabaiair e trabaiair*”. No entanto, o trabalho precoce não deve ser visto aqui como uma opção individual dos jovens. Na verdade, o trabalho dos jovens do campo é determinado pelas condições materiais de suas famílias. Além das questões materiais ou econômicas, Menezes (2002a) explica que, na cultura camponesa, o trabalho, a terra, e a família são indissociáveis e relacionados a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas ou individualizadas e voltadas para o mercado, ou seja, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica. Assim, se a família camponesa é organizada como uma ordem moral, o trabalho das crianças não pode ser explicado pelos princípios da ordem econômica, mas por princípios da ordem moral. Nos assentamentos por nós estudados, os fatores que influenciam na participação do trabalho durante o ano são, principalmente, o tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de membros em idade de trabalhar, a produtividade da unidade de trabalho, o grau de esforço e o grau de auto-exploração. Internamente, a família se organiza sob a direção do pai, o qual distribui as tarefas de acordo com as necessidades. Essa atitude de gestão do lote hierarquizada e centrada na figura do pai pôde ser facilmente comprovada nas entrevistas. Vejamos o que diz Joel, do grupo de jovens de Redenção, sobre quem decide sobre o trabalho na sua família:

A divisão do trabalho lá em casa é muito boa, sempre quem decide mais é meu pai, porque ele tem mais experiência com essas coisas, trabalhou muito já. Ele sempre diz se isto tá certo ou não, eu vou atrás da decisão dele. Sempre observo como ele faz, já aprendi [a cuidar de tudo no lote].

Além da importância do comando ou da hierarquia do trabalho assumida pelo pai e da socialização das crianças e jovens pelo trabalho, como ficou demonstrado no fragmento acima (“já aprendi cuidar de tudo no lote”), outra questão relevante é o grau de auto-exploração assumido pela família que será determinado por um “cálculo” realizado, considerando-se, por um lado, a satisfação da demanda familiar e, por outro, a penosidade do trabalho. O

camponês⁴² racionalmente faz um balanço entre o trabalho e o consumo, isto é, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família (DUARTE, 2002).

Genaro diz que sempre gostou de ter seu dinheiro nos finais de semana e, por isso, sempre trabalhou. Essa opção pelo trabalho – aparentemente individual – que se iniciou aos sete anos de idade esconde o fato de não depender dele o abandono dos estudos na sétima série, mas, na verdade, sua mão-de-obra foi considerada por sua família como imprescindível para a exploração do lote, levando-se em conta que seus irmãos mais velhos migraram todos para o Rio de Janeiro e São Paulo. Quando perguntamos sua opinião sobre o que era necessário para os jovens ficarem no assentamento, ele respondeu que eles precisam de emprego para ter o que fazer todos os dias e, à noite, irem ao colégio e terem alguma renda deles mesmos. Ele afirma que o trabalho na agricultura não proporciona renda para os jovens devido à desvalorização dos produtos agrícolas. Acha que a solução para os jovens e para os assentados, de modo geral, é a instalação de uma fábrica de doces para que a renda dos produtos agrícolas fique dentro do assentamento.

Por parte da maioria dos jovens assentados, há uma desvalorização da agricultura, sobretudo em razão de tal atividade não contribuir para que eles tenham sua própria renda. É a falta de renda e de alternativas de renda que favorecem a sua saída para a cidade grande (Rio de Janeiro, por exemplo), onde muitos já têm parentes estabelecidos, o que revela que a migração é uma estratégia sempre presente no cotidiano dos camponeses. Todavia, como enfatiza Wanderley (2003b), o sair nem sempre significa o rompimento dos laços com a família e com o lugar, já que a trajetória desses atores geralmente é marcada por múltiplos movimentos, exemplificado, na história de Genaro, por sua saída para o Rio de Janeiro, seu retorno para o assentamento e seus atuais planos de uma nova saída, desta vez para o município de Guarabira, no próprio Estado da Paraíba.

O relato de Genaro aponta, também, para o fato de que as estratégias são tecidas a partir de uma análise das condições objetivas. É essa análise que o faz voltar, pois percebe que, em casa, ou numa cidade mais próxima, ao contrário do Rio de Janeiro, é mais fácil de economizar. Familiarizado com os trabalhos de pedreiro, atividade na qual se sai bem e na qual, inclusive, é encorajado pelo apoio da mãe (“essa cerâmica foi ele quem sentou”), e podendo contar com saberes de outros ofícios, como padeiro, Genaro joga com os diversos tipos de saberes e constrói para si alternativas de renda complementares ao trabalho agrícola.

⁴² No texto “Unidades familiares de produção: uma indagação teórica”, Duarte (2002) usa alternadamente e sem distinção as categorias camponês e produtor. Para evitar interpretações divergentes, fizemos a opção de usar apenas a categoria camponês para designar os chefes das unidades de produção familiares.

Ele incorpora habilidades profissionais aprendidas na cidade – pedreiro e padeiro –, mas não abandona as atividades agrícolas, continua plantando culturas de subsistência e criando gado e ovelhas para comercializar na região. Além do mais, seu projeto futuro não passa pela saída definitiva do assentamento, pelo contrário: ele pretende construir uma casa no lote de sua família, usando suas habilidades de pedreiro aprendidas com seu amigos da cidade e se estabelecer de vez no assentamento.

5.3 Entre flores e espinhos

Assim como Genaro, também Cecília, 22 anos, vivenciou a situação de sair do assentamento. Ao contrário de Genaro, porém, seu destino foi mais próximo da família: migrou para a cidade de Guarabira, onde ainda hoje trabalha numa padaria. Solteira, atualmente noiva com um jovem residente no assentamento, foi na casa de seus pais, no Assentamento Veneza, que a encontramos. Ela tinha ido passar o final de semana com a família e se dispôs a responder algumas perguntas sobre as condições dos jovens no assentamento.

Outra semelhança entre Cecília e Genaro é o tempo de estudo, já que também ela, devido ao trabalho na agricultura, só conseguiu estudar até a sétima série do Ensino Fundamental. Não obstante, os poucos anos de escolaridade formal não foram capazes de inibi-la. Ela fala muito e sem timidez, consegue expressar de forma clara o que pensa sobre o assentamento, o trabalho na agricultura, sobre sua saída para trabalhar em Guarabira e sobre seus projetos futuros.

Cecília viveu a transição da condição de moradora da Usina para a de assentada da Reforma Agrária, junto com sua família. Apesar de ser bastante nova, (tinha entre doze e treze anos em 1997, ano da formalização dos assentamentos), lembra perfeitamente como era a vida de seus pais como empregados na usina e relata que não tinham liberdade para plantar e cumpriam horários rígidos de trabalho. Afirma que hoje se planta o que quiser e cada um trabalha no horário que achar conveniente. Fala ainda da diversidade de cultivos no lote de seu pai, da boa alimentação, e considera isso uma riqueza.

Ela teve uma forte formação religiosa, motivada por sua família. Participou de um grupo de jovens da igreja que era coordenado pelo Pe. Cristiano (ex-pároco de Pilões). Conheceu o trabalho com hortas através de visitas proporcionadas ao grupo de jovens pela paróquia de Pilões. Essa experiência exerceu um papel decisivo para que ela se tornasse uma liderança entre os jovens de Veneza, pois foi uma das coordenadoras de uma experiência

coletiva com a implantação de hortas no assentamento. Essa atividade foi iniciada com a participação de dezoito jovens e teve a mediação do SEDUP, da igreja (através do Pe. Cristiano), e da Universidade de Bananeiras, que dava orientações técnicas para o plantio das hortaliças. Houve um aprendizado relevante para Cecília e os outros jovens de Veneza e ela nos contou, com entusiasmo, os resultados obtidos nas hortas. Os jovens aprenderam como plantar diversas variedades de hortaliças e produziram beterrabas, cenouras e outros produtos de excelente qualidade, cujas fotos foram enviadas para a Alemanha por Pe. Cristiano, como prova do desempenho dos jovens agricultores. A jovem Cecília destaca a importância do SEDUP e da UFCG, classificando-os como fundamentais na socialização de conhecimentos para o trabalho coletivo.

Apesar da importância de tal experiência para os jovens do Assentamento Veneza, o projeto não teve continuidade e acabou não prosperando. O fracasso é atribuído a conflitos internos do grupo, pois os jovens não estavam ou não foram suficientemente preparados para o trabalho coletivo. Cecília conta que foi elaborado um calendário e uma divisão das equipes para a realização das tarefas: havia os dias para fazer a irrigação, o preparo do solo e plantio, a colheita e a comercialização. Mas o desinteresse de algumas daquelas equipes fez com que o trabalho não obtivesse êxito. Segundo ela, as reuniões para a prestação de contas e o planejamento das atividades eram feitas mensalmente, e nessas reuniões surgiram as desconfianças. O grupo, que inicialmente tinha dezoito jovens, foi a cada novo encontro perdendo integrantes, até que foi extinto. Ela afirma que, se a experiência tivesse logrado sucesso, os jovens não precisariam sair para trabalhar em Guarabira ou para as usinas em Pernambuco, poderiam ficar trabalhando na própria comunidade.

Quando falamos da vida dos jovens de Veneza, ela não se inclui entre estes, provavelmente por estar trabalhando em Guarabira. É interessante observar que ela, fornecendo informações sobre os jovens do assentamento, não se inclui entre eles, mostrando-se pessimista em relação ao futuro de seus pares. Relata também o que a fez sair do assentamento.

Em seu relato, é colocada em evidência a questão do ficar ou sair do campo, pois é a partir dessa dicotomia que os jovens refletem sobre as suas reais necessidades e desenham seus projetos de ruptura ou de continuidade com a vida rural. Por suas respostas, durante a entrevista, constatamos que os jovens assentados sentem a necessidade de ter um salário que os ajude a contribuir com a renda familiar e que satisfaça as suas aspirações. Um exemplo dessas aspirações, e que representa um verdadeiro sonho de consumo entre os jovens, é a aquisição de uma simples motocicleta, que é um símbolo de sucesso no trabalho e na vida.

Por isso, eles (principalmente os homens) procuram, desde cedo, empregos que os possibilitem a realização desse sonho. Ao buscarem essas realizações, os jovens reproduzem as trajetórias das gerações passadas, migram para o corte de cana em Pernambuco ou para grandes cidades do estado e do sul. No seu caso, Cecília fala dos motivos que a fizeram sair e começa o relato referindo-se ao tamanho de sua família e das dificuldades econômicas de seu pai para mantê-la.

A falta de dinheiro para comprar roupas e outras necessidades de uma jovem de sua idade, por exemplo, produtos para a higiene pessoal, foram determinantes na decisão de sair. Na direção do que foi relatado por ela, Carneiro (2005) procura desmistificar as diferenças de necessidades dos jovens do campo em relação aos da cidade. A pesquisadora compreende que existe semelhança de valores entre os jovens urbanos e rurais, o que resulta em necessidades comuns, que vão desde produtos de uso pessoal até o sonho da motocicleta. Para a autora, novos valores são adquiridos, mudando substancialmente certas práticas sociais estabelecidas pelas gerações anteriores, fazendo com que os jovens incluam em seus projetos individuais aspirações quanto ao trabalho e ao estilo de vida típicas da juventude de classe média urbana.

Para Carneiro (2005), o jovem do campo não conta com o mesmo capital cultural e social dos jovens da cidade, pois a competição no mercado de trabalho urbano lhe é desfavorável, o que se expressa nas remunerações inferiores em relação aos jovens urbanos. Essa situação tem levado, em alguns casos, à relativização da migração para a cidade como única alternativa.

No caso de Cecília, a decepção com o trabalho na cidade veio logo no primeiro ano. Ela trabalha em uma padaria, ganha um salário mínimo e mora com umas amigas com quem divide as despesas de aluguel, água, luz e alimentação. Ela cita a carga horária exaustiva: *“eu pego de quinze para as cinco da manhã, tenho apenas duas horas para o almoço e vou até nove da noite. Trabalho um domingo por mês e nos dias feriados; lá você não descansa”*. Essa rotina de trabalho de mais de quatorze horas por dia é considerada por ela como trabalho escravo. Ela reforça seu desencanto com sua saída do assentamento afirmando: *“me enganei com a cidade, não era aquilo que eu imaginava, achava que seria flores, mas na verdade há flores e espinhos”*.

O desencanto com o trabalho na cidade, a dura realidade e a experiência adquirida no exercício de uma atividade cansativa e mal remunerada, como também a receptividade dos pais, que a querem de volta, aliada aos preparativos para o casamento, fazem com que essa jovem comece a construir seu retorno ao assentamento. Ela acredita na agricultura, fala do comércio da banana para o vizinho estado do Rio Grande do Norte. Para ela, tudo que se

produz na agricultura se aproveita nas cidades, afirma referindo-se à feira de Guarabira. O projeto de inserção produtiva de Cecília no lote passa pela recuperação de sua experiência com a horta comunitária; ou seja, é esta experiência, aliada ao desencanto com a cidade, que a faz pensar em voltar. Ela pensa em produzir, junto com seu futuro esposo, hortaliças para vender na feira de Pilões.

A sua trajetória sinaliza para o fato de que, mesmo quando fracassam economicamente, as experiências coletivas não deixam de se constituir enquanto parte da bagagem cultural dos atores, na forma de saberes que podem ser acessados a qualquer momento de suas vidas, servindo de aportes para novas experiências ou simplesmente influenciando a redefinição de representações sobre o mundo rural. É nesse sentido que podemos entender a re-significação que Cecília dá ao rural, a partir de sua experiência anterior na horta comunitária, já que, diante de uma nova situação, marcada pela exploração, longa jornada de trabalho diária em sua atividade da cidade, ela tende a olhar e reconstruir o passado de forma positiva, e esse novo olhar contribui para a configuração de seus projetos de futuro: voltar para o lote e retomar o trabalho com a comercialização de hortaliças nas feiras de Pilões e Guarabira.

5.4 Não troco São Francisco por São Paulo

Álvaro, como é mais conhecido no assentamento São Francisco, é o filho mais novo de uma numerosa família de ex-moradores da Usina Santa Maria. Hoje, com trinta anos e ainda solteiro, assumiu a administração do lote devido a seus pais já estarem aposentados e seus irmãos serem todos casados e residirem em outras localidades. Socializado no trabalho desde criança, época em que seu pai o levava para ajudá-lo nas tarefas da Usina, ele acostumou-se ao trabalho pesado, fazia praticamente todas as atividades na lavoura da cana, limpava mato, cambitava, enchia os carros, cortava, plantava e adubava. Com seu tempo preenchido pelo trabalho, foi obrigado a parar os estudos na quarta série do Ensino Fundamental. Embora tendo deixado a escola formal, ele buscou outras formas de acumular conhecimentos, participando de cursos de capacitação oferecidos por instituições que trabalham com extensão rural. Ele participou de vários cursos: ovinocultura, horticultura, planejamento agrícola e avicultura alternativa. Esse capital cultural, acumulado nesses treinamentos, teve forte influência na sua bem sucedida trajetória como agricultor.

Ao iniciarmos nosso diálogo, foi inevitável a comparação da vida no assentamento com o tempo em que trabalhava na usina. Álvaro expressa um ar de alívio por ter superado

esse passado e fala da escravidão em que vivia: “*a gente trabalhava de sábado a sábado, e se faltasse meio dia na segunda feira, era quinze dias de suspensão*”. Ele, expressando uma certa indignação com a exploração sofrida na usina, afirma que hoje só não vive bem no assentamento quem não quiser trabalhar. Com entusiasmo, elogia a cultura da banana, dizendo que os assentados que se dedicam a essa cultura conseguem renda suficiente para sustentar a família.

Álvaro teve acesso a uma experiência coletiva com a criação de aves caipiras, orientadas pelo projeto Lumiar. Essa atividade não foi bem sucedida para os participantes e ele informa que chegou a ter um prejuízo de quinhentos reais. Hoje, ele se dedica à cultura da banana e cria algumas cabeças de gado como reserva para algum investimento que tiver necessidade de fazer. Dedicado à bananicultura, ele está sempre atento às inovações e cuidados que devem ser dispensados à cultura, pois considera que, para os assentados aumentarem a renda, é necessário mais investimento e assistência técnica, tendo em vista que a banana precisa ser bem tratada e requer investimentos de custeio para mantê-la bem cuidada, adubada e livre de pragas e doenças.

Antes de se dedicar à administração do lote em que vive, saiu para São Paulo, onde trabalhou um ano e três meses. Sobre essa fase de sua vida, ele nos diz: “*São Paulo é o seguinte, o custo de vida é caro, tudo que se quer tem que se comprar e você ganhando pouco, num compensa de jeito nenhum. Se você brincar, você não vem aqui nunca mais...*”. Ele não pretende mais sair do assentamento, disse-nos antes mesmo de começarmos a entrevista: “*não troco São Francisco por São Paulo*”. Sua pretensão é viver como agricultor o resto da vida. Ele acha que sua família vive bem no assentamento e faz referência ao fato de os pais já serem aposentados, o que desobriga a ajudá-los. Administra o lote com o consentimento do pai, tem total autonomia para comercializar a produção e afirma que não há conflitos com eles. O dinheiro que ganha com a agricultura é para se manter e fazer seus investimentos. Já construiu uma casa vizinha à dos seus pais, comprou os móveis e está se preparando para o casamento.

Quando iniciou a gestão do lote de seu pai, após voltar de São Paulo, Álvaro encontrou o comércio da banana dominado por atravessadores. Ele e seu irmão, que é presidente da associação, resolveram enfrentar essa situação e convidaram mais dez vizinhos para discutirem o problema. Juntos, os doze assentados decidiram pôr em prática a seguinte estratégia: levariam a produção do grupo para vender diretamente na feira de Nova Cruz, no Rio Grande do Norte. Ele detalhou essa interessante experiência. Fretaram um carro e, semanalmente, seis agricultores levam a produção de todos; na semana seguinte, é a vez dos

outros seis levarem a mercadoria. O grupo demonstrou habilidade para conseguir novos compradores e ficar conhecido no mercado, o que possibilitou a redução do preço e a venda de todas as caixas de banana levadas à feira. Álvaro afirma: “a gente tem um resultado muito melhor do que tava tendo, e a margem de lucro é de uns 50% a mais”. No mês que o entrevistamos, ele disse que o milheiro de banana estava alcançando um excelente preço, dependendo da qualidade, e os agricultores estavam conseguindo ganhar em torno de dois salários mínimos por mês. Para além dos resultados puramente econômicos, que por si só mostram-se relevantes, é necessário o destaque para essa experiência coletiva, posta em prática por esses assentados, um associativismo importante para comercialização da produção e exemplo de solidariedade, já que nenhum deles se transformou individualmente em atravessador.

Álvaro considera que a vida dos jovens dos assentamentos é melhor do que a dos que vivem na cidade, pois não se vê ninguém pedindo esmola; ao mesmo tempo, registra que, para melhorar ainda mais a vida da juventude, faltam projetos para geração de renda. Ele cita, como exemplo, a produção de hortaliças, viveiro de mudas e a criação de peixes. Segundo ele, serviços leves e fáceis de os jovens tomarem conta. Na sua opinião, o jovem tem que trabalhar e estudar; o que está errado é o jovem não ter em que se ocupar. Gosta de ver televisão, escutar música, tomar cerveja nos finais de semana, jogar bola no campo do assentamento e dançar forró no clube de Pilões, mas seu principal lazer é passear de moto no assentamento e nas cidades vizinhas: Pilões, Areia e Cuitegi.

O futuro para Álvaro já está decidido: seguirá a profissão de agricultor. Ele diz que, antes de ir trabalhar em São Paulo, dependia do pai para tudo. Depois que voltou daquela metrópole, começou a trabalhar por conta própria e hoje tem autonomia. Com sua renda, ele consegue manter as despesas pessoais, do lazer e dos investimentos no lote. A avaliação que faz de sua vida dá-nos uma idéia do que ele pensa do trabalho na agricultura: “... *eu cresci. Pretendo é... subir mais ainda, ter uma renda melhor, uma renda maior... porque no tempo que eu me casar, eu quero ter o que é bom pro meu filho e pra minha esposa*”.

A história de vida de Álvaro é bastante rica para o debate proposto neste capítulo. Sua trajetória inicia-se no trabalho assalariado na usina, o que o obriga a abandonar precocemente os estudos. No entanto, ele teve oportunidade de participar de uma experiência coletiva, patrocinada pelo SEDUP, e de cursos de capacitação com conteúdo voltado para as atividades agrícolas. Em seguida, migra para São Paulo, onde tem uma experiência de trabalho assalariado em um supermercado e decide voltar para São Francisco, onde passa a dedicar-se à administração do lote de seus pais e, a partir daí, inicia uma bem sucedida experiência

coletiva de comercialização de bananas.

Queremos, neste momento, colocar algumas questões que nos parecem recorrentes nas trajetórias dos três jovens analisadas até aqui. Os três vivenciaram experiências coletivas supostamente fracassadas ou, poderíamos afirmar, fracassadas do ponto de vista econômico; também saíram dos assentamentos e passaram por experiências na cidade. No caso de Cecília, a atividade ainda continua. O traço comum entre os três é que não abandonaram a pretensão de trabalhar na agricultura. Genaro consegue conciliar sua habilidade de pedreiro com as atividades agrícolas e não pretende mais voltar para a cidade grande. Cecília, apesar de ainda continuar (na época da entrevista) trabalhando em Guarabira, está elaborando o projeto da volta ao assentamento para trabalhar com a produção de hortaliças e ajudar a comunidade em trabalhos coletivos. E, finalmente, Álvaro, hoje, uma liderança jovem de São Francisco, que consegue, de forma associativa, comercializar o produto do trabalho com outros assentados e, o que é mais interessante, sem ter se tornado um atravessador.

Outro ponto de convergência entre os três jovens é a baixa escolaridade. Genaro e Cecília chegaram até a sétima série; Álvaro só conseguiu cursar até a quarta série do Ensino Fundamental. No entanto, apesar da baixa escolaridade formal a que tiveram acesso, as trajetórias desses jovens demonstram que eles trilham estratégias diversas para garantir a sua reprodução e de suas famílias. Genaro consegue se articular através de múltiplas atividades e dá conta de satisfazer suas demandas e ainda ajudar a família. Cecília desenha um projeto de vida voltado ao trabalho agrícola, calcado no capital cultural adquirido no trabalho coletivo da horta e em sua experiência negativa no trabalho assalariado na padaria. E a trajetória de Álvaro representa um exemplo de sucesso econômico, ao associar a produção e a comercialização do principal produto agrícola produzido no assentamento, no caso, a banana.

Como explicar as trajetórias desses jovens e o que eles representam através de valores e representações do rural expressas em suas falas, se eles praticamente não tiveram acesso à escola formal, nem acessaram políticas públicas específicas para jovens rurais (a exemplo do PRONAF)? Só vemos uma resposta possível para essa questão: a oportunidade a que tiveram acesso através de mediadores, como a UFCG e o SEDUP. Ações como as oficinas, com objetivos de geração de renda, as discussões políticas proporcionadas e, o mais interessante, a socialização desses jovens, por si mesmas já podem ser consideradas como um trabalho promissor. Outro dado importante é o aprendizado proporcionado por essas experiências não só para os jovens, mas também para os mediadores. Os aparentes fracassos podem e devem servir como acúmulo de conhecimentos para futuras intervenções. Um caso que expressa a importância de mediadores e da ação coletiva na construção do projeto de vida dos jovens é o

caso de Janeide, descrito a seguir.

5.5 Só falta alguma renda pra gente ficar

A participação em experiências coletivas favorece *de imediato* a construção de estratégias de reprodução por parte dos jovens rurais. Ou seja, para muitos jovens que participam de tais experiências, o futuro passa a ser pensado a partir de suas vivências nesses espaços, como revela a trajetória de Janeide, 22 anos, que tem o Ensino Médio completo, e é filha de assentados do PA Redenção. Atualmente sem estudar, divide seu tempo entre o trabalho com seus pais na agricultura, ajuda sua mãe nas tarefas domésticas e, nos finais de semana, ainda encontra tempo para jogar futebol feminino e liderar o trabalho do grupo de jovens do assentamento, atualmente com vinte e dois participantes. O grupo de jovens do Assentamento Redenção é o mais organizado e participativo de todos os assentamentos de Pilões. A atuação da UFCG e do SEDUP, desde 2003, como mediadores externos, contribuiu decisivamente para o atual nível de sociabilidade entre os jovens. Janeide se destaca no grupo pela disposição de participar dos trabalhos e pela capacidade de se comunicar com seus colegas. Ela tem clareza do que quer para os jovens e para o assentamento, fala com desenvoltura do cotidiano em Redenção. Sempre sorridente, só muda a fisionomia quando fala da associação de Redenção e do INCRA, mostrando seu descontentamento com essas instituições.

Janeide relata as dificuldades financeiras dos pais para fazer um paralelo com a situação que os jovens enfrentam. Ela diz que *“falta projetos que gerem renda para os jovens e não dá para exigir dinheiro dos pais que também não o têm”*. Segundo ela, é preciso paciência para conversar com a família.

Quando perguntamos sua opinião a respeito das diferenças entre a vida dos jovens dos assentamentos e dos da cidade, ela nos respondeu que não eram muitas. Afirma que a vida do jovem do assentamento é mais difícil no aspecto financeiro porque não há emprego; em compensação, a vida no assentamento é mais calma. Ela diz que *“só falta alguma renda pra gente ficar aqui”*. O trabalho de intervenção da UFCG, que inicialmente foi motivado pela tentativa de construir junto com os jovens o resgate histórico dos assentamentos, acabou se tornando uma contribuição para a busca de inserções produtivas por parte dos jovens do Assentamento Redenção.

Foram oferecidas recentemente três oficinas com o objetivo de buscar alternativas de geração de renda, mediadas pela UFCG, para o grupo de jovens de Redenção. Essas

alternativas aconteceram simultaneamente: a primeira foi o trabalho com castanhas de caju. Essa experiência tinha o objetivo de comercializar a castanha em Campina Grande. Houve uma mobilização intensa por parte dos jovens que, mesmo encontrando dificuldades no processamento dessa matéria prima, gostaram da experiência. Entretanto, esse trabalho não prosperou devido à pouca quantidade de matéria prima existente no assentamento e ainda à falta de equipamentos para se fazer a industrialização. A falta de estrutura para esse trabalho chegou a provocar acidentes, com queimaduras leves em alguns participantes.

A segunda oficina promovida pela universidade foi para fabricação artesanal de bijuterias, pelo fato de elas terem bastante aceitação. A produção foi toda vendida em Pilões. Janeide afirma que falta apenas investimento para a compra de matéria-prima para o grupo de jovens dar continuidade à produção. A terceira experiência coletiva com objetivos produtivos foi a produção de bananas-passa, que contou com a colaboração de professores dos cursos de Engenharia Agrícola e Desenho Industrial. Essa alternativa mostrou-se promissora, porque abriu a perspectiva de processamento da banana, produto abundante nos assentamentos. Janeide participou das três experiências e relata que, mesmo elas ainda não se traduzindo em renda, já valeram a pena pelo aprendizado proporcionado. Ela acha que, se houver apoio, os jovens podem produzir e gerar renda para atender às suas necessidades e ajudar os pais.

A educação é considerada por ela como fundamental para a juventude. Falou de sua trajetória até a conclusão do Ensino Médio, dos problemas da escola onde estudou, criticou alguns professores, elogiou outros. Ela acha a escola deslocada da realidade e não vê sentido nos conteúdos de algumas disciplinas, como a geografia, que privilegia o estudo do relevo de outros países, mas não trabalha a compreensão dos espaços onde vivem os jovens. Reclama da falta de material didático e da estrutura física da escola.

O futuro para ela depende de investimentos do Estado, materializado na figura institucional do INCRA. Vê como positivo os trabalhos da UFCG e do SEDUP, mas critica a falta de continuidade das atividades. Segundo ela, se houvesse investimentos em projetos produtivos, os jovens não sairiam do assentamento. O que os obriga a migrarem é a falta de renda para que eles possam suprir suas necessidades e ajudar nas despesas de casa, principalmente na alimentação.

Identificada com a agricultura, ela pretende continuar no assentamento e contribuir com os trabalhos coletivos. Afirma que o único motivo que a fará sair do assentamento é para a continuidade dos estudos, para depois voltar. A partir da sua fala, chamamos a atenção para a importância das experiências coletivas, fundamentadas na busca de geração de renda, que têm nos jovens assentados o seu público-alvo, visto que tais experiências podem contribuir

para abertura de novos horizontes para o jovem rural e, portanto, para o resgate de sua autoestima e esperança, favorecendo, em muitos casos, a permanência dos mesmos ou, no mínimo, a percepção de um futuro diferente. Nesse sentido, ressaltamos a importância dos mediadores externos como fonte de dinamismo dos espaços locais. Com efeito, foram experiências mediadas pela UFCG e pelo SEDUP que favoreceram em Janeide a percepção de que, com apoio, os jovens podem produzir e gerar renda para atender as suas necessidades e ainda ajudarem a seus pais. Nesse sentido, tais experiências podem contribuir para o desenvolvimento e um novo “olhar” sobre o campo, sobre os sujeitos que aí vivem e sobre suas potencialidades.

Por outro lado, sua fala realça, também, a importância do estudo, ao mesmo tempo em que questiona o papel da escola no mundo rural, uma escola que, pode-se ler nas entrelinhas da fala de nossa informante, ainda não assumiu as especificidades próprias desse meio e, portanto, ainda não se revelou capaz de contribuir para a sua compreensão, por parte dos que aí vivem. Mesmo considerando a escola e o estudo como algo fundamental para os jovens, Janeide denuncia o distanciamento físico e social desta instituição, a qual não “leva em consideração a realidade cultural dos educandos; não visa preparar o agricultor para produzir alimentos que possibilitem a segurança alimentar nos assentamentos e produzam excedentes para outros setores da sociedade”⁴³.

⁴³ Texto disponível em: www.assessorar.org.br/edusud.html

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, estudamos o lugar dos jovens em assentamentos de reforma agrária, tentando compreendê-los a partir dos seus contextos familiares. Buscamos entender quais são as estratégias por eles adotadas para o suprimento de suas necessidades e o desenvolvimento de suas potencialidades. Através da trajetória de quatro jovens, analisamos três aspectos principais: primeiro, como os jovens puderam construir, fora do assentamento, alternativas de renda, complementares ao trabalho agrícola; segundo, como puderam incorporar as habilidades profissionais aprendidas na cidade; terceiro, qual a importância das experiências coletivas promovidas pelos mediadores SEDUP e UFCG na elaboração de projetos educativos e de geração de renda para os jovens.

Nas histórias de vida analisadas, evidenciaram-se as experiências adquiridas por aqueles que migram para grandes centros urbanos, como João Pessoa, Rio de Janeiro, e São Paulo. Observamos o processo de migração, os fatos que fomentaram a partida e a volta desses indivíduos, agora com mais saberes que os enriqueceram com um “capital cultural” de extrema valia para a sua permanência e produção nos lotes.

No caso de Genaro, o aprendizado das profissões não-agrícolas de pedreiro e de padeiro possibilitou um ganho monetário adicional, que o tem permitido investir no lote em cultivos de subsistência e na criação de animais domésticos. É interessante perceber que o conhecimento de profissões especificamente urbanas não o fez abandonar a agricultura, mas, pelo contrario, abriu-lhe outras estratégias para continuar na atividade agrícola.

A trajetória de Álvaro, com sua saída para São Paulo, e as habilidades adquiridas no trabalho em um supermercado permitiram que ele conhecesse um pouco do funcionamento do comércio. Isso o fez perceber que a forma como ele estava comercializando o seu produto principal do lote, a banana, fazia com que os rendimentos resultassem em um ganho ínfimo. A partir dessa experiência, agora de posse de um novo conhecimento, ele teve condições de analisar a sua própria realidade, bem como a de seus vizinhos próximos, o que o levou a organizar um pequeno grupo para a comercialização da banana diretamente nas feiras, evitando-se assim uma perda substancial no rendimento, que antes ia para as mãos dos atravessadores. Essa iniciativa vem dando resultados financeiros para ele e para outros assentados. Nesse caso, já podemos falar de autonomia, considerando o relato feito por ele no capítulo quinto. Para usar os termos de Chayanov (1974) no lote de Álvaro, diríamos que o equilíbrio entre produção e consumo foi alcançado, uma vez que os ganhos obtidos com a produção puderam preencher adequadamente o consumo.

A vida dos jovens nos assentamentos também se revela como um campo de experiências diversas, tanto no que se refere às iniciativas dos assentados, de sua associação, como também em relação às ações e aos projetos de agentes externos, como técnicos (do INCRA, da Emater) e de outros profissionais ligados a ONGs e a universidades. No entanto, as associações não abrem espaço facilmente aos jovens, enquanto certos agentes externos, como as ONGs, têm desenvolvido projetos e programas específicos para jovens. A participação dos jovens em atividades promovidas por esses mediadores permitirá aos mesmos diversas experiências de atividades agrícolas e agropecuárias, tais como a criação de aves ou a produção de hortaliças. Em que pese o êxito limitado desses projetos, eles não deixam de ser uma oportunidade para o aprendizado de inovações tecnológicas, como também um importante espaço de socialização diferenciada para esses jovens. Por exemplo, algumas dessas experiências têm o efeito de capacitá-los para participarem nas instâncias políticas dos assentamentos, como, por exemplo, nas assembleias das associações e plenárias do Fórum dos Assentados, como foi observado durante a pesquisa e relatado no capítulo quatro.

Desta forma, ainda que essas experiências promovidas por aqueles agentes externos não tenham logrado um êxito econômico, não se pode, contudo, considerá-las fracassadas em todos os aspectos, pois tanto se traduzem em um aprendizado técnico e cultural, como também fomentam a sociabilidade entre os jovens, além de identificá-los com o modo de vida rural, camponês. Tal é o caso de Cecília, por exemplo, que participou dos projetos de produção de hortaliças mediados pelo SEDUP. Essa jovem viu a importância dos trabalhos aprendidos nos grupos de jovens quando se deparou com a dura realidade dos assalariados urbanos. Aquelas atividades desenvolvidas nos assentamentos pelos mediadores funcionam agora como uma possibilidade de trabalho e de volta para o campo. Construiu-se, assim, um “capital cultural” para aqueles jovens, como é o caso de Cecília, possível de ser acessado a qualquer momento.

A outra trajetória estudada foi a de Janeide. Esta se torna peculiar, uma vez que a jovem não pretende deixar o lote de terra onde vive. A conclusão do Ensino Médio fomentou o seu gosto pelos estudos, porém ela não pensa em estudar para sair do assentamento. Pelo contrário, sonha em poder, com seus conhecimentos, ajudar e desenvolver o espaço onde sempre viveu. Ela participou das atividades promovidas pela UFCG e pelo SEDUP, sendo um exemplo interessante da relevância dos mediadores na formação desses jovens. Ela consegue ser crítica em relação à atuação desses agentes externos, mas reconhece o papel exercido por esses para o desenvolvimento de saberes nos jovens assentados. Reclama apenas da falta de continuidade desses trabalhos. A sua história de vida coloca em evidência a importância de

atividades organizativas na elaboração de projetos de vida no assentamento.

Através da análise das trajetórias desses jovens assentados, percebemos a importância da atuação dos mediadores externos. Percebemos a necessidade de esses grupos buscarem melhorar a qualidade de suas intervenções, adquirirem um conhecimento mais profundo da problemática (tanto técnica, como social e política) e disponibilizarem recursos para queimar etapas e superar barreiras.

Portanto, para tentar dar conta da problemática principal colocada por essa dissertação, que é perceber a questão do equilíbrio entre produção e o consumo nas unidades familiares e como isso afeta a satisfação das necessidades e potencialidades dos jovens, percorremos o seguinte caminho: no capítulo segundo, fizemos um resgate histórico, visando buscar no tempo as origens dessas populações tradicionalmente ligadas à cultura da cana-de-açúcar. Tratamos de contextualizar o conjunto de desafios enfrentados pelas famílias dos assentados no passado, desde a época dos engenhos, passando pelo tempo das usinas, bem como os que as famílias enfrentam até hoje, no presente, e que são também vivenciados pelos jovens.

No capítulo terceiro, desenvolvemos um breve diálogo com os clássicos, partindo da premissa de que não é possível estudar a juventude rural ignorando a questão agrária até agora não resolvida no Brasil. Portanto, rever o pensamento de autores clássicos como Marx, Kautsky e de Chayanov foi importante para repensar a teoria do campesinato, aplicada a este estudo. Particularmente, Chayanov tem uma contribuição importante na compreensão destas unidades produtivas aqui estudadas: São Francisco, Veneza e Redenção. O fio condutor que orientou este estudo foi a hipótese de que esses assentamentos ainda não atingiram o equilíbrio entre produção e consumo, causando, portanto, o não-atendimento de necessidades específicas dos jovens e ainda não proporcionando possibilidades de desenvolvimento de suas potencialidades. Essa hipótese foi devidamente comprovada nas entrevistas e nas trajetórias individuais analisadas.

No capítulo quarto, realizamos uma descrição dos assentamentos com informações coletadas durante todo o trabalho de pesquisa e com a participação em reuniões do fórum dos assentados. Neste momento, pudemos perceber a fragilidade dessas áreas do ponto de vista produtivo, de infra-estrutura e da ausência de equipamentos públicos de lazer para os jovens. Continuando a descrição, relatamos o trabalho dos mediadores SEDUP e UFCG e as experiências adotadas por esses agentes externos para tentar gerar renda para os jovens através de projetos produtivos, como hortas, granjas, produção de banana-passa e fabricação artesanal de bijuterias e industrialização da castanha de caju. No capítulo em questão, retomamos a teoria de Chayanov para analisar as diversas estratégias adotadas pelos jovens

para superar o desequilíbrio entre a produção e consumo nos lotes e atender a suas demandas.

No capítulo quinto, analisamos as trajetórias de quatro jovens e pudemos perceber a importância que estes conferem a algumas estratégias, como migrações, estudos, trabalho não-agrícola, e às experiências coletivas proporcionadas pelos mediadores externos. Constatamos que, mesmo provenientes de uma base comum, os jovens adotam estratégias diferenciadas que vão além de ficar e sair. Esse capítulo deu-nos subsídios para discutir, a partir dos relatos dos próprios jovens, as possíveis alternativas de geração de renda nos assentamentos e para evidenciar a situação das escolas, além do que pode ser feito pelo poder público para oferecer uma melhor educação e oferecer condições de lazer para os jovens.

Finalmente, partindo do que pudemos verificar durante o trabalho de campo e do que escrevemos ao longo desta dissertação, propomos algumas possíveis alternativas para minimizar a falta de perspectivas dos jovens desses assentamentos: em primeiro lugar, está a educação. É perfeitamente possível e viável que os poderes públicos ofereçam cursos profissionalizantes de duas modalidades: cursos práticos de capacitação, voltados para desenvolver habilidades e conhecimento úteis para as atividades agrícolas ou artesanais; podem, ainda, proporcionar para os jovens interessados a oportunidade de estudarem em escolas agrícolas, como a de Lagoa Seca e a de Bananeiras. Em segundo lugar, está a geração de renda. É necessária a elaboração de projetos produtivos para os jovens, com financiamento através de políticas públicas já existentes, a exemplo do PRONAF Jovem. Contudo, não encontramos, durante o período do trabalho de campo e do acompanhamento de reuniões com os jovens, nas instâncias de decisões políticas, como assembleias de associações ou no Fórum dos Assentados, nenhum debate que sinalizasse essa possibilidade.

Para concluir, expressamos aqui a idéia de que, a partir dos resultados deste trabalho, deve-se ter como de fundamental importância uma ação dos poderes públicos no sentido de dotar os assentamentos de equipamentos públicos de lazer para os jovens: quadras de esportes, campos de futebol e ambientes para festas e quermesses. Se as citadas medidas forem colocadas em prática, acreditamos que o futuro dos jovens assentados certamente tomará rumos diferentes do que tem acontecido até agora, e é provável que um maior número de jovens venha a optar por ficar nas áreas rurais, seguindo a profissão de agricultor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Contexto histórico e condição juvenil. In.: **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Página Aberta, 1994, p. 1-54.
- ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRÖDER, Mônica. **A agricultura familiar entre o setor e o território**. São Paulo: FEA/USP, 2005, p.31.
- ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, DF: UNESCO, 1998, p.101.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2005.
- ARCHETTI, Eduardo P. Presentación. In: CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. p. 7-21.
- ARIÉS, Philippe. **Historia Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha**. [Rio de Janeiro]: Paz e Terra, 1985.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999. p. 1041-1048.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986. p.183-192.
- _____. **A Miséria do mundo**. Direção de Pierre Bourdieu, com contribuições de A. Accardo et. al. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 210.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude Rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-262.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude Rural: “Apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., Caxambu, 2005. **Grupo de trabalho: Ruralidade na Sociedade Contemporânea: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 38 f.
- _____. **Sonhos, desejos e a “realidade”**: herança, educação e trabalho de jovens rurais da

Baixada Fluminense. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE BRASILEIRA – JUBRA, 1., Rio de Janeiro, out. 2004. Artigo apresentado no evento.

CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sergio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. In.: SCHNEIDER, Sergio et al. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-164.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará – Núcleo de Antropologia da política, 1999. (coleção Antropologia da política, 5). ISBN 85-7316-175-2.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flavio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JR et al. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-62. 216 f.

DELPEUCH, Bertrand. **Em defesa de uma agricultura camponesa**. Tradução de Lourdes Grzybowski. Rio de Janeiro: PTA, 1989. 44 p. (Textos para debate, v. 27).

DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. Unidades Familiares de Produção: uma indagação teórica. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 93-122, 2002.

DURSTON, John. **Juventud y desarrollo rural: Marco conceptual y contextual**. Santiago, Chile: Naciones Unidas – Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1998. (Serie Políticas Sociales).

_____. **La situación de la juventud rural en América Latina: invisibilidad y estereótipos**. Santiago, Chile: CEPAL, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 5. ed. ver. amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. ISBN 85-209-1213-3.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e reprodução social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1990. (coleção Pensamento Antropológico). MCT – CNPq.

GUIGOU, Jacques. Problemas de uma sociologia da juventude rural. In: BRITO, Sulamita de (org.) **Sociologia da Juventude II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p.73-88.

- HEREDIA, Beatriz et al. **Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-111, abr. 2002.
- HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IDÉIAS & Negócios. **Paraíba Virtual**. 1. ed. João Pessoa, 2003. 1 CD-ROM.
- IENO NETO, Genaro. **Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido – o Projeto Lumiar na Paraíba**. João Pessoa: UFPB/PPGS, 2005. Tese de Doutorado.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2005**. [Brasília]: 2006. ISBN 85-240-3911-6
- MDA/INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília, DF, 2003.
- JUNQUEIRA, M. **As terras devolutas na reforma agrária**. São Paulo: IBRA, 1964.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993.
- LASAP/UFCG. Apoio aos assentamentos de reforma agrária: juventude e desenvolvimento rural. **Relatórios de extensão universitária do LASAP/UFCG**. Campina Grande: UFCG, 2003-2004. No prelo.
- LEITE, Sergio et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2004.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Schmitt. **História dos Jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LIMA, Sergio Ricardo Ribeiro de. Modernização e crise do setor sucro-alcooleiro da Paraíba. **Raízes**, Campina Grande, n. 19, ano XVIII, mai. 1999.
- MALAGODI, Edgard Afonso et al. Desenvolvimento e planejamento: a organização da produção nas áreas de assentamento de Pilões-PB. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., Santa Cruz do Sul, 2004. Santa Cruz do Sul: PPGDR-UNISC, 2004. Artigo apresentado no evento.
- _____. Fatores econômicos, naturais e culturais na agricultura familiar: uma crítica ao reducionismo da teoria econômica. In: SEMINÁRIO AGRICULTURA FAMILIAR: A DIVERSIDADE DAS SITUAÇÕES RURAIS. Campina Grande: UFCG, 2005. Organizado pelo GPAF, CIRAD e UFCG. Artigo apresentado no evento.

MALAGODI, Edgard Afonso. Marx e a questão agrária. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, vol. 3, mai./jul. 1993.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Objeto, método e alcance desta pesquisa. In: GUIMARÃES, A. Z. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 39-61.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de José Arthur Giannotti. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. vol. 2. (Coleção os Pensadores).

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro: O processo de acumulação do capital. 12. ed.. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Ed. Bertrand Brasil, 1988. vol. 2.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELLO, José Octavio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. 7. ed. João Pessoa: A União, 2002.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENEZES, Marilda Aparecida de; OLIVEIRA, Marta Geruza de; MIRANDA, Roberto de Sousa. Juventude em assentamentos rurais: Fórum de pesquisa 09: Família contemporânea: relações intergeracionais e de gênero. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 24., Recife, 2004. Campina Grande: UFCG, 2004. Trabalho apresentado no evento.

MENEZES, Marilda Aparecida de. et al. A Economia Moral em Movimento: Relações sociais e a produção de cana em Pernambuco. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Caxambu. **Grupo de Trabalho 21**: Ruralidade contemporânea: desafios e perspectivas. São Paulo: ANPOCS, p. 1-29.

_____. Construindo narrativas orais: interações sociais no trabalho de campo. **Cadernos de Campo**, São Paulo, ano 13, n. 12, 2004. p. 57-70.

MENEZES, Marilda Aparecida. História Oral: uma metodologia para o estudo da memória. **Vivência**, Natal, UFRN, v.1, n. 1, 2005. p.23-36.

_____. **Juventudes Rurais do Nordeste: Trabalho, Migrações e Movimentos Sociais**. Campina Grande: UFCG, 2006. Projeto de pesquisa. No prelo.

_____. Memórias de infância de mulheres e homens camponeses. **Trajeto**: Revista de História UFC, Fortaleza, v. 2, n. 3, 2002. p. 185-206.

_____. **Redes e Enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de**

camponeses migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPPB, 2002.

MIRANDA, Roberto de Sousa. **A situação dos jovens em assentamentos rurais.** Campina Grande: UFCG, 2004. Relatório final PIBIC/CNPq.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1997.

NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre a reforma agrária no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva:** Revista da Fundação SEADE, São Paulo, v. 11, n. 2, abr.-jun. 1997. p. 86-93.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia,** São Paulo, USP, v. 39, n. 1, 1996.

PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional.** Niterói: Contraponto, 1977, p. 103-114.

PEREIRA, Elvio Quirino; DUQUÉ, Ghislaine. **Os limites e as possibilidades da assistência técnica e da extensão rural na agricultura familiar.** UFCG: [s.d.], p. 13. Mimeografia.

PRADO, Danda. **O que é família.** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. (coleção Primeiros Passos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES. **Ação administrativa: informativo da Prefeitura Municipal de Pilões.** Edição Especial. ago. 2005.

PREUSS, Miriam Raja Gabaglia. A abordagem biográfica – historia de vida – na pesquisa psicossociológica. **Programa de Mestrado e Doutorado em psicossociologia de comunidades e ecologia social,** Rio de Janeiro, EICOS/UFRJ, ano VI, n. 8, 1998. (Série Documentos).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: Do “Indizível” ao “Dizível”. In: VON SIMSON, O. M. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice, 1988.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, Gerd. (Coord.). **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira.** São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

SALLES, Vânia. Quando falamos de família, de qual família estamos falando? **Caderno CRH,** Salvador, v. 17, 1992. p. 106-140.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 359.

SEBRAE PARAÍBA. **Floricultura é tema de seminário em Areia,** 2006. Disponível em: <www.sebraepb.com.br>. Acesso em: 17 jan. 2006.

SEDUP PARAÍBA. **Encontro com os jovens Assentados de Pilões**. Guarabira, 2003. Relatório.

_____. **Geração de Renda com Trabalhadores dos Assentamentos: São Francisco e Veneza**. Guarabira, 2002.

_____. Principais necessidades das áreas de assentamentos de reforma agrária dos municípios de Areia, Pilões, Remígio e Serraria. In: FÓRUM DOS ASSENTADOS, Pilões, 2006. Guarabira: SEDUP, 2006.

SILVA, José Graziano. **O que é a questão agrária**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, José Valtecio Brandão. **O direito de ficar na terra: Omissões do Estado e a Construção de um Novo Sujeito Coletivo de Direitos**. Campina Grande: UFCG, 2002. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1992, vol. 3. p.161-177.

SILVA, Patrícia Santos. **A reconstrução identitária na agricultura modernizada: o caso dos agricultores do perímetro irrigado Califórnia/SE**. Campina Grande: UFCG, 2004. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

SILVA, Vanda. Jovens de um Rural Brasileiro: Socialização, Educação e Assistência. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 22, n. 57, 2002.

SOUSA, Antonio Ricardo dos Santos. **Os jovens do Projeto de Assentamento São Francisco I – Pilões-PB e Sua Relação com o meio rural**. Campina Grande: UEPB, 2004. Monografia.

SOUSA, José Ribamar Furtado; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **A Intervenção Participativa dos Atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 2000. v. 1. 179 p.

STÉDILE, João Pedro. Já não basta combater o latifúndio. **Revista UnB**, ano I, n. 3. Brasília: UNB, jul./ago./set. 2001. p. 18-20.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens; o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro – SC**. Florianópolis: UFSC, 2002. p. 335. (Tese de Doutorado).

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 331.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária: Revista da ABRA**, Campinas, n. 2 e 3, v. 25, 1995. p.37-57.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-59, out. 2003.

_____. **Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro**. Recife: UFPE, 2003. Projeto de Pesquisa.

WEISHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz-RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação de Mestrado.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Reforma agrária e desenvolvimento rural: a agenda recuperada. **Foro Mundial sobre la Reforma Agrária**, 2006. Disponível em: <http://www.fmra.org/archivo/noti/ciradr_240106.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2006.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Klaas. Migração família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, jan.-jun. 1990. p. 35-52. Cópia xerografada.

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA JOVENS

Nome completo:

Idade:

Assentamento:

Data de entrevistas:

Nome do pai e da mãe:

1. O que pensa sobre as condições dos assentamentos e dos assentados?
2. O que pensa das condições para os jovens nos assentamentos?
3. Quando começou a trabalhar?
4. Como ocorre a divisão do trabalho na agricultura?
5. O que pensa do trabalho na agricultura?
6. Quais são os problemas que mais dificultam a agricultura?
7. Como é a vida dos jovens no assentamento e na cidade?
8. Como avalia a escola (os conteúdos, o modo de ensinar, o nível dos professores...)?
9. Quais são as necessidades de um jovem/ De que um jovem precisa?
10. Como os jovens se divertem?
11. Como é a relação com os pais (há conflitos)?
12. Você participa de alguma atividade coletiva no assentamento (associação, projetos, horta, granja, banco de sementes, grupo de igreja...). O que acha dessas atividades/ desta participação?
13. Como a vida poderia melhorar no assentamento, para a família e para os jovens?
14. Quais as perspectivas para o futuro?
15. Já sai do assentamento para trabalhar fora? Por quê?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA JOVENS

Realizado por: _____ Data da entrevista: _____

1. Nome: _____ Assentamento: _____

2. Nome do pai: _____

3. Nome da mãe: _____

4. Data de nascimento: _____ Local: _____

5. Grau de escolaridade

1ª a 4ª série ()

4ª a 8ª série ()

Ensino médio ()

Cursos de treinamento/ profissionalizante: Sim () Não ()

Quais: _____

6. Quando começou a trabalhar na agricultura?

Antes dos 7 anos () 7-10 anos () 10-14 anos () após 14 anos ()

7. Que tarefas executa na agricultura?

8. Quais tarefas fazia quando mais novo?

9. O que pensa sobre o futuro como agricultor?

10. Na situação atual e com sua instrução e treinamento, onde é que você acha estão as melhores oportunidades?

Na agricultura () Na cidade () Tipos de atividades.....

11. Que oportunidades de trabalho o jovem tem no município?

12. Que oportunidades existem fora do município?

13. Quais as expectativas de escolarização

Ensino fundamental () Ensino médio ()

Ensino superior () Ensino profissionalizante ()

14. Quais as expectativas de profissão para o futuro?

Agricultor () Agricultura e trabalho assalariado ()

Agricultura e outra atividade ()

Trabalhar na cidade (), quais atividades:

Negócio próprio (), profissão com estudos:

ANEXO 1: PROGRAMAS ASSISTÊNCIAS FEDERAIS NO MUNICÍPIO DE PILÕES
- ANO 2005

		<i>em R\$ por mês</i>
Bolsa Família	857 famílias	61,8 mil
Bolsa Escola	92 famílias	2,3 mil
Auxílio gás	433 famílias	6,5 mil
		70,6 mil
<i>Resultados 2005</i>		
Famílias atendidas		1,3 mil
Pessoas beneficiadas		4,8 mil
Recursos transferidos em 2005		R\$ 727,4 mil

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Dezembro 2005

Bolsa Família no Município de Pilões

Percentual de atendimento de famílias pobres	100%
--	------

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Programas de Assistência Social no Município de Pilões

	<i>Beneficiários</i>	<i>Valores Pactuados</i>
Agente Jovem	25 Jovens	25 mil
BPC - PcD	24 Pessoas com Deficiência	103,6 mil
BPC - Idosos	9 Idosos	44,3 mil
Atenção à Criança 0 a 6 anos	200 Crianças	40,8 mil
Atenção ao Idoso	50 Idosos	2,4 mil
308 Atendimentos		216,1 mil

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Programa de Segurança Alimentar no Município de Pilões

			<i>em R\$</i>
Programa	Beneficiários totais	Quantitativos	Recursos Destinados
Rede Cartilhas	1.692 alunos	5.076 unidades 4 escolas	508 mil
Programa do Leite	927 pessoas	226 l/dia	55,1 mil
Cisternas	365 pessoas	89 unidades	125,6 mil
1,3 mil pessoas			181,2 mil

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

<i>Programas de Assistência Social + Transferência de Renda + Segurança Alimentar</i>	
Projeção Anualizada	
Pessoas Beneficiadas (estimativa)	6,4 mil pessoas
Recursos investidos por ano	R\$ 1,1 milhão

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

ANEXO 2 – PRINCIPAIS NECESSIDADES DAS ÁREAS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA DOS MUNICÍPIOS DE AREIA, PILÕES, REMÍGIO E SERRARIA – 2006

A) Pilões – PB

Projeto de Assentamento São Francisco				
<i>Agricultura</i>	<i>Educação</i>	<i>Infra-estrutura/Obras</i>	<i>Outras necessidades</i>	<i>Saúde</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Investir em *assistência técnica; • Implantação do sistema de mandalas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação da proposta pedagógica voltada à realidade do campo, intensificando conteúdos da realidade dos assentados e sua história de luta pela terra. "Educação do campo e para o campo"; • Reforma e equipagem da escola de ensino fundamental e o conserto da caixa de água; • Realização de ações que estimulem a participação dos trabalhadores analfabetos nos cursos de alfabetização existentes nos assentamentos; • Melhoria do transporte escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de quadra de esportes; • Recuperação do açude existente; • Recuperação das estradas principais e vicinais; • Recuperação dos poços amazonas existentes (3); • Recuperação da casa sede da associação; • Construção da casa de farinha (1); • Construção de uma capelinha; • Reforma de 10 casas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de telefone público e posto telefônico; • Instalação de energia elétrica em 09 casas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Colocar em funcionamento o posto de saúde do P.A. Redenção para atender Redenção e o P.A. São Francisco; <p>Obs.: a Prefeitura construiu o prédio para o posto e não viabilizou o funcionamento do mesmo.</p>

Projeto de Assentamento Redenção				
<i>Agricultura</i>	<i>Educação</i>	<i>Infra-estrutura/Obras</i>	<i>Outras necessidades</i>	<i>Saúde</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Investir em *assistência técnica; • Ampliação de linhas de crédito; • Implantação do sistema de mandalas; • Banco de sementes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação da proposta pedagógica voltada à realidade do campo, intensificando conteúdos da realidade dos assentados e sua história de luta pela terra. "Educação do campo e para o campo"; • Implantação da segunda fase do ensino fundamental; • Realização de ações que estimulem a participação dos trabalhadores analfabetos nos cursos de alfabetização existentes nos assentamentos; • Melhoria do transporte escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação das estradas principais e vicinais; • Ampliação da casa de farinha; • Reforma do restante das 32 casas; • Construção de cisternas; • Construção do restante das casas; • Reforma da casa sede; • Construção de parada de ônibus (engenho). 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de telefone público; • Eletrificação rural (melhoramento da existente); • Curso de corte e costura para o grupo de mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionamento do posto de saúde para atender o P.A. Redenção e o P.A. São Francisco. <p>Obs.: a Prefeitura construiu o prédio para o posto e não viabilizou o funcionamento do mesmo.</p>

Observação: alguns estudantes andam 12 km a pé para pegar o ônibus; alguns ônibus são velhos e sucateados; outros estudantes são transportados numa F 4.000 (pau de arara), com excesso de passageiros.

Projeto de Assentamento Veneza				
<i>Agricultura</i>	<i>Educação</i>	<i>Infra-estrutura/Obras</i>	<i>Outras necessidades</i>	<i>Saúde</i>
<ul style="list-style-type: none"> Investir em *assistência técnica; Implantação do sistema de mandalas. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação da proposta pedagógica voltada à realidade do campo, intensificando conteúdos da realidade dos assentados e sua história de luta pela terra. "Educação do campo e para o campo"; Construção de escola de ensino fundamental para crianças, jovens e adultos; Realização de ações que estimulem a participação dos trabalhadores analfabetos nos cursos de alfabetização existentes nos assentamentos; Melhoria do transporte escolar. <p>Obs.: não há transporte escolar no turno da tarde.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Conserto para 08 casas; Reforma da sede da Associação; Recuperação das estradas principais e vicinais; Construção da casa de farinha (1); Construção de escola; Construção de posto de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> Instalação de telefone público; Eletrificação rural (melhoramento da já existente para trifásica). 	<ul style="list-style-type: none"> Construção do posto de saúde.

Projeto de Assentamento Tabocal				
<i>Agricultura</i>	<i>Educação</i>	<i>Infra-estrutura/Obras</i>	<i>Outras necessidades</i>	<i>Saúde</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Investir em *assistência técnica; • Implantação do sistema de mandalas. • Criação do banco de sementes; • Ampliação de linhas de crédito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação da proposta pedagógica voltada à realidade do campo, intensificando conteúdos da realidade dos assentados e sua história de luta pela terra. "Educação do campo e para o campo"; • Construção de escola de ensino fundamental para crianças, jovens e adultos e/ou reforma da escola municipal já existente, pois a mesma está caindo; • Melhoria do transporte escolar. <p>Obs.: numa F 4000, são transportadas aproximadamente 60 crianças de Tabocal e Avazeado para Pilões.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma da casa sede da associação; • Recuperação das estradas principais e vicinais; • Reforma de 01 casa; • Construção de 01 casa de farinha; • Construção de estradas do assentamento até o limite do município (200 m. de estradas); • Construção de um campo de futebol. 	<ul style="list-style-type: none"> • Eletificação rural (melhoramento da já existente para trifásica). • Instalação de telefone público; 	<ul style="list-style-type: none"> • Visita do médico do PSF semanalmente ao P.A. Tabocal.

Projeto de Assentamento Florestan Fernandes				
<i>Agricultura</i>	<i>Educação</i>	<i>Infra-estrutura/Obras</i>	<i>Outras necessidades</i>	<i>Saúde</i>
<ul style="list-style-type: none"> Assistência para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA. 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de uma escola de ensino fundamental para crianças, jovens e adultos. 	<ul style="list-style-type: none"> Créditos para a construção de casas; Conserto da estrada que dá acesso ao assentamento; Divisão da terra em lotes. 	<ul style="list-style-type: none"> Instalação de telefone público; 	<ul style="list-style-type: none"> Construção do posto de saúde.

Projeto de Assentamento Santa Maria				
<i>Agricultura</i>	<i>Educação</i>	<i>Infra-estrutura/Obras</i>	<i>Outras necessidades</i>	<i>Saúde</i>
<ul style="list-style-type: none"> Investir em assistência técnica; Ampliação de linhas de crédito. Banco de sementes; Implementação de um projeto de investimento. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação da proposta pedagógica voltada à realidade do campo, intensificando conteúdos da realidade dos assentados e sua história de luta pela terra. "Educação do campo e para o campo"; Implantação da segunda fase do ensino fundamental (5ª. a 8ª. Série); Equipagem da escola com computador, armário etc.; Melhoria do transporte escolar. <p>Obs.: a F 4000 que transporta os estudantes já faltou freio duas vezes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação das estradas principais e vicinais; Ampliação da casa de farinha; Reforma de 04 casas; Reforma da casa sede. 	<ul style="list-style-type: none"> Instalação de telefone público; Eletrificação de 05 casas. 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de um posto de saúde.

B) Areia – PB

Projeto de Assentamento União				
Agricultura	Educação	Infra-estrutura/Obras	Outras necessidades	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Investir em *assistência técnica; • Implementação de projetos de investimentos; • Investir em capacitação sobre organização comunitária, agricultura familiar, agroecologia, diversificação da produção e comercialização de produtos agrícolas; • Ativar banco de sementes; • Implantação do sistema de mandalas; • Ampliar linha de créditos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação da proposta pedagógica voltada à realidade do campo, intensificando conteúdos da realidade dos assentados e sua história de luta pela terra. "Educação do campo e para o campo"; • Construção de escola de ensino fundamental para crianças, jovens e adultos; • Melhoria do transporte escolar. <p>Obs.: a mesma F 4000 transporta os estudantes do Engenho Quati, P.A. Socorro e P.A. Esperança (acarretando problemas de horário e excesso de passageiros).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conserto de 56 casas rachadas; • Recuperação das estradas principais e vicinais; • Investir na construção de cisternas de placas para cada família; • Construção de casa de farinha; • Construção de caixa de água central para abastecimento das moradias; • Recuperação da casa sede. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de telefone público na Vila do Morcego e outro na Vila dos Anjos; • Eletrificação rural (trifásica complementar). 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de um posto de saúde.

Projeto de Assentamento Socorro			
<i>Agricultura</i>	<i>Educação</i>	<i>Infra-estrutura/Obras</i>	<i>Outras necessidades</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Investir em *assistência técnica; • Implementação de projetos de investimentos; • Investir em capacitação sobre organização comunitária, agricultura familiar, agroecologia, diversificação da produção e comercialização de produtos agrícolas; • Implantação do sistema de mandalas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação da proposta pedagógica voltada à realidade do campo, intensificando conteúdos da realidade dos assentados e sua história de luta pela terra. "Educação do campo e para o campo"; • Melhoria do transporte escolar. <p>Obs.: a mesma F 4000 transporta os estudantes do Engenho Quati, P.A. Socorro e P.A. Esperança.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria das casas; • Investir na construção de cisternas de placas para cada família; • Reforma da casa sede da associação; • Recuperação das estradas principais e vicinais e criação de novas estradas; • Reforma da casa de farinha (1). 	<ul style="list-style-type: none"> • Eletrificação rural (melhoramento da já existente para trifásica); • Implementação de saneamento básico; • Inauguração da creche construída no P.A. Socorro.

Projeto de Assentamento Emanuel Joaquim			
<i>Agricultura</i>	<i>Educação</i>	<i>Infra-estrutura/Obras</i>	<i>Outras necessidades</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Investir em *assistência técnica; • Projeto de piscicultura para melhorar a alimentação dos assentados; • Investir em capacitação sobre organização comunitária, agricultura familiar, agroecologia, diversificação da produção e comercialização de produtos agrícolas; • Implantação do sistema de mandalas; • Adubos e defensivos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação da proposta pedagógica voltada à realidade do campo, intensificando conteúdos da realidade dos assentados e sua história de luta pela terra. "Educação do campo e para o campo"; • Construção de uma escola de ensino fundamental para as crianças. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conserto de 10 casas; • Investir no abastecimento de água para as famílias; • Reforma da casa sede da associação; • Criação de estradas dentro do assentamento; • Construção de escola de ensino fundamental para crianças; • Construção da casa de farinha (1); • Construção de cisternas de placa individual para cada família; • Saneamento básico; • Quadra de esportes; • Melhoramento das estradas; • Construção de posto de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Eletrificação rural (trifásica); • Implantação de saneamento básico; • Implantação de telefone público.

C) Serraria – PB

Projeto de Assentamento Campo Verde II			
Agricultura	Infra-estrutura/Obras	Outras necessidades	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Investir em *assistência técnica; • Investir em capacitação sobre organização comunitária, agricultura familiar, agroecologia, diversificação da produção e comercialização de produtos agrícolas; • Implantação do sistema de mandalas; • Ampliação de linhas de crédito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão de moradias (48 construídas e resta 1 para concluir); • Manutenção das estradas; • Recuperação das casas recém-construídas (apresentando rachaduras e outros defeitos); • Recuperação das estradas; • Melhoramento do prédio da casa de farinha e equipagem da mesma (tem apenas o prédio, faltando equipamentos). 	<ul style="list-style-type: none"> • Eletrificação rural (trifásica); • Instalação de telefone público. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação do posto de saúde (falta apenas a SAELPA instalar um transformador, para que a Prefeitura conclua o seu trabalho).

D) Remígio – PB

Projeto de Assentamento Oziel Pereira			
Agricultura	Educação	Infra-estrutura/Obras	Outras necessidades
<ul style="list-style-type: none"> • Investir em capacitação sobre organização comunitária, agricultura familiar, agroecologia, diversificação da produção e comercialização de produtos agrícolas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do ensino fundamental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de estradas; • Construção de creches; • Reforma da casa sede; • Implantação do saneamento básico; • Construção de uma casa de farinha; 	<ul style="list-style-type: none"> • Prorrogação da dívida do PRONAF com um ano a mais de carência.

*** Assistência técnica**

1. Infra-estrutura para os técnicos realizarem plenamente seus trabalhos;
2. Participação dos técnicos na elaboração e acompanhamento dos projetos de desenvolvimento sustentável, bem como das entidades responsáveis pela assistência técnica;
3. Projeto de custeio em conformidades com as condições, respeito a agroecologia, reforçando a agricultura familiar e a diversidade cultural;
4. A quantidade de famílias acompanhadas pelo técnico esteja em conformidade com o número de projetos acompanhados pelo mesmo.